

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARCO AURELIO BUGNI

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ENSINO:

O inspetor escolar primário em Sorocaba entre 1931 e 1974

**Sorocaba/SP
2016**

Ficha Catalográfica

Bugni, Marco Aurelio

B946s Supervisão pedagógica de ensino : o inspetor escolar primário em Sorocaba entre 1931 e 1974 / Marco Aurelio Bugni. -- 2016.

150 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2016.

MARCO AURELIO BUGNI

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ENSINO:

O inspetor escolar primário em Sorocaba entre 1931 e 1974

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano

**Sorocaba/SP
2016**

MARCO AURELIO BUGNI

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA DE ENSINO:

O inspetor escolar primário em Sorocaba entre 1931 e 1974

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Vania Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

Prof. Dr. Jefferson Carriello do Carmo
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Valdelice Borghi Ferreira
Universidade de Sorocaba

Profa. Dra. Fátima Aparecida de Souza
Universidade de Sorocaba

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que, direta ou indiretamente, ajudaram na elaboração deste trabalho.

À minha esposa, Elaine, e aos meus filhos, Ettore e Enzo, pelo amor.

Aos meus pais, Luiz Edmundo Bugni e Maria Borges Domingues Bugni (*in memoriam*), e a todos meus antepassados pela vida e pela construção de um ambiente sociocultural que fazem parte da minha existência.

Ao corpo docente do curso de doutorado, pelos ensinamentos e pelos estímulos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wilson Sandano, pela extrema paciência e prontidão para me auxiliar nos momentos necessários.

Ao Prof. Dr. Marcos Francisco Martins e à Profa. Dra. Vânia Regina Boschetti pela participação na Banca de Qualificação e por suas valorosas e detalhadas críticas, que procurei incorporar à versão final desta tese.

Aos professores doutores Fátima Aparecida de Souza, Jefferson Carriello do Carmo e Valdelice Borghi Ferreira, que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca da defesa.

Muito obrigado!

RESUMO

O objetivo desta tese foi investigar e analisar a atuação dos inspetores escolares do ensino primário em Sorocaba, São Paulo, no período de 1931 a 1974. A investigação foi realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental, contemplando a análise: da legislação paulista do cargo de inspetor escolar, dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, dos relatórios das delegacias regionais de ensino, dos Termos de Visita dos inspetores e das atas de reuniões pedagógicas mensais de três grupos escolares. A análise documental foi feita em registros do período de 1931 a 1974 e verificou-se que os inspetores escolares atuaram orientando pedagogicamente os professores e diretores de escola. Porém, a partir de 1966, essa orientação pedagógica reduziu rapidamente, até o seu desaparecimento na década de 1970. Os termos de visita foram documentos privilegiados nas pesquisas acadêmica sobre inspetores escolares, mas, desde o seu surgimento legal não tiveram como intento registrar a atuação de orientação aos professores. Em contrapartida, as atas de reuniões pedagógicas mensais revelaram-se valiosos documentos para a pesquisa da atuação dos inspetores escolares na orientação dos professores. A atuação dos inspetores escolares foi analisada através da categoria gramsciana de intelectuais orgânicos.

Palavras-chave: Inspetor Escolar. Intelectual Orgânico. Ensino Primário.

ABSTRACT

The objective of this thesis was to investigate and analyze the performance of school inspectors of primary education in Sorocaba, São Paulo, from 1931 to 1974. The research was conducted through bibliographical and documentary research, covering the analysis of the position of the Paulista legislation school inspector, Annuarios of the State of São Paulo teaching, the reports of the regional school districts, the Terms of visit of the inspectors and of the minutes of monthly educational meetings three school groups. The documentary analysis was made in 1931 period records to 1974 and found that school inspectors acted pedagogically guiding teachers and school principals. However, from 1966 this tutoring reduced quickly until its demise in the 1970s. The terms of the visit were privileged documents in academic research on school inspectors, but since their legal appearance had no intent to record the performance guidance to teachers. In contrast, the minutes of monthly educational meetings have proved valuable documents for research activities of school inspectors in the guidance of teachers. The role of school inspectors was analyzed by the Gramscian category of organic intellectuals.

Keywords: School inspector. Intellectual Organic. Primary school.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Terminologia presente nos trabalhos acadêmicos para cargo de inspetor.....	27
Figura 2: Fontes utilizadas nas pesquisas da revisão de literatura.....	29
Figura 3: Temas pesquisados nos trabalhos acadêmicos com presença do inspetor.....	30
Figura 4: Programas para o ensino primário fundamental de 1949/1950	80
Figura 5: Exemplos de ensino de caligrafia e as dificuldades das letras.	120

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	METODOLOGIA, MÉTODO E FONTES	16
2.1	A dialética marxista	16
2.2	As fontes utilizadas e o processo de pesquisa	20
3	REVISÃO DE LITERATURA	26
3.1	O inspetor sendo citado	32
3.2	O inspetor sendo pesquisado	38
4	AS CATEGORIAS DE GRAMSCI	42
4.1	Contextualização do pensamento gramsciano	44
4.2	Categorias Gramscianas	49
5	A LEGISLAÇÃO, OS PROGRAMAS DE ENSINO E AS IDEIAS PEDAGÓGICAS	56
5.1	A legislação funcional do inspetor escolar	56
5.2	Os programas de ensino e as ideias pedagógicas	74
6	A ATUAÇÃO DO INSPETOR	83
6.1	Documentos do Arquivo do Estado	83
6.1.1	Anuários do ensino do estado de São Paulo	84
6.1.2	Relatórios das Delegacias Regionais de Ensino	91
6.2	Os arquivos em Sorocaba	101
6.2.1	Termo de visitas	102
6.2.1	Atas de reunião mensal	111
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICE A – Quadro de Inspectores Escolares em Sorocaba 1944-1967	142
	ANEXO A – Contracapa do livro de escrituração escolar	148
	ANEXO B – Capa do livro de termo de visita	149
	ANEXO C – Ficha de Acompanhamento de aula	149

1 INTRODUÇÃO

Foi no exercício profissional como supervisor de ensino da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo que notamos o temor em relação à presença desse profissional no ambiente da unidade escolar, fato que nos inquietou e nos levou a pensar a origem de tal comportamento. Da mesma forma, estranhamos o formalismo no tratamento dispensado aos supervisores: os diretores das escolas nos solicitavam que fossem avisados com antecedência da nossa visita à instituição e, muitas vezes, fomos recebidos com cerimonial muito além do comum para um dia de trabalho e muito mais próximo de uma ocasião comemorativa. Percebemos que tal cerimonial, associado com o registro esparso das visitas dos supervisores nas escolas, revelaram que a presença do supervisor não era prática cotidiana nas escolas.

Marx (2006, p. 1) nota que a influência do passado perpassa as ações presentes, uma vez que os “homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; [...] e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. No ambiente escolar, observamos que essa influência estava atuando no dia a dia como uma sombra, personificada pelo inspetor escolar, antecessor do supervisor de ensino, conceituado como um profissional fiscalizador administrativo da escola de outrora. Assim, ainda hoje, é comum as pessoas tratarem o supervisor de ensino como a “personificação do Estado”, aquele que transmite as orientações estatais para o ambiente escolar.

E foi justamente na elaboração dos termos de visita que encontramos registros históricos que relatavam um inspetor diferente daquele relatado pelas discussões do ambiente de trabalho: um inspetor que visitava, ainda que pouco frequente, salas de aulas para verificação da aprendizagem, que fazia reuniões pedagógicas com professores para a orientação de procedimentos didáticos e que não seguia exatamente as orientações pedagógicas da época em que atuou.

Nossa leitura preliminar dos termos de visita foi fortemente influenciada por nosso histórico na prática profissional, visto que atuamos por 20 anos como professor de ensino fundamental e ensino médio. Assim, nossa atenção voltou-se mais para os aspectos pedagógicos da atuação dos inspetores do que para os aspectos administrativos.

Após a experiência de leitura dos termos de visita dos inspetores que atuaram no ensino primário¹, surgiram algumas indagações:

- Como foi a atuação dos inspetores escolares nas escolas de Sorocaba?
- Quais conteúdos e concepções pedagógicas estiveram presentes nas orientações transmitidas aos professores?
- Houve orientações na legislação que direcionaram as práticas pedagógicas em relação às quais o inspetor escolar deveria ter atuado?
- Se havia orientações pedagógicas oficiais previstas em legislação, quais concepções as guiaram?
- O inspetor escolar foi apenas um fiscal burocrático a serviço do governo?
- O inspetor foi um intelectual orgânico da burguesia ou um intelectual orgânico do proletariado²?

Com base nessas indagações, formulamos a hipótese que nos guia nesta pesquisa: o inspetor escolar em Sorocaba teve atuação pedagógica, contudo, agiu como um intelectual da burguesia, cujas intervenções pedagógicas mais se baseavam na própria experiência profissional do que em determinações oficiais ou tendências pedagógicas de época.

Há que se ressaltar que buscamos a atuação pedagógica do inspetor escolar, apesar de também haver uma atuação administrativa desse profissional. A relação entre o pedagógico e o administrativo na atuação do diretor de escola no ambiente escolar foi discutida por Saviani (1980) por ocasião da greve do magistério paulista em 1979 e consequente punição de diretores de escola. Embora sejam cargos distintos, o de diretor de escola e o de inspetor escolar, nos interessa a diferenciação das atividades pedagógica e as administrativas para os fins deste trabalho.

À época, Saviani publicou no jornal oficial da UDEMO (União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial do Estado de São Paulo) um artigo em que tratava das funções do diretor de escola, dividido entre atividades-meio e atividades-fim. Assim, Saviani (1980) observa que

¹ Segundo Souza (2004), “No estado de São Paulo, a duração do ensino primário variou bastante ao longo do século XX, de acordo com o tipo de estabelecimento de ensino e sua localização. Nos grupos escolares e escolas-modelo prevaleceu uma duração maior abrangendo 4 ou 5 anos. Nas demais escolas vigorou 2 ou 3 anos” (p. 3).

² No Capítulo 3, abordaremos o conceito de “intelectual” que adotamos nesta pesquisa.

[...] a escola é uma instituição de natureza educativa. Ao diretor cabe, então, o papel de garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola. Nesse sentido, é preciso dizer que o diretor de escola é antes de tudo, um educador; antes de ser um administrador ele é um educador. Mais do que isso: em termos típico-ideais, ele deveria ser o educador por excelência dado que, no âmbito da unidade escolar, lhe compete a responsabilidade máxima em relação à preservação do caráter educativo da instituição escolar. Esta é, em verdade, a condição precípua para que ele administre a escola mediante formas (atividades-meios) saturadas de conteúdo (atividades-fins) (SAVIANI, 1980, p. 208).

Para fins de análise da atuação dos inspetores escolares, baseamo-nos nas ações pedagógicas com o intuito de refletirmos acerca do que Saviani (1980) conceituou como “atividades-fins” distintas das ações administrativas denominadas pelo autor de “atividades-meios”. Nessa direção, Saviani (1980) conclui que o diretor atua na mediação entre as duas atividades e especifica que em

[...] termos concretos, entretanto, essa unidade de forma e conteúdo é uma unidade contraditória, estando o diretor continuamente sujeito ao risco de atrofiar o conteúdo educativo da escola (atividades-fins), hipertrofiando, em contrapartida, a forma (atividades-meios) chegando mesmo a operar uma inversão que tende a subordinar o fim aos meios. Diríamos, pois, que o diretor se vê concretamente diante de focos de pressão do ‘sistema’ que privilegia a forma sobre o conteúdo impondo um conjunto de exigências burocrático-administrativas; de outro lado (de baixo e de dentro), a pressão do conteúdo educativo que necessita ser desenvolvido no interior da escola sem o que ela se descaracteriza, se rotiniza e perde a razão de ser. Em termos ideais caberia ao diretor efetuar a mediação entre os dois focos de pressão, saturando de conteúdo as formas que decorrem das exigências da chamada ‘instância superior’ (o sistema); sua ação se dirigiria, então, no sentido de subordinar e adequar as prescrições administrativas à finalidade educativa colimada no interior da escola. Na prática, poderíamos mesmo dizer que um diretor será tanto mais educador quanto maior o grau de autonomia que mantém em relação às exigências do ‘sistema’, subordinando suas formas aos conteúdos educativos; e será tanto mais administrador quanto menor o grau de autonomia referido, o que o levará, em consequência, a se ater à rigidez das ‘normas superiores’ mantendo-as esvaziadas do conteúdo que lhes daria sentido (SAVIANI, 1980, p. 208-209).

Valemo-nos da perspectiva de Saviani (1980) por entender que as atividades dos diretores de escola guardam muitas características comuns às atividades dos inspetores escolares. No intuito de pesquisar a atividade-meio realizada pelo inspetor escolar e, conseqüentemente, desenvolver um estudo que pudesse confirmar ou não a nossa hipótese, procuramos o curso de doutorado do *Programa de Pós-Graduação em Educação* da Universidade de Sorocaba, especificamente a linha de pesquisa *História e historiografia: políticas e práticas escolares*.

Ao participarmos do Grupo de Estudos “Historia e Historiografia da Educação Escolar”, da Universidade de Sorocaba, antes mesmo de sermos admitidos

regularmente no programa de doutorado, passamos a refletir de forma mais aprofundada acerca da atuação do inspetor escolar em Sorocaba como um intelectual que não seguia somente as orientações oficiais. Destacamos que, no passado, Sorocaba tinha a forte característica de se opor ao governo, o que a levou a ser apelidada de “Moscou brasileira”. Gonçalves e González (2007, p. 196) destacam essa vocação ao observar que se

no início do século XX Sorocaba era chamada de Manchester Paulista, em meados da década de 20 do mesmo século, o imaginário fabril, segundo Paulo Celso da Silva, a reconstruía como uma Moscou Brasileira: a organização operária chega a ser acusada, por alguns historiadores, como responsável pelo ligeiro declínio da economia têxtil local nos primeiros anos da década.

A característica de oposição ao governo, especialmente por parte da classe operária, aumentou ainda mais a problemática de investigar a atuação dos profissionais na área da educação. Inicialmente buscamos documentos que registrassem a atuação pedagógica do inspetor escolar em Sorocaba. Essa busca acabou por influenciar o recorte inicial desta pesquisa, que ficou situado entre 1931 e 1974. A data inicial de 1931 foi determinada pelo registro da atuação pedagógica do inspetor escolar ter sido encontrado em um livro de ata de reunião pedagógica que estava em posse de um ex-diretor de grupo escolar (SOROCABA, 1931).

Cabe aqui justificarmos a periodização que contemplamos neste estudo. Em primeiro lugar, objetivamos atender a uma perspectiva de longa duração, baseada nos apontamentos de Gramsci (1978), para quem é preciso

[...] fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com o máximo de escrupulo e exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, pela ausência de cada preconceito e apriorismo [...]. É necessário, primeiro de tudo, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do pensador dado para identificar os elementos que se tornam estáveis e “permanentes” [...] (GRAMSCI, 1978, p. 94-95).

Exatamente para reconhecermos os elementos “permanentes” na atividade dos inspetores escolares é que definimos o maior período de pesquisa possível em que pudéssemos identificar vestígios da atuação desses profissionais. Esse período de pesquisa longo faz parte da metodologia utilizada por autores na produção acadêmica recente (SAVIANI, 2007; SOUZA, 2009).

Sobre a perspectiva de “longa duração”, Saviani (2007) discerne a longa duração proferida por Gramsci da longa duração discutida por Fernand Braudel³. Saviani mostra-se orientado por Gramsci, pois “[...] parece mais feliz a abordagem de Gramsci, que expressa, já na terminologia (movimentos orgânicos e conjunturais), empenho em captar o processo em sua unidade dinâmica e contraditória” (SAVIANI, 2007, p. 9). Assim, buscamos fontes mais abrangentes que pudessem exemplificar a atuação do inspetor escolar em Sorocaba no seu aspecto pedagógico.

Em segundo lugar, consideramos a abrangência das fontes identificadas durante a pesquisa. Preocupamo-nos em rastrear os vestígios das práticas dos inspetores escolares nas escolas em Sorocaba, assim, o primeiro registro que atendeu nossos propósitos data de 29 de junho de 1931, que passou a configurar nosso marco inicial.

Por fim, levamos em conta a substituição do cargo de inspetor escolar pelo cargo de supervisor pedagógico, fato que ocorreu por força da Lei Complementar nº 114, de 13 de novembro de 1974 (SÃO PAULO, 1974), que instituiu o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo.

Apesar da delimitação da pesquisa documental ser de 1931 a 1974, buscamos em períodos anteriores elementos e fontes necessárias para a análise e compreensão da atuação do inspetor escolar, visto que o profissional vinha sofrendo influências anteriores ao primeiro registro de suas práticas, principalmente em relação aos aspectos ligados à legislação da sua competência.

Coerente com a categoria⁴ de análise da totalidade, que descrevemos no Capítulo 2, interpretamos os arquivos que relatam a atuação do inspetor escolar considerando as ideias pedagógicas de cada época. Para tanto, fundamentamo-nos principalmente no trabalho de Saviani (2007). Também buscando o princípio da totalidade, procuramos identificar as características da atuação dos inspetores escolares em relação às características históricas da sociedade no contexto sorocabano e paulista.

³ Bérard aprimorou as categorias “longa duração” e “permanência” desenvolvidas, sobretudo, por Fernand Braudel. Elas renovaram a interpretação da história por meio da Escola dos Annalles (Para mais detalhes, ver Costa, 2014.).

⁴ Segundo Bardin (1977), categorias são “espécies de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, das mensagens” (p. 37). A análise categorial consiste então, segundo o autor, em classificar os diferentes elementos nas diferentes gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial” (BARDIN, 1977, p. 37).

Outra preocupação metodológica foi a de nos aproximarmos das práticas escolares. Assim, valemo-nos da bibliografia, da legislação e dos planos de ensino como base para buscar vestígios de tais práticas em documentos produzidos no interior das escolas. Esse processo foi ancorado em Faria Filho (2004, p. 154), segundo quem “para alguns de nós, o estudo das práticas [escolares] é a pedra de toque da renovação dos estudos históricos em educação”. O autor prossegue ao observar que se

temos avançado muito nessa direção [pesquisas de práticas escolares], isto, no entanto, não pode esconder o fato de que, em boa parte das vezes, estamos lidando com exercícios de *prescrição* de práticas, ou seja, em boa parte estamos lidando mais com culturas escolares prescritas do que com culturas escolares praticadas no interior das escolas (FARIA FILHO, 2004, p. 154, grifo nosso).

Interpretando a ideia do autor sobre a necessidade de investigar e analisar com maior proximidade o ocorrido, e não apenas o prescrito, como legislação e programas, procuramos inicialmente os termos de visita nas escolas por serem documentos mais próximos das práticas dos inspetores escolares.

Por meio dos relatos apostos nos termos de visita foi possível definirmos o objeto de nossa pesquisa: a atuação pedagógica dos inspetores escolares em Sorocaba. Posteriormente, incorporamos ao nosso estudo a leitura dos livros de atas de reuniões pedagógicas mensais nos grupos escolares por registrarem com mais detalhes a atuação dos referidos profissionais.

Com base no objetivo descrito, formulamos nosso problema de pesquisa: como os inspetores escolares orientavam professores e diretores sobre as práticas pedagógicas a serem adotadas em relação aos alunos?

Após a pesquisa bibliográfica, que abordamos no Capítulo 3, percebemos que a temática sobre a atuação pedagógica dos inspetores escolares havia sido pouco explorada. Notamos que, quando abordada, ela estava intimamente ligada à identificação dos profissionais como fiscalizadores, além do que, não havia uma preocupação com a relação entre o preconizado pela legislação e o realizado na prática cotidiana desse profissional.

Com base nessas percepções, estabelecemos como objetivo geral investigar e analisar a atuação dos inspetores escolares do ensino primário em Sorocaba.

De forma a alcançarmos o objetivo geral, definimos os seguintes objetivos específicos:

- verificar as condições físicas dos arquivos armazenados nas escolas estaduais de Sorocaba que dessem conta da atuação do inspetor escolar;
- identificar as condições para pesquisa histórica nos estabelecimentos oficiais;
- identificar as características históricas de Sorocaba e relacioná-las com as práticas dos inspetores escolares em cada período histórico;
- listar as orientações pedagógicas públicas e estabelecer possíveis relações com as práticas observadas;
- interpretar as concepções pedagógicas presentes nas emanações oficiais e as tendências pedagógicas de cada época;
- identificar a existência de práticas diferentes entre os inspetores escolares que trabalhavam sob a mesma orientação;
- comparar os programas de ensino com as ideias pedagógicas recorrentes em cada época.

Para atingirmos os objetivos elencados, utilizamos o referencial teórico-metodológico da dialética marxista por entender que ele nos oferece elementos explicativos mais amplos que outras vertentes e, conseqüentemente, permite análises mais ricas. No Capítulo 2, apresentamos detalhadamente a metodologia adotada.

Esta tese está estruturada da seguinte forma: introdução, capítulos 2 a 4, considerações finais, referências, apêndices e anexos.

Na *Introdução*, apresentamos a hipótese, as motivações e justificativas, o objeto de estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos.

No Capítulo 2, *Fontes, métodos e metodologia*, apresentamos o referencial teórico-metodológico, as fontes, bem como sua problemática.

No Capítulo 3, *Revisão de literatura*, apresentamos os trabalhos que privilegiaram a atuação do inspetor escolar, de modo a apreendermos como os pesquisadores a abordaram e analisaram. Trazemos também apontamentos acerca do conhecimento atual sobre a atuação pedagógica desse profissional.

No Capítulo 4, *As categorias de Gramsci*, discutimos as categorias desenvolvidas pelo autor italiano. Em nosso entendimento, as categorias de Gramsci só podem ser entendidas dentro do conjunto de sua obra, com destaque para a categoria intelectuais, que utilizaremos com maior aprofundamento para a interpretação da atuação dos inspetores escolares.

No Capítulo 5, *A legislação, os programas de ensino e as ideias pedagógicas*, apresentamos, mediados pelas realidades local, regional e nacional, os dispositivos legais que regulamentaram a atuação do inspetor escolar em relação a suas práticas; os programas do ensino primário de 1905, 1913, 1917, 1918, 1921, 1925, 1933, 1949-50, 1968, 1973, as normativas pedagógicas que influenciaram as práticas pedagógicas de cada época e as ideias pedagógicas ao longo do século XX segundo a bibliografia de alguns pesquisadores

No Capítulo 6, *A atuação do inspetor escolar em Sorocaba*, tratamos da atuação pedagógica dos inspetores escolares em Sorocaba entre os anos de 1931 e 1974. Para tanto, valemo-nos dos termos de visita e das atas de reunião pedagógica mensal dos grupos escolares, considerando o arcabouço teórico utilizado nos capítulos anteriores.

Por fim, apresentamos as *Considerações finais*, em que elencamos os argumentos que fundamentaram a tese e estabelecemos alguns posicionamentos de nossa parte decorrentes da pesquisa desenvolvida, na sequência, estão as referências bibliográficas, os apêndices e os anexos.

2 METODOLOGIA, MÉTODO E FONTES

Neste capítulo, explicitamos brevemente o método que utilizamos nesta pesquisa. Nesse sentido, baseamo-nos, em particular, na dialética marxista. A seguir, apresentamos o método, a metodologia e as fontes selecionadas para este estudo.

2.1 A dialética marxista

No texto que ficou conhecido como “Introdução à Contribuição à crítica da Economia Política” ou simplesmente “Introdução”, Marx (2008) faz uma exposição detalhada do método utilizado nas suas pesquisas para estudar a sociedade burguesa. Nessa direção, o autor explicita como localizar um objeto e analisá-lo, e cita o exemplo da população:

Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas (MARX, 2008, p. 258).

Em outro texto, o posfácio da segunda edição do livro *O Capital*, Marx defende o método que utilizou na pesquisa para a elaboração do livro citado, muito criticado após a sua publicação. Entre as críticas ao livro, cita um artigo publicado no jornal *O Correio Europeu*, de Petersburgo, que examina exclusivamente o método utilizado na pesquisa para elaboração do livro *O Capital*. Marx pondera que o “[...] método aplicado em *O Capital* foi pouco entendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias do mesmo [...]” (MARX, 1996, p. 137, grifo do autor).

A seguir, o filósofo alemão faz um breve comentário sobre os procedimentos utilizados na pesquisa. De acordo com o autor, “a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 1996, p. 140).

Fica evidente a tentativa do autor de explicar que o método utilizado contempla o detalhamento do fenômeno particular para interpretá-lo em relação com os outros

fenômenos particulares e com o contexto geral, no movimento conhecido como dialética.

Nosella e Buffa discutem a etimologia da palavra *dialética* e concluem que “[...] em seu sentido etimológico, dialética significa a arte de relacionar os contraditórios”. Para os autores, “[...] o fundamental, portanto, em pesquisas sobre instituições escolares, para o método dialético, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 80).

Embora Nosella e Buffa (2013) preconizem o método dialética marxista para a pesquisa de instituições escolares, entendemos que a sua utilização pode ser estendida para a pesquisa da atuação dos profissionais no contexto das instituições escolares, mais especificamente, da atuação dos inspetores escolares.

O método da dialética marxista consiste em extrair do objeto da pesquisa as múltiplas determinações e aprofundá-las em sua compreensão, incorporando suas determinações concretas. Segundo Paulo Netto (2011, p. 55-56), existe uma íntima conexão entre o método da dialética marxista e a investigação, na medida que o método vai se desenvolvendo junto com a pesquisa. Para o autor, é nessa conexão que estão articuladas três categorias, consideradas nucleares para a concepção teórico-metodológica aqui discutida: a totalidade, a contradição e a mediação.

Lukács (2003, p. 78) toma a totalidade como categoria decisiva, central no método de Marx, e faz o nexo com a dialética. Inicia o autor citando que “a afirmação de Marx, ‘as relações de produção de toda a sociedade formam um conjunto’, é o ponto de partida metódico e a chave do conhecimento histórico das relações sociais”.

Após citar as características iniciais, a importância dada pela categoria totalidade ao método dialético marxista é explicada de forma mais aprofundada pelo pensador húngaro:

Essa concepção dialética de totalidade, que parece se distanciar em larga medida da realidade imediata e construí-la de maneira ‘não-científica’, na verdade é o único método capaz de compreender e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta é, portanto, a categoria fundamental da realidade. [...]. Não é o predomínio dos motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade. A categoria da totalidade, o domínio universal e determinante do todo sobre as partes constituem a essência do método que Marx recebeu de Hegel e transformou de maneira original no fundamento de uma ciência inteiramente nova. [...] A ciência proletária é revolucionária não somente pelo fato de contrapor a sociedade burguesa conteúdos revolucionários, mas, em primeiro lugar,

devido à essência revolucionária do seu método. A domínio da categoria da totalidade é o portador do princípio revolucionário na ciência (LUKÁCS, 2003, p.78-79/105).

Em nosso entendimento, para o escritor marxista, a totalidade é a primeira e principal categoria do método histórico dialético marxista. Mas a dinâmica da categoria fica mais explícita em Bottomore (1988), no verbete *totalidade*, em que a seguinte citação de Lukács corrobora as análises precedentes em uma síntese sobre a temática:

A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...); segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado (BOTTOMORE, 1988, p.596).

Por fim, é importante considerarmos o entendimento e as observações de Kosik (1976) a respeito da categoria totalidade. Para o autor,

[...] totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1976, p. 36).

Notamos pelos clássicos autores do marxismo a importância basilar da categoria totalidade e entendemos então que, coerente com os princípios teóricos de dialética entre o particular e o geral, essa categoria é a que pode, inicialmente, melhor servir para pesquisar e interpretar a atuação dos inspetores escolares.

A totalidade vem das proposições de Marx sobre ação social dos indivíduos como fruto de múltiplas determinações ou, nas palavras do próprio autor, “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso”. (2008, p. 26).

Como citamos anteriormente, além da categoria totalidade, outras duas categorias, contradição e mediação, são consideradas importantes para pesquisa e interpretação. Segundo Paulo Netto (2011, p. 17),

[...] a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação.

De modo a esclarecer essa contínua transformação produzida pelas contradições, Martins (2008, P. 76-77) explica que

[...] se nada se opusesse aos elementos da realidade conforme eles se apresentam, ela seria sempre a mesma, idêntica consigo mesma e, portanto, não haveria movimento de transformação. Mas não é isso que acontece. Em verdade, o que temos na realidade é a transformação gerada pela oposição das partes entre si e consigo mesma, e delas com o todo, inter-relação de oposição que universalmente afeta quantitativa e qualitativamente tanto o ser quanto o pensar, seja parcial, seja globalmente.

Paulo Netto (2011), por sua vez, apresenta a mediação como terceira categoria fundamental para a pesquisa no método teórico-metodológico marxista. Para ele,

[...] uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. (PAULO NETTO, 2011, p. 18)

Esse posicionamento sobre a categoria de mediação é reforçada e enfatizada também por Martins (2008), para quem a mediação é de suma importância, pois não se pode

[...] realmente, conceber o marxismo originário, com a asserção que faz do movimento e da relação dialética todo-parte-todo, descartando-se a categoria da mediação, pois sem ela cometeríamos o erro metafísico de considerar os objetos isoladamente (MARTINS, 2008, p. 74).

Com a finalidade de apresentar uma síntese desses pressupostos do método da dialética marxista, citamos as palavras de Martins (2008, p. 137) como esclarecedoras dessa concepção de conhecimento que

[...] é feita por um longo processo, que passa pela abstração do que empiricamente se apresenta de forma desorganizada, avançando para a análise das suas partes constituintes, decompondo o todo caótico, até se chegar na síntese, quando se volta o olhar sobre a totalidade da realidade, mas tendo dela uma visão de suas articulações internas, de suas determinações mais complexas e das mediações que aí se estabelecem, produzindo no pensamento uma representação daquilo que é a realidade. Assim, poder-se-á se ter uma visão global do fenômeno analisado, isto é, da realidade em seu processo de gênese, desenvolvimento e definhamento, que acaba se tornando um novo ponto de partida ao conhecimento.

Seguindo os apontamentos de Nosella e Buffa (2013), para quem os pesquisadores que se basearam em Marx ampliaram várias possibilidades de atuação, optamos por utilizar algumas categorias desenvolvidas por Gramsci (1999) para interpretar a atuação dos inspetores escolares. Entendemos que as categorias gramscianas de intelectuais orgânicos e hegemonia devem ser compreendidas como um instrumental para a interpretação do real, mas não podem ser analisadas separadamente porque foram elaboradas considerando-se a inter-relação entre elas.

Uma observação teórico-metodológica que faremos diz respeito ao nosso intento de explorar a noção de que os fatos históricos são particularidades das quais podemos apenas nos aproximar um pouco mais, sem nunca esgotar as interpretações. Passamos, então, a expor as fontes utilizadas na promoção do entendimento da atuação dos inspetores escolares.

2.2 As fontes utilizadas e o processo de pesquisa

Iniciando nossa pesquisa sobre a atuação dos inspetores escolares em Sorocaba, procuramos localizar e a identificar as fontes primárias, inicialmente livros de termos de visita arquivados nas escolas estaduais da cidade, para a realização do objetivo geral.

Uma vez que atuamos como supervisor de ensino na própria cidade em que foi realizada a pesquisa, não enfrentamos muitas dificuldades para visitar as escolas e localizar os termos de visita nos arquivos escolares. Embora sem o devido arquivamento, tivemos à disposição material de pesquisa em quantidade considerável.

Levando em consideração a limitação temporal para a realização deste estudo, fomos selecionando as escolas em que realizaríamos a pesquisa documental, visto que, pela perspectiva da longa duração, o melhor seria iniciarmos pela localização do

material mais antigo. Contudo, ao verificarmos os arquivos escolares, encontramos outros documentos, os livros de atas de reuniões mensais dos grupos escolares, que acabaram se mostrando fontes primárias muito significativas para elucidar a atuação pedagógica dos inspetores escolares.

Além desses documentos, buscamos dispositivos legais que regulamentaram o ensino no país, em particular no estado de São Paulo, conforme cada momento histórico. Além da legislação concernente à atuação dos inspetores escolares, na revisão bibliográfica encontramos o referencial citado por Souza (2009), que utilizou amplamente dos programas do ensino primário (1905, 1913, 1917, 1918, 1921, 1925, 1933, 1949-50, 1968, 1973) em sua pesquisa. Como o objeto de estudo desta pesquisa é a atuação pedagógica do inspetor escolar, os programas foram fundamentais para a observação da metodologia preconizada para cada época, bem como para a observação da atuação desse profissional.

Outra fonte utilizada foram os relatórios elaborados pelos delegados de ensino⁵ para o diretor do Departamento de Instrução Pública. No Arquivo Público do Estado, encontramos 47 relatórios; desses, apenas 1, de 1940, era oriundo da Delegacia de Ensino de Sorocaba. De forma a satisfazer o princípio da totalidade e para comparar as práticas das delegacias de ensino de localidades diferentes, verificamos outras delegacias de ensino.

Também utilizamos as anuários de ensino, publicações feitas pelo departamento de educação entre 1907 e 1945.

Finalmente, utilizamos, além das fontes primárias, as fontes secundárias, ou seja, obras bibliográficas, teses, dissertações, artigos em periódicos, entre outras, que tratassem da temática e pudessem retratar a atuação pedagógica dos inspetores escolares em diferentes localidades.

Ressaltamos que as fontes utilizadas estão relacionadas ao antigo ensino primário em razão da grande disponibilidade delas e da escassez de fontes ligadas à atuação dos inspetores escolares em outros níveis de ensino. Embora não incluídas nas análises, fazemos breves referências a fontes diversas das utilizadas para possibilitar futuras pesquisas em outras temáticas.

⁵ Delegado de ensino era a denominação do cargo de direção das delegacias regionais de ensino. A Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, extinguiu o cargo e criou outro com a denominação de dirigente regional de ensino. Mais tarde, o Decreto nº 43.948, de 9 de abril de 1999, alterou a denominação delegacia regional de ensino para diretoria regional de ensino.

A fim de proporcionarmos uma visão mais esclarecedora acerca dos documentos pesquisados, julgamos necessário tratar do papel que tais documentos exercem nas escolas em que foram localizados. Iniciaremos com os termos de visita e posteriormente com as atas de reunião pedagógica.

Os termos de visita eram livros destinados a registrar a presença dos inspetores escolares e, mais recentemente, a presença dos supervisores de ensino nas unidades escolares. As atas das reuniões pedagógicas eram livros destinados ao registro das reuniões mensais entre professores, diretor do grupo escolar e inspetores de ensino para discussões sobre a metodologia de trabalho. No Capítulo 3, tratamos detalhadamente do surgimento e da normatização desses registros.

A importância dos dois documentos, termo de visita e ata de reunião pedagógica, está refletida na guarda do acervo documental, visto que os termos de visita, nos locais pesquisados, estavam bem preservados ao lado do livro-ponto docente, do livro de matrículas dos alunos e dos livros de exames finais. Já os livros de atas de reuniões pedagógicas não foram preservados na mesma proporção que os termos de visita, sendo que um exemplar pesquisado estava em posse de um ex-diretor de grupo escolar.

Para a finalidade deste trabalho, qual seja, a discussão sobre a atuação pedagógica do inspetor escolar, identificamos e catalogamos os termos de visita e os livros de ata de reuniões pedagógicas guardados e armazenados nas instituições estaduais de ensino de Sorocaba.

Pelo fato de algumas escolas serem vinculadoras⁶ de escolas rurais e escolas de emergência, a documentação armazenada confere grande riqueza pela variedade de registros encontrados. Os documentos situam-se entre 1919 e 1974, ano em que a denominação inspetor escolar passou a ser supervisor pedagógico.

Embora o acervo documental seja vasto e proporcione uma ampla pesquisa histórica, poucos estudos apontam para a análise da riqueza do material encontrado, o que sugere ser esse um campo fecundo a ser explorado. Por meio das análises efetuadas, pudemos identificar vários elementos que auxiliam na compreensão do funcionamento da instituição escolar, da maneira como os profissionais agiam e

⁶ Trataremos como escola vinculadora aquelas que foram responsáveis pelas escolas vinculadas, unidades que não tinham o número de classes suficientes para serem grupos escolares. Normalmente as escolas vinculadas funcionavam em uma casa em instalação rural utilizada para abrigar alunos de diferentes séries sob a regência de um único professor.

registravam suas ações, das práticas escolares e de suas relações com a sociedade local.

Encontramos, ao longo da pesquisa documental, realidades distintas em relação à guarda e à conservação dos arquivos históricos, também chamados de “arquivo morto”. Sólis (1992, p. 55) alerta para o fato de que a denominação “morto” sugere arquivos sem utilidade, os quais configuram “[...] apenas uma massa de papel velho ocupando espaço, podendo ser descartável”. Em conversas que tivemos com funcionários das escolas que pesquisamos, o que estávamos procurando, os termos de visita e as atas de reuniões pedagógicas, era referenciado como documentos do “arquivo morto”, visão recorrente que representa a ideia de papéis que ocupam espaço e causam problemas.

Também nos deparamos com uma realidade semelhante à descrita por Vidal (2005, p. 202-203), ligada à questão da preservação dos documentos, visto que encontramos nos arquivos das escolas pilhas de *Diário Oficial* acumulando poeira, mesmo sendo documentos disponibilizados na página eletrônica da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, além de serem guardados na Diretoria Regional de Ensino.

Na escola mais antiga, inaugurada em 1896, a EE Antonio Padilha, os documentos importantes tais como os termos de visita dos inspetores escolares datam de 1930 (a documentação anterior não foi localizada); em outra escola, inaugurada em 1925, a EE Ezequiel Machado Nascimento, não encontramos os livros de termos de visita. Lidamos, então, com a pesquisa fragmentada, a qual nos leva a vestígios e pistas muito mais que a uma documentação histórica preservada e organizada.

Cabe aqui uma observação importante: a única escola que conta com local específico para guarda dos documentos escolares foi construída durante um embate histórico entre grupos políticos do “vergueirismo”, que mantinham a hegemonia política e não queriam a expansão do ensino para além do primário, e outro grupo, a maçonaria, que acabou prevalecendo e fundou o primeiro ginásio da cidade. Foi esse grupo que construiu o prédio e o doou para o Estado (GONÇALVES, 2007; SOARES, 2006).

Se para Furtado (2011, p. 151), “[...] embora já venha ocorrendo uma discussão em torno das questões que norteiam a preservação do patrimônio documental, ainda assim existem poucas as iniciativas concretas” no que tange à preocupação no que diz respeito à manutenção dos acervos escolares, no nosso caso, encontramos realidades distintas nas escolas pesquisadas: em algumas delas, o arquivo ficava em

um ambiente pequeno, pouco arejado e inadequado para a conservação; em outras, os documentos estavam bem guardados e conservados, necessitando apenas de catalogação e digitalização para que pudessem ser usados de forma mais ampla nas pesquisas educacionais.

Ainda que tenhamos legislações recentes específicas sobre o assunto, tanto no âmbito federal como no âmbito estadual, não creditamos a elas a realidade observada, mas à própria tradição das escolas em preservar os documentos. Em apenas uma escola a catalogação serviu para atender a uma exigência administrativa oriunda da legislação estadual. Isso confirma a ideia que não há iniciativas por parte do poder público que se efetivem diretamente na totalidade dos estabelecimentos escolares, assim, apenas a legislação é insuficiente para provocar mudanças na realidade.

Exceto em uma escola, nos arquivos das restantes não havia nenhum instrumento de pesquisa, como catálogos, índices, inventários, entre outros, que elencasse os documentos alocados nas prateleiras. De fato, a pesquisa foi feita diretamente pelo pesquisador nas prateleiras.

Em algumas escolas, a guarda dos arquivos estava bem sinalizada, com livros encapados, numerados pela ordem cronológica, porém, somente em uma escola estava relacionado. Essa grande variedade de situações encontradas em diferentes escolas vai ao encontro dos achados de Bonato (2005, p. 211-212) e denuncia que a falta de uma política arquivista é característica geral das instâncias governamentais e fica para as escolas a responsabilidade de guardar e ordenar seus arquivos segundo as diferentes práticas de seus gestores.

O processo da pesquisa documental foi iniciado por meio do levantamento do material existente. Localizamos uma grande variedade de fontes documentais, de diferentes naturezas, de caráter histórico, administrativo e pedagógico, tais como: livros de matrícula dos alunos, livros-ponto do corpo docente, livros de atas de resultados de provas e exames, livros de atas de reuniões pedagógicas, livros de atas das reuniões da congregação, livros de posse de funcionários, entre outros documentos. Posteriormente, os documentos foram selecionados. Separamos, então, os termos de visita dos demais documentos, catalogados onde não existia o registro e classificados segundo a ordem cronológica. Após essa etapa, os termos foram analisados. Relacionamos as visitas dos inspetores escolares às escolas e as reuniões pedagógicas com o levantamento da temática registrada.

Nas pesquisas efetuadas, o recurso eletrônico de fotografia por meio de celular mostrou-se uma ferramenta prática para digitalização dos documentos, o que contribuiu para o armazenamento e as buscas de temáticas para a pesquisa, melhor que no caso dos originais, visto que os arquivos eletrônicos são de fácil manuseio, leitura e incorporação nos textos de pesquisa.

No que diz respeito à necessidade de formulação e implementação de uma política de fontes, concordamos com Saviani (2006, p. 34). Apesar de haver uma legislação específica, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual, o que já configura um avanço, é preciso ainda mais para que as escolas efetuem nas suas instalações o que é preconizado pelo amparo legal, principalmente nas instituições mais antigas como aquelas por nós pesquisadas. Sem o estabelecimento de rotinas e procedimentos, os arquivos continuarão a ser guardados e preservados de forma aleatória e imprecisa.

A procura e o manuseio dos documentos que preservam rastros da atuação pedagógica dos inspetores escolares foram os principais aspectos ligados à periodização da presente pesquisa, visto que os achados que atendem à demanda datam de 1931. Embora tenhamos encontrado documentos semelhantes, principalmente os termos de visita, eles não elucidaram a questão da atuação pedagógica.

Na sequência, tratamos das pesquisas que versam sobre a atuação dos inspetores escolares nas escolas primárias no Brasil, no estado de São Paulo e na cidade de Sorocaba.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Cumpre-nos esclarecer preliminarmente que inspetor escolar é uma denominação dada a profissionais de diferentes funções segundo cada rede de ensino. Também convém esclarecer que, nas escolas, havia vários tipos de inspetores, que serão elencados posteriormente.

Seguimos a esteira metodológica proposta por Eco (1995), para quem “antes de mais, definem-se os termos que se utilizam, a menos que sejam termos consagrados e indiscutíveis na disciplina em questão” (ECO, 1995, p. 162). Assim, entendemos ser necessário esclarecer a denominação *inspetor escolar*, visto que a variação em relação ao termo empregado é ampla em nosso país.

Como enunciado na Introdução, dentro do recorte temporal desta pesquisa, no Estado de São Paulo, a denominação inspetor escolar foi utilizada de 1897 até 1974. A diferenciação da denominação específica para São Paulo originou-se na tendência do estado em inovar na educação e aperfeiçoar os preceitos emanados para o restante do Brasil pelos governos federais. Segundo Saviani (2007), essa tendência de São Paulo em inovar na legislação educacional ocorreu principalmente em 1890, quando da reforma da instrução pública, mas também antes disso e ao longo do tempo o estado de São Paulo acabou por ser precursor para reformas em outros estados. Nessa direção, Barbosa (2011, p. 397) assinala que “[...] antes deste período [emancipação política da província do Paraná em 1853], a inspeção escolar tinha como referência a lei nº. 34, de 16/03/1846, da província de São Paulo”.

De modo a verificarmos como se dá a denominação do profissional por nós estudado, em nossa revisão bibliográfica optamos pela busca de teses e dissertações disponibilizadas pelas universidades brasileiras, preferencialmente em formato digital. Valemo-nos também de artigos científicos, livros e capítulos de livros. A escolha se deu para abranger a maior quantidade possível de trabalhos e de denominações utilizadas.

Inicialmente operacionalizamos nossa busca nos seguintes sistemas: Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP), C@thetra - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, Biblioteca Digital da PUC-SP – SAPIENTIA e Sistema de Bibliotecas da Unicamp – SBU. Nas buscas iniciais, utilizamos os termos *inspetor*

escolar e inspeção escolar. Também visitamos *in loco* as bibliotecas da USP e da PUC-SP para a leitura de trabalhos não disponibilizados no formato digital.

Em virtude termos encontrado um pequeno número de trabalhos, apenas 9, com os termos citados, decidimos pesquisar os termos *supervisor escolar* e *supervisão escolar*. Como os resultados apontavam para mais de uma centena de teses, dissertações e livros, selecionamos, por meio da leitura dos resumos e, em alguns casos, da introdução dos trabalhos, os textos que poderiam contribuir para o desenvolvimento de nossa pesquisa. À medida que as leituras avançavam, identificamos outros trabalhos acadêmicos, além das buscas iniciais, em outras instituições diversas das citadas anteriormente.

No Quadro 1, elencamos as 24 denominações dos profissionais que atuam nas escolas considerando a presença do termo *inspetor* na nomenclatura.⁷ Selecionamos 30 teses de doutorado, 31 dissertações de mestrado, 9 artigos em periódicos, 12 capítulos de livros ou livros completos, totalizando 82 trabalhos pesquisados.⁸

Figura 1: Terminologia presente nos trabalhos acadêmicos para cargo de inspetor

Denominação
Inspetor de alunos
Inspetor de aulas
Inspetor de distrito
Inspetor de educação elementar
Inspetor de educação física
Inspetor de ensino
Inspetor de escola normal
Inspetor de estabelecimento de ensino
Inspetor de instrução pública
Inspetor escolar
Inspetor fiscal da escola normal
Inspetor geral de instrução pública
Inspetor geral do ensino
Inspetor geral dos estudos
Inspetor literário
Inspetor municipal
Inspetor paroquial

⁷ Optamos por elencar as denominações por ordem alfabética e não pela ordem em que foram encontradas ou pela quantidade de citações.

⁸ No Apêndice A, disponibilizamos as referências de cada trabalho pesquisado, com indicação do ano de publicação, tema da pesquisa, fontes utilizadas, quantidade de referência à palavra *inspetor* e tipo de denominação utilizada.

Inspetor regional de ensino
Inspetor regional escolar
Inspetor técnico

Fonte: Elaboração própria.

De início, nossa busca consistiu em localizar a palavra inspetor, posteriormente, procuramos compreender que sentido tinha no texto tal chamamento. Notamos que, em alguns trabalhos, houve apenas a menção ao histórico de alguma personalidade, assim, o material não contribuiria para o entendimento da atuação do profissional nas escolas. Optamos, então, por preservar apenas os trabalhos em que a terminologia inspetor poderia ser associada a algum tipo de prática no interior das escolas. Ressaltamos que, atentos à abordagem qualitativa, não levamos em consideração a quantidade de citações da palavra *inspetor*, e sim o sentido no texto que representasse contribuição para nossa pesquisa.

Para a elaboração das denominações utilizadas, descartamos as opções de *inspetor* somente, visto que muitos autores referenciaram inicialmente o profissional e prosseguiram seus textos repetindo apenas a primeira palavra da terminologia composta. Notamos que a denominação *inspetor* foi usual para vários cargos das instituições públicas, não ficando restrito ao ambiente escolar. Assim, temos inspetor médico, inspetor do serviço de lepra, inspetor da tesouraria e inspetor sanitário, entre outras nomenclaturas.

Nossa primeira observação decorrente da pesquisa bibliográfica inicial diz respeito ao abandono da conceituação da terminologia utilizada nas pesquisas. Vários pesquisadores valeram-se de denominações muitas vezes inexistentes no âmbito legal, por exemplo, inspetor de estabelecimento de ensino (GOMES, 2014), inspetor fiscal (BARBOZA, 2006), inspetor de educação elementar (MALUHY, 2010), inspetor regional escolar (VIEIRA, 2008) e inspetor técnico (GONÇALVES, 2012).

No âmbito do nosso objeto de estudo, abordamos as práticas das denominações de inspetor de distrito, de ensino, de estabelecimento de ensino, de instrução pública, escolar, municipal e paroquial visto que entre suas atribuições estavam as visitas às escolas e o trato com as questões pedagógicas junto a diretores e professores.

De modo a evidenciarmos a divergência em relação ao emprego do termo inspetor, destacamos que em Goiás, o inspetor de ensino foi denominado inspetor

paroquial⁹ e, posteriormente, delegado literário (ABREU, 2006, p. 116). As denominações tiveram como base o panorama social do Brasil à época do Império, quando em muitas localidades não estava instalado um município, e sim uma paróquia, que estava ligada à igreja católica.

No levantamento bibliográfico também identificamos o tipo de fonte utilizada pelo pesquisador. As fontes identificadas¹⁰ estão listadas em ordem alfabética no Quadro 2.¹¹

Ainda sobre as fontes, foi necessário ler as pesquisas para agrupar objetos de pesquisa idênticos, mas com a terminologia empregada pelo autor de forma individual. Por exemplo, a expressão *livros de registro* poderia, inicialmente, referir-se a vários tipos de livros. Ao longo da leitura, notamos que o autor esteve se referindo ao livro de matrícula.

Figura 2: Fontes utilizadas nas pesquisas da revisão de literatura

Tipos de fontes
Abaixo-assinados
Anuários do Ensino do Estado de São Paulo
Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo
Atas
Cartas
Cartilha do operário
Conferências pedagógicas
Diários de professores
Documentos
Entrevistas
Iconográficos
Impressos
Jornal
Legislação
Livro de ata de reuniões

⁹ Com relação às denominações, Barbosa (2013, p. 8) destaca que no “Regulamento de Instrução Pública Primária (1871) o cargo de subinspetor é substituído pelo do inspetor paroquial, mudando praticamente a nomenclatura que era de acordo com a área de atuação do mesmo (paróquia ou distrito). A partir do Regulamento do Ensino Obrigatório (1877), o cargo de inspetor de distrito é suprimido, ficando só o de inspetor paroquial ou municipal”.

¹⁰ No Capítulo 2, abordamos de forma mais aprofundada os tipos de fontes de pesquisa.

¹¹ Para a elaboração do Quadro 2, realizamos a leitura de resumos, às vezes de introduções, do texto completo e até dos anexos para saber o tipo de fonte utilizada no trabalho. Notamos que vários autores sequer citaram em seus trabalhos o tipo de fonte utilizada. Isso fez com que dispendêssemos mais tempo do que prevíamos para o simples levantamento das fontes, o que demonstra a fragilidade de metodologia de pesquisa em vários trabalhos.

Livro de exames
Livro de matrículas
Livro de posse e exercício
Livro de termo de visita
Livros
Manuais de ensino
Manuscritos
Ofícios
Ofícios da instrução pública
Publicações
Relatório de inspetores
Relatórios
Revista
Termos de visitas

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao recorte temporal presente nos estudos pesquisados, nos 30 trabalhos de nível de doutorado, o trabalho com o recorte temporal de menor duração foi de 1 ano e o de maior duração foi de 58 anos. A média do tempo de abrangência nas pesquisas de doutorado foi de 23 anos, fato esse que indica a pouca preocupação em se trabalhar uma amplitude maior de tempo. Nas dissertações de mestrado, a média de período dos recortes temporais foi de 21 anos; o trabalho com o maior recorte considerou 100 anos, aquele com o menor recorte considerou um ano. Isso evidencia que também nas pesquisas de mestrado houve pouca preocupação com os recortes de longa duração.

Dos 61 trabalhos pesquisados, entre dissertações e teses, as temáticas foram as mais diversas, como apomos no Quadro 3.

Embora presente em 61 trabalhos selecionados, a temática da atuação do inspetor escolar foi pesquisada em apenas quatro ocasiões: em duas dissertações e em duas teses. Concluimos que o tema da inspeção escolar é muito citado em pesquisas, mas não tiveram a atenção dos pesquisadores para ser melhor compreendido.

Figura 3: Temas pesquisados nos trabalhos acadêmicos com presença do inspetor

Temas
Administração escolar
Alfabetização de Jovens e Adultos
Associações auxiliares da escola

Atuação da supervisão
Carteira escolar
Coordenador pedagógico
Cultura juvenil
Curso para especialistas
Destino dos professores
Disciplina
Educação física
Escola de aprendizes artífices
Escolarização
Festas escolares
Formação docente
Higiene escolar
Inspetor escolar
Instituição administrativa
Instituição escolar
Instrução pública primária
Linguagem
Livros escolares
Manuais escolares
Moralização do ensino
Práticas pedagógicas
Professor coordenador pedagógico
Profissionalismo docente
Programas de ensino
Reformas de ensino
Saberes geométricos
Saúde pública
Supervisão escolar
Tempo, temporalidade, ritmo
Termos de visita

Fonte: Elaboração própria.

Após esses apontamentos, optamos por dividir a revisão dos trabalhos com excertos que julgamos necessários à compreensão da atividade pedagógica do inspetor escolar em duas partes: na primeira parte, os trabalhos que não tiveram como objeto de estudo a investigação da atuação do inspetor escolar. As pesquisas utilizaram-se de autores para comentar a atuação do inspetor escolar por meio de outros pesquisadores. Os estudos indicados aqui estão agrupados por temas. Na segunda parte, de forma mais analítica, apresentamos os trabalhos em que foi analisada a atuação do inspetor escolar nas escolas, com foco na identificação dos elementos que evidenciaram a relação pedagógica do profissional.

3.1 O inspetor sendo citado

Inicialmente, elencamos os autores que trabalharam com temas diversos no contexto da educação escolar e citaram o inspetor escolar como uma das determinações das práticas escolares.

Na seleção de trabalhos que utilizamos na pesquisa, buscamos excertos que se referem aos profissionais que atuavam nas escolas. O inspetor geral, muito citado principalmente nos relatórios de instrução pública e anuários da educação, não constitui objeto de análise nesta pesquisa, pois sua atuação era no âmbito central, mais próximo ao que seria hoje o secretário estadual de educação.

A forma mais usada de aparição do termo *inspetor* está nos trabalhos que utilizavam os relatórios dos inspetores como forma de prestar contas aos inspetores gerais e nos Anuários da Educação do Estado de São Paulo no período em que foram elaborados pelos inspetores (ABREU, 2013; ALVES, 2009; CÂNDIDO, 2007; CASTELLANOS, 2012; CATINI, 2008; GALLEGO, 2008; LUCIANO, 2001).

Nos documentos elaborados pelos inspetores, destaque para as observações a respeito da aparência e do funcionamento do prédio (ABREU, 2013; ALVES, 2009; BARBOZA, 2006; BEZERRA, 2010; CABRAL, 2010; CASTRO, 2009) e também para a preocupação com o ajuste das matrículas (ALVES, 2007; ALVES, 2009; BARCELOS, 2005; LUCIANO, 2001), bem como para a abertura e fechamento de escolas (ALVES, 2009; D'ANGELO, 2000).

Em alguns trabalhos, o inspetor escolar figura como um examinador de professores, uma autoridade que permitiria ou proibiria o exercício profissional no magistério a pessoas não habilitadas (ABREU, 2006; ALVES, 2009).

O inspetor escolar foi citado também como cargo de personalidades (ALVES, 2009), principalmente no Império, visto que “[...] a gratidão e o reconhecimento do país é o único galardão compatível com a importância desse serviço, que não era remunerado até o ano de 1854” (LUCIANO, 2001, p. 158). Nos registros, consta a participação desse profissional em festas escolares (CÂNDIDO, 2007, 2012). Há casos em que o inspetor escolar é apresentado como autor de poemas e de livros didáticos (CASTELLANOS, 2012; COSTA, 2013) e até como partícipe na elaboração de regulamentos (CASTELLANOS, 2012).

Os estudos que citam os inspetores escolares são de vários estados: Ceará (ALVES, 2009), Goiás (ABREU, 2006), Maranhão (CASTELLANOS, 2012; COSTA,

2013), Pará (COELHO, 2008), Paraná (BARBOSA, 2011; CAVAGNARI, 2001), Pernambuco (BEZERRA, 2010), Santa Catarina (CASTRO, 2009; LUCIANO, 2001), e São Paulo (ABREU, 2013, CHEDE, 2014, DOMINGUES, 2009; GOMES, 2014; SILVA, 2012), fato que nos possibilita vislumbrar o conjunto da atuação em um país continental como o Brasil e notar que se trata de um tema presente em pesquisas históricas de várias localidades.

A atuação burocrática do inspetor foi descrita, ainda, para notificar casos de saúde pública (COELHO, 2008), receber relatórios periódicos dos professores (ALCÂNTARA, 2014; ABREU, 2006) e punir professores que não cumprissem seus deveres, principalmente em relação à assiduidade (ABREU, 2006).

Nas citações que identificam a parte pedagógica, aparece o embate pedagógico *versus* administrativo (CARVALHO, 2011; CAVAGNARI, 2001, FERINI, 2007; LOCCO, 1987), o profissional que deveria examinar os alunos (ABREU, 2006; ALVES, 2009; ALVES, 2007; BEZERRA, 2010), que reclama da falta de capacidade dos professores e sugere medidas para resolver essa questão (ABREU, 2013; ALVES, 2009).

Coelho (2008) citou o baixo número de profissionais em face do elevado número de unidades escolares como fator que dificultou a atuação dos inspetores escolares. Poucos inspetores escolares, conseqüentemente poucas visitas e poucas oportunidades para orientar os aspectos pedagógicos, o que o torna muito mais um conferencista (COELHO, 2008).

Em muitos trabalhos sobre supervisão e coordenação, a figura do inspetor escolar é a de precursor dessas funções (CORRÊA, 2010; DOMINGUES, 2009; ROMAN, 2001) e mais que isso: “[...] o que se pode notar é que seu perfil [do supervisor], em muitas situações, pouco difere do antigo inspetor escolar” (ALBUQUERQUE, 1990).

De acordo com Furtado (2007), alguns pesquisadores citam os trabalhos sobre inspetor escolar, mas o fazem somente para justificar a pouca pesquisa em outras áreas, principalmente em relação à educação primária.

Por fim, encontramos trabalhos que citam os inspetores escolares como orientadores de professores e diretores sobre métodos de ensino (ALVES, 2009), como propagadores dos métodos de ensino (BARBOZA, 2006) e como orientadores em relação a procedimentos a serem usados pelos professores (CASTELLANOS, 2012).

A gama de trabalhos citados foi identificada apenas pela menção ao termo *inspetor escolar*, sem que houvesse interpretações mais elaboradas sobre a atuação desse profissional. A seguir, descrevemos mais detalhadamente os trabalhos que não visaram estudar a atuação do inspetor escolar no estado de São Paulo ou que estudaram sua atuação no Império, o que foge ao objeto de nosso estudo. Ainda assim, de alguma forma, os autores aprofundaram um pouco mais o estudo do profissional por isso, de nosso ponto de vista, a referência a esses trabalhos contribui para o desenvolvimento desta pesquisa.

Gallego (2008), ao pesquisar algumas das características da escola primária no Império, descreve o que era o relatório de inspetores e comenta que esses profissionais ocupavam lugar central na implementação das mudanças previstas em legislação. O autor comenta que a legislação é sempre mencionada, demonstrando um discurso controlado por itens pré-definidos. Por serem responsáveis pela efetivação das orientações legais, os inspetores ocupam-se de recuperar informações objetivas, como número de matrículas e frequência. Esses documentos incluem os mais variados dados, por exemplo, a aplicação de exames, a organização das escolas, a divisão dos alunos, a matrícula, a frequência, além de denúncias contra os professores que não cumpriam as normas (GALLEGO, 2008, p. 54).

Catini (2008) comenta que os relatórios dos inspetores discursavam sobre forma de realização do trabalho e se sobrepunham ao conteúdo do trabalho, ou seja, os meios de trabalho sobre os fins da educação e estes, por sua vez, eram definidos exteriormente. A autora destaca, ainda, que “[...] a ação fiscalizadora do inspetor escolar corresponde à averiguação do cumprimento dos programas estabelecidos, do método de ensino aplicado, frequência de professores (as) e diretores, documentos, prontuários, diários de classe, etc.” (CATINI, 2008, p. 121).

Embora o objeto de estudo de Castellanos (2012) tenha sido o livro pedagógico, o autor realizou uma pesquisa que abordou muito das atividades pedagógicas dos inspetores escolares. O autor analisou relatórios de inspetores, ofícios e correspondências para demonstrar como o inspetor escolar interagiu com os professores no trato pedagógico. Na verdade, essa interação não foi livre de conflitos, uma vez que os professores eram avessos às indicações de livros didáticos preconizados pelos inspetores da instrução pública. Segundo o autor, o inspetor da instrução pública teve como uma de suas atribuições rever as obras e os compêndios,

corrigindo-os, mandando-os a corrigir ou substituindo-os e, os de ensino religioso, foi responsabilidade do Bispo Diocesano a sua aprovação (CASTELLANOS, 2012, p. 32)

Domingues (2009) traçou um paralelo entre o declínio da influência da igreja e a transferência da fiscalização do ensino para o poder estatal. Isso pode ser constatado em muitos trabalhos em que aparece a denominação inspetor paroquial (ABREU, 2006; BARBOSA, 2011; LUCIANO, 2001; REIS, 2011; SILVA, 2010), que aos poucos vai mudando para inspetor literário e inspetor de distrito.

Salvador (2000), ao pesquisar as origens do coordenador pedagógico, localiza nos antecedentes da coordenação pedagógica a inspeção escolar, além disso, estabelece relação com a igreja ao esclarecer que no período confessional os bispos fiscalizavam as escolas. Posteriormente, com o aumento do número de escolas, a inspeção foi delegada ao mestre-escola ou escolástico e, por volta do século XVIII, surgiu a figura do inspetor escolar público. Segundo a autora, à medida que o estado assumiu maiores responsabilidades em relação à escola, a inspeção escolar tornou-se fiscalizadora, o que, mais tarde, caracterizaria a supervisão.

Vários autores vinculam a inspeção escolar ao aspecto fiscalizador (por exemplo, DOMINGUES, 2009; SPERB, 1963). Nessa direção, Rolla (2006) descreve que a ação tradicional, conservadora e estreita atribuída ao supervisor escolar, que contém em si traços do inspetor escolar, deu-se porque este

[...] dava ênfase ao 'controlar', 'executar', 'fazer cumprir'. A existência deste profissional continuava, portanto, servindo ao sistema, fazendo com que sua ação fosse limitada ao que lhe era determinado, cabendo-lhe executar o que era estabelecido e garantir que os docentes reproduzissem, em suas aulas, o modelo instituído (ROLLA, 2006, p. 21).

Barbosa (2011), ao abordar os inspetores escolares no Paraná, salienta o caráter punitivo desses profissionais, pela ameaça de multas¹² aos professores. Os motivos principais para a aplicação das penalidades eram não executar com os alunos o plano determinado, falta de pontualidade e má vontade com que exerciam o magistério. Segundo a autora, “[...] a aplicação rigorosa e mais recorrente das multas

¹² Barbosa (2012) cita as punições que os inspetores escolares aplicavam nos professores. Para tanto, cita o Art. 87 do Regulamento de Ordem Geral do Estado do Paraná, datado de 1857: “Os professores públicos, que por negligência ou má vontade não cumprirem bem os seus deveres, servindo-se de livros não autorizados, instruindo mal os seus alunos, exercendo a disciplina sem critério, deixando de dar escola por mais de três dias, sem motivo legítimo em um mês, ou infringindo qualquer disposição deste regulamento e instruções de seus superiores ficarão sujeitos às seguintes penas: 1ª admoestação; 2ª repreensão; 3ª multas de 20 a 60\$000 réis; 4ª suspensão de 15 dias a 3 meses com perda de vencimentos; 5ª perda da cadeira” (BARBOSA, 2012, p. 88).

se dá, nos documentos pesquisados, a partir da década de 1880” (BARBOSA, 2011, p. 402).

Corrêa (2010), em trabalho intitulado *A formação do supervisor educacional do Estado do Rio de Janeiro*, encontrou elementos de uma ação que não tinha regulamentação e que, em alguns momentos, era vista como autoritária e até mesmo delatora de professores e diretores, ou seja, o inspetor esteve na escola somente para verificar o que era incorreto e denunciar as ocorrências aos superiores.

Cavagnari (2001), em sua pesquisa sobre a formação das equipes pedagógicas em escolas do Paraná, salienta a influência do inspetor na fiscalização apenas de escolas em que “não há, [...] a indicação de orientações didático-pedagógicas aos professores, mas tão somente a verificação, averiguação, observação, advertência, julgamento. [...] Como se observa, o sistema de inspeção servia ao poder do Estado” (CAVAGNARI, 2001, p. 108).

Para Sperb (1963), “[...] a função do fiscal ou do inspetor é simples. Ao inspetor da escola tradicional cabia verificar e fiscalizar o trabalho do professor. Cabia-lhe fazer trabalhar, mas não lhe exigiam cooperação no problema de como trabalhar melhor” (SPERB, 1963, p.118).

A importância do acompanhamento pedagógico foi observada por Anísio Teixeira, quando no exercício do cargo de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública na Bahia. Em relatório do período 1924-1928, ele sugeria:

O facto de haver apenas 12 inspectores para todo o Estado, dos quaes dois devem ficar para o serviço da Capital, tem feito do serviço de inspecção um mero serviço fiscal do professor primario.

Impõe-se substituir esse typo fiscal da inspecção por um typo de assistencia technica, que permita um fecundo trabalho de collaboração para o progresso e aperfeiçoamento da escola.

Para isto não devemos receiar um augmento razoavel do numero de inspectores, assim como a abertura de cursos especiaes na escola Normal para preparal-os para o trabalho especializado que vamos pedir-lhes (TEIXEIRA, 1928, p. 46).

Reis Filho (1995), ao tratar da reforma da instrução pública republicana, cita que a escola-modelo foi sendo multiplicada na forma de grupo escolar. Reunindo no mesmo prédio várias classes, permitia ainda melhor supervisão e administração escolar (p. 207). Especificamente sobre a inspeção escolar, o autor destaca que o território do estado de São Paulo foi inicialmente dividido em 40 distritos com vários municípios, cada um com seu respectivo um inspetor escolar. A visão do inspetor

escolar como fiscalizador é observada por Reis Filho (1995, p. 207-208), para quem determinadas características acabaram por influenciar sua atuação:

As longas distâncias que o inspetor de distrito deveria percorrer, as interferências da política local e o conceito de inspeção escolar associado ao de fiscalização burocrática, fizeram do inspetor escolar um funcionário do poder estadual intervindo, intermitentemente e de modo inadequado, nas escolas e nos interesses, pouco defensáveis, da política municipal. E foi esta, a política local que quase sempre anulou a ação do inspetor escolar no esforço de garantir o funcionamento normal das escolas. A inspeção escolar por intermédio dos inspetores distritais foi substituída, em 1897, por um inspetor geral com jurisdição sobre todo o território do estado, auxiliado por dez inspetores escolares. O curto espaço de tempo de existência da inspeção por distrito não permite avaliar seus resultados. Na regulamentação das funções do inspetor de distrito, as atribuições burocráticas eram dominantes e continuaram com essa característica quando passou de sua forma distrital para geral. Daí o caráter fiscalizador que tradicionalmente assumiu a função de inspetoria escolar no Estado de São Paulo, em prejuízo do seu aspecto orientador. O inspetor escolar vai ser sempre visto como o funcionário que rubrica livros escolares, confere papéis, despacha recursos, verifica se os regulamentos estão sendo cumpridos pelos professores e diretores de Grupo escolar.

Ferreira (2001), em seu estudo sobre o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, no período de 1956 a 1961, cita um curso intensivo para inspetores escolares do ensino primário. Segundo a autora, o curso foi mantido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), com patrocínio do Departamento de Educação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e colaboração da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do CRPE-SP, que o ministrou. Realizado no segundo semestre de 1958, esse curso teve a finalidade de apresentar conceitos atualizados de supervisão, ou seja, evoluir do conceito tradicional de supervisão como inspeção para o conceito de supervisão como uma forma democrática de trabalho na sala de aula desenvolvido juntamente com o professor. Entre os temas abordados, ressaltamos que “Professores Principiantes” e “Como ajudar aos professores, individualmente, na classe” sinalizavam a passagem da função eminentemente administrativa para a pedagógica, de auxílio ao professor no seu trabalho (FERREIRA, 2001, p. 74-75).

A seguir, analisamos brevemente os trabalhos de mestrado e doutorado que tratam da atuação dos inspetores escolares no estado de São Paulo de forma mais aprofundada.

3.2 O inspetor sendo pesquisado

Ao longo do processo de pesquisa bibliográfica, que descrevemos no início deste capítulo, identificamos apenas cinco trabalhos, em nível de mestrado e doutorado, que tratam da atuação do inspetor escolar.

Barbosa (1997) pesquisou a atuação do inspetor escolar na rede municipal de ensino de Uberlândia (MG). Embora o objeto de estudo seja diferente, interessa-nos o histórico da inspeção no Brasil e a conceituação do termo *inspetor* que a autora apresenta, além do que, traça um paralelo entre a atuação do inspetor de ensino e do supervisor. A pesquisadora salienta que em 1599 foi implantado o *Ratio Studiorum* no Brasil, a primeira legislação sobre educação do país e marco inicial da trajetória da inspeção escolar (p. 27-28). Dos jesuítas para as aulas régias, a autora observa que o inspetor passou a ser “[...] um verdadeiro fiscalizador” (p. 28). Barbosa (1997) comenta também as alterações ocorridas em Minas Gerais com a vinda da família real, a partir de quando houve uma maior especificidade do papel do inspetor no referido estado.

Um ponto a ser destacado é a relação que Barbosa (1997) estabelece entre o inspetor escolar em Minas Gerais e o supervisor de ensino em São Paulo, os quais atuam em um grupo de escolas, bem como entre o supervisor escolar em Minas Gerais e o coordenador pedagógico em São Paulo, os quais atuam internamente em determinada escola. A autora sinaliza uma diferenciação muito pouco utilizada pelos pesquisadores que discorreram sobre inspetor nos seus trabalhos. Contudo, nas considerações sobre o inspetor, a autora não aprofunda a reflexão sobre a atuação pedagógica desse profissional.

Borges (2008) também discorreu sobre os inspetores escolares. Em seu trabalho de mestrado, analisou documentos pouco pesquisados, como os abaixo-assinados. O que nos chamou a atenção foi a análise das conferências pedagógicas. Para a autora, os “registros que abordam a participação de professores em discussões com um pouco mais de intensidade se referem às Conferências Pedagógicas convocadas por Eusébio de Queiroz ou após Regulamento de 1872” (p. 122). Borges (2008) apresenta-nos um tema que seria o precursor das reuniões pedagógicas, que abordamos no Capítulo 4, em que analisamos as atas para procedermos à investigação de uma forma de atuação pedagógica dos inspetores escolares em Sorocaba.

Em sua dissertação de mestrado *Inspeção e escola primária em São Paulo: trabalho e memória*, Ribeiro (1990) investiga a atuação do inspetor do ensino primário paulista. Para tanto, analisa os depoimentos dos profissionais da educação de São Paulo – professores, diretores, inspetores e delegados de ensino – que fizeram carreira no magistério primário entre 1930 e 1945. Corroborando diversos autores, Ribeiro (1990) constata que as funções exercidas pelo inspetor do ensino primário consistiam em fiscalizar o cumprimento das determinações burocráticas e formais, controlar o cumprimento do programa de ensino nas escolas isoladas e nos grupos escolares, além de participar de algumas orientações técnico-pedagógicas.

Por último, Chichaveke (2015), por meio da leitura dos termos de visita produzidos entre 1960 e 2000, pesquisou em seu mestrado as tendências educativas e os aspectos legais da supervisão. A pesquisa ocupou-se dos documentos produzidos pelos inspetores escolares e, posteriormente, pelos supervisores de ensino de Itapetininga (SP). Apontando para a atuação pedagógica do inspetor escolar, depois supervisor de ensino, Chichaveke (2015) analisa os termos de visita à luz das legislações federal e estadual e discute os documentos com base nas tendências pedagógicas não críticas, crítico-reprodutivistas e críticas (contra-hegemônicas) do período pesquisado. Como parte de suas conclusões, a autora afirma que “[...] é, reiteradamente, a hegemonia da ideologização do aparelho estatal interiorizada, reproduzida e personificada por esses educadores de forma implícita ou explícita” (CHICHAVEKE, 2015, p. 228).

No âmbito das pesquisas de doutorado, localizamos o estudo de Mitrulis (1993) sobre as funções da inspeção escolar e da supervisão pedagógica. A autora investigou depoimentos de pessoas que tiveram contato com as práticas dos profissionais de inspeção. Mitrulis (1993) destaca duas características inéditas na revisão bibliográfica até aqui: a forte presença da orientação técnico-pedagógica do inspetor escolar em reuniões com os professores e a diferença de práticas entre os inspetores, chegando a citar que alguns nem eram informados das alterações legais e normativas para procederem às orientações. Importante ressaltar que em suas conclusões, Mitrulis (1993, p. 198) afirma ser consenso que o “bom inspetor” era aquele que tinha larga experiência e conseqüentemente tinha bons modelos a serem seguidos pelos professores na ativa.

Chede (2014), que pesquisou os documentos da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo para defender a tese que os mesmos são orientadores para

os supervisores no sentido do controle e reprodução do sistema de ensino, mas que a supervisão incorporou perspectivas transformadoras (p. 27). Embora o inspetor escolar não foi seu foco, Chede elaborou um histórico da atuação desse profissional desde o Império (1835) até a substituição do cargo para supervisor pedagógico¹³. A autora faz referência a várias passagens em que exemplifica a possibilidade de atuação pedagógica do inspetor:

Pelas fontes analisadas, observamos as contradições: ao mesmo tempo em que a fiscalização e aplicação do legal se impunham, as visitas com orientações de melhoria da prática pedagógica constituíam-se em espaço de possibilidades de manifestações transformadoras.[...]

As características institucionais da inspeção, nesse período [Império], contemplavam tanto a dimensão pedagógica quanto a administrativa; [...]

A inspeção escolar ao longo do Império e, praticamente, até o início dos anos trinta [1930], apesar das várias reformas de que fora objeto, manteve suas características institucionais inalteradas na essência, quais sejam: contemplavam tanto a dimensão pedagógica quanto a administrativa em sua atuação; [...]

No conjunto legal que regulamentou o sistema de supervisão junto à SEE/SP, mantiveram-se as características básicas da inspeção, quais sejam: atuação em nível de sistema, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas; atribuições de caráter pedagógico e administrativo (CHEDE, 2014, p. 76/80/108/166).

Fica evidente no trabalho de Chede (2014) que o inspetor escolar recebeu várias orientações legais para que sua função não fosse apenas administrativa, mas também pedagógica.

Por fim, citamos a tese de doutorado de Gomes (2014), que pesquisou o tema dos inspetores escolares especificamente em relação à cidade de Sorocaba. A autora explora o histórico da inspeção escolar no Brasil e apresenta a bibliografia desde os jesuítas até 1950. Além disso, aproxima-se das práticas desse profissional ao analisar os termos de visita de uma escola estadual de Sorocaba, entre 1919 e 1950.

De tudo o que apresentamos, destacamos que os termos de visita constituem as fontes mais próximas das práticas escolares utilizadas pelos autores quando da verificação das orientações nas escolas, não mencionando as atas de reuniões pedagógicas que mostraram importante participação dos inspetores escolares nas práticas pedagógicas, como veremos no Capítulo 4.

A revisão de literatura por nós realizada permitiu-nos perceber que ainda há muito trabalho a ser desvelado. Como pontua Echer (2001, p. 9),

¹³ A Lei Complementar nº 114, que modificou o cargo de inspetor escolar para supervisor pedagógico, foi publicada em 14 de novembro de 1974.

[...] [a revisão bibliográfica] inicia com o projeto e segue até o término do trabalho científico. Muitas vezes, acompanha o pesquisador por toda a sua vida. Isto particularmente ocorre quando o assunto escolhido realmente é de seu interesse e, mesmo que não esteja pesquisando sobre o tema, se interessa em ler resultados de pesquisas de outros autores.

É nosso entendimento que a presença dos inspetores em várias pesquisas, assim como a pesquisa dos próprios inspetores, é um assunto que não se esgota, até porque, de acordo com a metodologia da dialética marxista, a compreensão dos fenômenos jamais finda, uma vez que vai sendo cada vez mais saturada de determinações que leva a uma compreensão mais aprofundada do objeto da pesquisa.

Da revisão de literatura que empreendemos, notamos que os pesquisadores que citam o inspetor o fazem com base na bibliografia sobre a atuação desse profissional. Uma vez que os estudos relacionados anteriormente estão muito restritos ao Império e às fontes tradicionais de pesquisa, como relatórios e anuários, acabaram por não privilegiar as determinações que incidem sobre as práticas do inspetor. Em suma, as pesquisas levaram a consensos sobre a atuação do inspetor escolar como um fiscalizador, mas acabam por não enriquecer o objeto da sua atuação.

Notamos, de um lado, que as pesquisas que tiveram como objeto de estudo a atuação do inspetor escolar focaram mais nas determinações das atividades; de outro lado, porém, as pesquisas que utilizaram as fontes mais ligadas à prática, como entrevistas e relatos, mostraram que a atuação pedagógica do inspetor foi significativa, o que se contrapõe a muitos trabalhos que destacam o profissional apenas como fiscal do estado.

De modo a aprofundarmos a abordagem da atuação do inspetor, buscamos novas fontes de pesquisa. Assim, valemo-nos da legislação, especificamente dos programas de ensino, e de como as orientações chegavam às capacitações de professores. Assim, além das visitas realizadas, pesquisamos as atas das reuniões pedagógicas.

Como suporte teórico mais elaborado para a interpretação da atuação dos inspetores escolares, elegemos os escritos de Gramsci (1999), além disso, recorreremos aos pressupostos da dialética marxista explicitados na Introdução, aspectos que desenvolvemos a seguir.

4 AS CATEGORIAS DE GRAMSCI

Para atingirmos o objetivo geral de investigar a atuação dos inspetores escolares, adotamos algumas categorias elaboradas por Gramsci (1999), especialmente a atuação dos intelectuais na sociedade.

A palavra *intelectual* é bastante utilizada e pode assumir significados diferentes. Para Martins (2011, p. 132), “[...] a amplitude de seu uso resulta em enorme dificuldade aos que pretendem investigá-lo e conceituá-lo, pois o termo ‘intelectual’ pode ser abordado por diferentes enfoques, sustentados em variadas referências heurísticas”.

Importa para nós não a definição do termo *intelectual*, mas a forma como o pensador italiano o definiu e em quais análises podemos utilizá-lo ao torná-lo categoria de análise em investigações sobre inspetor escolar.

Na tradição do pensamento marxista, a preocupação com os intelectuais não foi alvo exclusivo de Gramsci (DIAS, 2013; SEMERARO, 2006). Segundo Dias (2013, p.118), “[...] se vocês pegarem as obras de Marx, de Engels, de Lenin, de Trotski, de Gramsci, de Mao etc. encontrarão esse debate”. O autor prossegue fazendo a seguinte indagação:

Por que digo que o marxismo sempre se ocupou com a questão dos intelectuais? Porque, do ponto de vista de Gramsci, a questão dos intelectuais é a questão da formação das direções; não se trata de saber se o cara é bom na academia ou não; intelectual no sentido gramsciano é alguém que está sempre interferindo na prática social (DIAS, 2013, p.118).

Entendemos que Gramsci não foi o único que tratou da atuação dos intelectuais, mas foi ele que imprimiu forte ênfase nesse aspecto e desenvolveu essa categoria, dando-lhe visibilidade nas discussões acadêmicas. Mais que dar visibilidade às discussões sobre os intelectuais, segundo Duriguetto (2014, p. 267), a “questão dos intelectuais ocupa uma posição estratégica nos escritos do comunista sardo. Ela é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado”.

Segundo as próprias discussões descritas por Gramsci (2000, p.142), “[...] a ‘originalidade’ consiste tanto em ‘descobrir’ quanto em ‘aprofundar’, em ‘desenvolver’ e em ‘socializar’, isto é, em transformar em elemento de cultura universal”. De nossa perspectiva, o aprofundamento, o desenvolvimento e a socialização do conceito de intelectual operados pelo pensador sardo ocorreu de maneira primordial.

No marxismo, o motor da história são as lutas de classes e, nelas, as direções, as formas como as pessoas agem no comando do estado são de fundamental compreensão para o entendimento de como ocorre o domínio de uma classe sobre outra e, mais ainda, de como mudar os destinos por meio da revolução proletária.

Segundo Martins (2011, p. 133), Gramsci, ao propor a categoria de intelectuais visa a justamente, na corrente marxista, promover uma análise com base na “perspectiva classista, o que lhe possibilitou identificar a seara do trabalho intelectual também como um espaço em que se desenvolve a disputa pela hegemonia”.

Ainda de acordo com Martins (2011, p. 133), Gramsci abordou a questão do trabalho intelectual

de maneira original, legando ao presente a possibilidade de distinguir o engajamento político mediado pela visão classista de outros tipos de engajamento, que podem ser intercedidos, por exemplo, por valores morais, espírito religioso, concepção filosófica, identidade de grupo (étnica, de gênero, opção sexual, faixa etária, etc.), etc. Assim, Gramsci se tornou uma referência nessa questão até os dias atuais, mormente àqueles que assumem o materialismo histórico e dialético como paradigma científico e filosófico de análise da realidade concreta e guia para a ação sociopolítica e educacional-cultural.

Dada a possibilidade de os escritos de Gramsci servirem ao propósito das análises pertinentes a este trabalho, utilizamos principalmente a categoria de intelectual orgânico para procedermos ao exame dos documentos sobre a atuação dos inspetores escolares.

Antes de interpretarmos e aprofundarmos a reflexão acerca dos escritos de Gramsci sobre os intelectuais, lembramos que os autores que se basearam em Gramsci para elaborar seus estudos alertam para o caráter historicista do pensamento do escritor sardo e sugerem que o pesquisador, ao fazer a leitura de seus escritos, não perca de vista a necessidade de historicizá-lo. Em outras palavras, é preciso ter em mente que se trata de um autor da sua época que escreveu em determinado contexto e, ainda assim, elaborou um conhecimento que se tornou clássico (SAVIANI, 2013; NOSELLA, 2004).

A seguir, passamos à breve descrição das situações vividas pelo autor italiano para, posteriormente, discutirmos seus desenvolvimentos teóricos.

4.1 Contextualização do pensamento gramsciano

Gramsci viveu e produziu seus escritos na primeira metade do século XX. Seus escritos são considerados uma ampliação de muitas discussões oriundas de Marx, a tal ponto de Althusser afirmar: “[...] quem tentou realmente seguir as explorações de Marx e Engels? Só posso pensar de Gramsci” (ALTHUSSER, 1969, p. 114, tradução nossa).

Hobsbawm (2011, p. 287) também atesta a importância do pensador italiano ao afirmar que sua “estatura como pensador marxista original – em minha opinião, o pensamento mais original surgido no Ocidente desde 1917 – é reconhecida, pode-se dizer, por consenso”.

Gramsci nasceu em Ales, província de Cagliari, Sardenha, Itália, em 1891. cursou a instrução primária e foi obrigado a abandonar a escola em 1903 para trabalhar; em 1905, voltou aos estudos secundários. Em 1911, obteve bolsa de estudos na Universidade de Turim, onde teve os primeiros contatos com o Partido Socialista da Itália e começou a elaborar artigos para o jornal socialista *Il Grido del Popolo*. Em 1914, abandonou os estudos universitários por problemas de saúde. Em 1916, começou a escrever regularmente para o jornal socialista *Avanti!*. Posteriormente, ajudou a fundar o jornal *L'Ordine Nuovo*. Cada vez mais participou da política pelo Partido Comunista até que foi eleito deputado constituinte em 1924. Preso por se opor ao regime de Mussolini¹⁴ em 1926, foi condenado a 20 anos de prisão em 1928. Em 1929, começou a redigir os *Cadernos do Cárcere*. Após o agravamento de problemas de saúde foi transferido da prisão para uma clínica particular em Formia em 1933, depois para outra clínica particular em Roma, em 1935. Lá faleceu em 1937 (JOLL, 1977).

¹⁴ O regime político que Benito Mussolini iniciou na Itália foi o fascismo, em 1919. Em 1921, fundou o Partido Nacional Fascista, que concorreu nas eleições ao parlamento e obteve 35 assentos. O movimento teve o apoio da classe média e de receosos do socialismo e comunismo, ao passo que os donos de terra e industriais o viam como uma possível defesa contra a militância trabalhista. Quando ocorreram as eleições de 1924, os representantes fascistas ganharam a maioria do parlamento. Mussolini passou a tomar atitudes que minavam as instituições representativas italianas. Como o poder legislativo estava enfraquecido, o novo governo publicou a Carta de Trabalho, que apresentava as intenções da nova facção instalada no poder. Entre os itens explícitos, o documento falava que a liderança soberana de Mussolini resolveria os problemas do país. Quando, em 1926, ocorreu um atentado contra o líder fascista, o partido ficou ainda mais forte. Mussolini foi nomeado primeiro-ministro pelo rei Vitor Manuel III. As atitudes de Mussolini foram extremas: todos os partidos políticos, com exceção do fascista, eram considerados ilegais, os órgãos de imprensa foram fechados, a pena de morte foi legalizada. Portando todos os poderes, o Estado fascista prendeu, deportou e matou milhares de civis entre 1927 e 1934.

A primeira característica do pensador italiano que nos salta aos olhos é seu comprometimento político, ou seja, Gramsci não foi um pensador desvinculado da prática social da qual escrevia. Nas palavras de Martins (2004, p. 242), “[...] em toda a produção gramsciana percebe-se um compromisso ético-político muito forte de Gramsci com aquilo que talvez seja o elemento mais valioso do marxismo originário, qual seja o seu desejo de promover a revolução social”. Fica evidente que Gramsci não só falou sobre revolução, mas também esteve empenhado fortemente em promovê-la.

Gramsci escreveu de uma perspectiva da classe operária, o proletariado. Engajou-se ativamente no movimento revolucionário até ser encarcerado pelo fascismo de Mussolini. Suas produções ocorreram em condições pouco favoráveis: estava doente; somente dois anos após ser preso recebeu material para escrita; sua correspondência passou pela censura; não houve possibilidade de embates em uma universidade; não dispôs de bibliotecas vultosas; não pôde se atualizar em relação ao mundo fora do cárcere. Acrescente-se às condições citadas o fato de que Gramsci escreveu 33 cadernos escolares de capa dura, sendo que na cela só podia dispor de três cadernos por vez. Visto que Gramsci escreveu em diferentes cadernos alternadamente, acabou sendo impossível estabelecer a ordem cronológica de seus escritos.

Como exemplificação de seu confinamento, Martins (2004, p. 65) destaca que “[...] o processo de amadurecimento contínuo pelo qual passava, o materialismo do marxismo originário encontrou seu maior desenvolvimento na Ideologia Alemã”. O texto em discussão (*A Ideologia Alemã*) só foi publicado em 1932, quando Gramsci não pôde lê-lo em razão de sua condição de prisioneiro.

Além do cárcere de Gramsci, outros fatores influenciaram os pensadores que se basearam em Marx. Hobsbawm (2011) ressalta que “[...] qualquer discussão histórica marxista que não leve em conta os *Grundrisse* [...] devem ser reconsideradas à luz dessa obra” (HOBBSAWM, 201, p. 123, grifos do autor)¹⁵. Isso confere mais significância ao pensador sardo que sequer pode ler alguns dos textos fundamentais

¹⁵ Os *Grundrisse* foram publicados em 1941, quando Gramsci já havia falecido. Trata-se de uma coletânea com três textos que não foram preparados por Marx para publicação, uma vez que constituíam materiais de estudo. Segundo Grespan (2011, orelha), além de permitirem o entendimento da “grande obra de maturidade de Marx, eles permitem vê-la de uma perspectiva especial só possível com manuscritos desse tipo, pois, como não pretendia ainda publicá-los, o autor os considerava uma etapa de seu próprio esclarecimento, concedendo-se liberdades formais abolidas nas versões posteriores”.

de Marx e ainda assim desenvolveu uma concepção teórico-filosófica que ampliou a teoria original marxiana.

Devemos lembrar que Gramsci não publicou nenhum livro. Seus escritos nesse formato foram considerados póstumos. Mesmo antes de ser preso, o pensador sardo tinha escrito

[...] uma enorme quantidade de artigos para a imprensa operária, um bom número de informes para serem discutidos pelo seu partido, várias cartas privadas sobre questões de estratégia revolucionária e, pelo menos, um ensaio mais denso, dedicado a alguns temas da questão meridional, no qual ainda trabalhava no momento da sua prisão. Mas nada disso havia sido publicado em livro. Convidado por um editor amigo, antes da prisão, para reunir em coletânea alguns desses artigos, Gramsci se recusou a fazê-lo, alegando que, tendo sido escritos 'para o dia-a-dia', tais artigos eram destinados a morrer 'tão logo se encerrasse o dia' (COUTINHO, 1999, p. 7).

Mais uma característica especial da obra do pensador italiano: a forma como seus textos foram divulgados na Itália após sua morte. Segundo Coutinho, inicialmente Palmiro Togliatti publicou, em 1947, as *Lettere dal Cárcere*, um conjunto de 218 cartas que selecionou no material de que dispunha¹⁶, para posteriormente publicar os cadernos, não na suposta ordem cronológica em que foram redigidos, mas agrupados por temas, como observa Coutinho (1999, p. 25):

O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce (1948), Os intelectuais e a organização da cultura (1949), O Risorgimento (1949), Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno (1949), Literatura e vida nacional (1950) e Passado e presente (1951).

Essa publicação ficou conhecida como “edição temática” e foi elaborada com textos selecionados, fator gerador de muitas críticas. Mais tarde, em 1975, foi publicada a “edição crítica” como ficou conhecida. Sob a edição de Valentino Guetarra, a “edição crítica” é composta por quatro volumes, a saber:

[...] os três primeiros (que compreendem cerca de 2.400 páginas) reproduzem os 29 cadernos gramscianos, segundo os critérios já mencionados [...], quando descrevemos o formato com que eles nos foram legados. O quarto volume (com cerca de 1.000 páginas) é inteiramente dedicado ao aparato crítico; nele encontramos as indicações das fontes que Gramsci utilizou para redigir seus apontamentos, informações sobre fatos e autores que ele cita, um cuidadoso e detalhado índice analítico e onomástico, etc., além de uma

¹⁶ Segundo Coutinho (1999, p. 24), “Aos cuidados de Sergio Caprioglio e Elsa Fubini, foi posteriormente publicada uma nova edição (*Lettere dal Cárcere*, Turim, Einaudi, 1965), com 428 cartas. A mais recente e praticamente definitiva edição das epístolas (*Lettere dal Cárcere*, ed. por A. A. Santucci, cit.) acrescenta mais 66, descobertas nos últimos anos”.

utilíssima tábua de correspondências entre a antiga edição temática e a nova edição crítica (COUTINHO, 1999, p. 28).

Uma última observação sobre a obra de Gramsci é a forma como foi recepcionada e publicada no Brasil. Entre 1966 e 1968, quatro dos seis volumes extraídos da “edição temática” dos Cadernos (Concepção dialética da história; Os intelectuais e a organização da cultura; Maquiavel, a política e o Estado moderno; e uma seleção de Literatura e vida nacional) e uma significativa antologia das *Cartas do Cárcere* foi publicada (COUTINHO, 1999, p. 36). Recentemente, a partir de 1999, foi publicada uma nova edição das obras de Gramsci no Brasil, combinando as duas edições italianas. Para Coutinho (1999, p. 44),

[...] a solução encontrada para a nova edição brasileira dos Cadernos oferece ao leitor de língua portuguesa a junção dos elementos positivos das duas edições italianas: da velha edição temática, conserva as vantagens de uma maior acessibilidade imediata aos textos gramscianos; mas, ao mesmo tempo, coloca à sua disposição os instrumentos que lhe permitem desfrutar do rigor filológico próprio da edição Gerratana. Enquanto o leitor mais exigente poderá recompor, com facilidade, todo o percurso cronológico seguido por Gramsci na elaboração dos seus Cadernos, o leitor iniciante terá os meios de não se perder no labirinto das anotações carcerárias de nosso autor, já que poderá perceber mais rapidamente os eixos temáticos que lhe serviram de fio condutor¹⁷.

A nosso ver, esse conjunto de características deve ser considerado na interpretação dos escritos de Gramsci. Como destaca Coutinho (1999, p. 8-9), “[...] conhecer a história das edições dos apontamentos carcerários de Gramsci é condição necessária para compreender adequadamente a sua fortuna crítica”.

Coerentes com o princípio da totalidade expresso na introdução deste trabalho, salientamos as condições históricas que influenciaram o pensamento de Gramsci. Nesse sentido, Hobsbawm (2011, p. 287-289) elenca seis peculiaridades históricas que levaram o pensador sardo a formular concepções originais:

1. A Itália da época vivida por Gramsci foi um microcosmo do capitalismo mundial; houve no país regiões avançadas e outras atrasadas, o que propiciou uma situação privilegiada para apreender a natureza do capitalismo desenvolvido e do subdesenvolvido.
2. O movimento operário italiano existiu tanto da indústria como no campo.

¹⁷ Para mais detalhes das edições italianas e brasileiras, ver Coutinho (1999).

3. A burguesia e a nação italiana foram diferenciadas: a nação abriu caminho para a civilização moderna; a burguesia fezera uma revolução parcial e não fora capaz de criar uma nação.
4. A Itália foi um país em que a igreja católica procurou manter o domínio sem o aparelho estatal, fato que levou Gramsci a evidenciar o conceito de hegemonia.
5. Pelas razões anteriores, a Itália foi uma espécie de laboratório de experiências políticas, daí os pensadores terem forte consciência da teoria política.
6. As condições para uma revolução social pareceram existir, fato que acabou não se consumando.

Para Hobsbawm (2011), esses elementos fizeram com que a grande contribuição de Gramsci para o marxismo tenha sido a criação de uma teoria marxista da política. O autor reconhece que a discussão sobre teoria política estava presente em outros marxistas famosos, como no caso das discussões sobre o conceito de partido em Lênin e em Kautsky, Luxemburgo, Plekhanov, Trotski, Martov e Ryazanov, mas foram pouco exploradas.

Por fim, entre os autores pesquisados que enfatizam a importância do desenvolvimento do conhecimento marxista, Duriguetto (2014, p. 273) ressalta que Gramsci aprimorou o materialismo histórico ao discuti-lo em oposição à filosofia idealista, ao marxismo vulgar e ao diálogo positivista. A autora relata ainda que Gramsci discutiu o materialismo histórico muito pelo viés da questão dos intelectuais, que ocupa posição estratégica nos escritos do comunista sardo. A questão dos intelectuais é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado, tendo sido alvo de suas preocupações, já no “[...] pré-cárcere e em todos os diferentes planos feitos por ele para os escritos carcerários” (2014, p. 268).

De modo a nos aproximarmos mais dos escritos de Gramsci, valemo-nos da última edição brasileira de *Cadernos* e de *Cartas do Cárcere*, datados de 1999 e 2005, respectivamente. Observamos que, para analisarmos a atuação dos inspetores escolares do prisma das categorias propostas por Gramsci, decidimos levar em consideração a totalidade do pensamento gramsciano, para tanto, optamos por

elucidar, além das categorias fundamentais ao nosso trabalho, como intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais, outras categorias elaboradas no cárcere.

4.2 Categorias gramscianas

Neste momento, ocupamo-nos do estudo, principalmente, dos textos produzidos por Gramsci na prisão, em especial, o *Caderno 12*, em que trata da questão dos intelectuais e de outros apontamentos em que discute as categorias imprescindíveis ao pensamento do revolucionário italiano; também fazemos uso de algumas cartas, por conterem elementos elucidativos das discussões do pensador.

Em uma carta célebre, datada de 19 de março de 1927, enviada à sua cunhada Tatiana Schucht¹⁸, Gramsci relata para seu plano de estudos na prisão:

[...] é preciso fazer algo 'für ewig'. [...]. Em suma, gostaria, segundo um plano preestabelecido, de ocupar-me intensa e sistematicamente de algum tema que me absorvesse e centralizasse minha vida interior. Pensei em quatro temas até agora, e já isso é um indicador de que não consigo me concentrar. São eles: 1) Uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado; em outras palavras, uma pesquisa sobre os intelectuais italianos, suas origens, seus agrupamentos segundo as correntes culturais, seus diversos modos de pensar, etc., etc. Tema bastante sugestivo, que eu naturalmente poderei apenas esboçar em suas grandes linhas, dada a absoluta impossibilidade de ter à disposição a imensa quantidade de material que seria necessária. Você se lembra do meu rapidíssimo e superficialíssimo escrito sobre a Itália meridional e sobre a importância de B. Croce? [1]. Pois bem: gostaria de desenvolver amplamente a tese que tinha então esboçado, de um ponto de vista desinteressado, 'für ewig' (GRAMSCI, 2005, p. 128).

O pensador italiano deixa claro suas pretensões de trabalho, com vistas a fornecer elementos para a compreensão da formação dos intelectuais. A perspectiva de Gramsci é que, encarcerado, poderia exercer uma atividade revolucionária ao pesquisar e posteriormente publicar reflexões úteis para uma revolução proletária.

Em outra carta, datada de 24 de fevereiro de 1929, Gramsci expressamente indica que se ocuparia de três argumentos: “- 1º A história italiana no século XIX, com atenção especial para a formação e desenvolvimento dos grupos de intelectuais; - 2º A teoria da história e da historiografia; - 3º O americanismo e o fordismo [...]” (GRAMSCI, 2005, p. 329).

¹⁸ Tatiana Schucht foi o principal elo entre Gramsci e o mundo exterior à prisão. Muitas das cartas que ele escreveu no cárcere têm como destinatário Tatiana.

Martins (2011, p. 134) comenta a perspectiva de Gramsci em relação ao estudo dos intelectuais:

[...] é importante considerar que o fio condutor da análise gramsciana sobre os intelectuais reside no papel que desempenham na disputa pela hegemonia entre as classes de uma determinada formação econômica e social, que foi a da Itália, em particular, e a Europa, em geral, no período correspondente à primeira metade do século XX.

Importante considerar que os apontamentos citados são explicados por Martins (2004), para quem Gramsci utilizou-se dos cadernos miscelâneos para expor seu método de pesquisa e dos cadernos especiais para expressar seu método de exposição. Especificamente para o desenvolvimento de nosso estudo, passamos a examinar os cadernos especiais, em particular, o *Caderno 12*, uma vez que, de nosso ponto de vista, ele traz a exposição das pesquisas do autor de forma mais amadurecida.

Gramsci, em seu estudo sobre os intelectuais, aponta para a necessidade de relacionar a atividade dos indivíduos com o mundo a sua volta. Para ele, o

erro metodológico mais difundido [...] é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 2000, p. 18).

Em nosso entendimento, devemos, nesse ponto, buscar a interpretação da categoria de intelectual dentro da gama de determinações em que a pessoa atua, e não como um conceito em si.

Gramsci questiona a atuação dos intelectuais por meio da seguinte indagação: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria de intelectuais?” (GRAMSCI, 2000, p. 15). O próprio autor nos oferece uma resposta:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2000, p. 15).

Prosseguindo em seu raciocínio, o autor afirma que todos são intelectuais,

[...] mas nem todos os homens têm na sociedade a *função* de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, *historicamente*, categorias

especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social *dominante* (GRAMSCI, 2000, p. 18-19, grifos nossos).

Gramsci desenvolveu seus postulados com foco no objetivo de resolver problemas de cunho político, entre outros. Vemos nessas primeiras caracterizações dos intelectuais como a ligação histórica existente entre os intelectuais e os grupos dominantes foi algo que o marxista italiano deixou bem claro em suas pesquisas.

O autor define também, logo no início de suas exposições no *Caderno 12*, os diferentes tipos de intelectuais:

Pode-se observar que os intelectuais 'orgânicos' que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, 'especializações' de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz (GRAMSCI, 2000, p. 16).

O primeiro intelectual que Gramsci define é o "orgânico" que é ligado a uma classe, ou melhor, criado por ela no desenvolvimento histórico por meio das especializações das funções. O segundo tipo de intelectual é o "tradicional", que Gramsci denomina como

[...] categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma comunidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. (GRAMSCI, 2000, p. 16).

Fundamental para a compreensão da atuação do intelectual tradicional é o posicionamento de Gramsci quando ele observa que as "[...] várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com 'espírito de grupo' sua ininterrupta continuidade histórica e sua 'qualificação', eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante" (GRAMSCI, 2000, p. 17). Entendemos que as condições históricas em meio às quais o autor viveu, principalmente no que se refere à forte presença da igreja católica na Itália, levaram-no à elaboração da categoria de intelectual tradicional. Em nossas análises do inspetor escolar no Brasil, os intelectuais tradicionais estudados por Gramsci não têm pertinência real para

serem utilizadas como categoria de análise, visto não termos os mesmos fatores sociais presentes na Itália do primeiro quarto do século XX.

Destacamos que, para Martins (2011, p. 134), “Gramsci produziu um conceito de intelectual que, muitas vezes, é equivocadamente interpretado e utilizado abstratamente”, ou seja, o autor sardo escreveu sobre intelectuais reais, que tiveram atuação na política de sua época, assim, não se trata de abstrações apenas.

Da mesma forma, nosso intento ao recuperar as ideias de Gramsci não é apresentar um tratamento abstrato somente do intelectual e suas tipologias, mas interpretar a atuação de um profissional, qual seja, o inspetor escolar, em seu desenvolvimento nas práticas escolares e sua relação com o grupo dominante, isto é, sua atuação política. Para nossas análises, fundamentamo-nos em Gramsci sabendo que não basta comparar os intelectuais, como o marxista italiano colocou, é preciso utilizar os conceitos de intelectuais orgânicos e tradicionais como parâmetros de interpretação em uma ampla e contextualizada análise.

O próprio Gramsci alertou sobre como o seu trabalho deveria ser utilizado. Para ele, o

erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais (GRAMSCI, 2000, p. 18).

Essa consideração sobre o sistema de relações é que nos faz acreditar que o intelectual tradicional não tem pertinência para as análises da atuação do inspetor escolar no Brasil.

Se já no início de suas exposições Gramsci separa os intelectuais de tipos diferentes, na sequência, ele aprofunda suas elaborações sobre a atuação dos intelectuais, como podemos atestar por meio do excerto que segue:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’. Seria possível medir a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente,

à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico' (GRAMSCI, 2000, p. 20-21).

Gramsci segue em sua exposição tentando diferenciar os dois tipos de intelectuais:

No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se enormemente. [...] Posição diversa dos intelectuais de tipo urbano e de tipo rural. [...] Os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. [...] são bastante estandardizados; [...] confundem-se cada vez mais com o estado maior industrial propriamente dito. Os intelectuais de tipo rural são, em grande parte, 'tradicionais', [...] põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e, por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política (GRAMSCI, 2000, p. 22).

Martins (2011, p. 243) faz uma síntese da categoria intelectual orgânico, que seria o

indivíduo que atua intelectualmente de forma a garantir que os interesses da classe que representa sejam admitidos como sendo os de toda a coletividade. Esse sujeito, portanto, com a vinculação a uma das classes, desempenha um papel singular na relação de hegemonia estabelecida na formação econômica e social, a saber: dar à classe dominante economicamente a homogeneidade e a consciência para que possa ser dirigente no nível moral e intelectual.

Embora já tivesse adiantado muito a pesquisa sobre os intelectuais, Gramsci vai ao encontro da maior verticalização possível para suas condições e acrescenta, antes de prosseguir:

O ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional, distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas (GRAMSCI, 2000, p. 23).

Para Duriguetto (2014), ficam bem definidas as intenções que Gramsci teve ao pensar e escrever sobre os intelectuais, uma vez que o foco do

sardo marxista na reflexão acerca da questão dos intelectuais é a ampliação da formação e da ação dos intelectuais orgânicos das classes subalternas na construção de uma sociedade regulada pelos interesses e necessidades do trabalho, que Marx belissimamente nomeou de 'emancipação humana' (DURIGUETTO, 2014, p. 267).

A autora evidencia as pretensões revolucionárias de Gramsci ao comentá-las e finaliza seu trabalho vinculando a atuação do intelectual ao grupo no qual estava inserido, pois

[...] a função do intelectual se define pela conservação ou a construção de projetos hegemônicos de classe. Nesse sentido, a definição e a função dos intelectuais estão organicamente ligados à configuração do Estado integral (composto pelas esferas da sociedade política e da sociedade civil) nos processos de manutenção da hegemonia dos interesses de classe que portam e representam (DURIGUETTO, 2014, p. 291-292).

De nosso ponto de vista, os intelectuais orgânicos podem atuar na forma individual, mas como têm sua atuação vinculada aos interesses da classe que representam, podem também atuar na forma de um grupo, uma instituição, uma corporação e até mesmo como um movimento social.

Escolhemos a categoria de intelectuais orgânicos elaborada por Gramsci para analisar a atuação dos inspetores escolares justamente porque, nos trabalhos pesquisados, o inspetor sempre é mencionado como um profissional ligado ao poder governamental, mas não se desenvolve uma discussão sobre essa questão. Nosso posicionamento é de que a discussão acerca da luta de classes passa despercebida se a atuação do profissional não for analisada com base em categorias que possam enriquecer as análises.

Para finalizar nossa exposição sobre Gramsci, a vinculação entre ele e Marx, por meio da discussão sobre a atuação dos intelectuais está bem definida em alguns autores (DURIGUETTO, 2014; HOBBSAWN, 2011; MARTINS, 2011), o que sinaliza, principalmente, o aspecto revolucionário do pensamento de ambos, Marx e Gramsci. Para Hobsbawm (2011, p. 308),

[...] as principais lições de Gramsci não são gramscianas, porém marxistas. Representam um conjunto de variações sobre o tema do próprio Marx, segundo o qual 'os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem [...] sob circunstâncias de sua escolha e sem sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado'.

Como exemplo claro da vinculação entre Marx e Gramsci, analisamos a atuação do inspetor escolar como um intelectual orgânico, categoria desenvolvida por Gramsci, como já pontuamos, mas sem descuidar de identificar as determinações que influenciam nessa atuação, como legislação, experiência, aperfeiçoamento profissional, realidade histórico-social, que é a categoria totalidade.

Após discutirmos as bases que adotamos para desenvolvermos nossa interpretação, ou seja, como os intelectuais atuam na sociedade segundo os apontamentos de Gramsci, passamos a discutir as bases legais e pedagógicas que influenciaram as ações dos inspetores escolares.

5 A LEGISLAÇÃO, OS PROGRAMAS DE ENSINO E AS IDEIAS PEDAGÓGICAS

Como veremos na segunda parte deste capítulo, o histórico da educação no Brasil está relacionado fortemente a legislações e planos detalhados de estudo. Em um primeiro momento, para procedermos ao exame das práticas dos inspetores escolares, interessa-nos as legislações que estavam em vigência no período por nós selecionado para a pesquisa dos documentos, entre 1931 e 1974. Lembramos que uma legislação é criada sempre com base em determinados interesses, entre os quais, atender as necessidades da forma de produção em um certo período.

Isso posto, esclarecemos que adotamos como método de exposição a discussão das legislações que orientavam as práticas dos inspetores escolares. Inicialmente, abordamos aquelas que tratavam da atuação do profissional e posteriormente as que trouxeram recomendações pedagógicas.

5.1 A legislação funcional do inspetor escolar

Nesta seção, focamos nas leis que regeram a atuação dos inspetores escolares na província de São Paulo e, posteriormente, no estado de São Paulo, visto que a educação primária foi deixada, tanto no Império (exceto na Corte [Rio de Janeiro]) quanto na República, a cargo dos estados.

No tocante à organização e à regulamentação da instrução pública, alguns autores (SALVADOR, 2000; SAVIANI, 2007) observam que São Paulo destacou-se¹⁹ das outras províncias.

A divisão do serviço de inspeção escolar paulista em períodos foi proposta por João Lourenço Rodrigues no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907/1908, da seguinte forma:

- 1º período – 1846 a 1851 – comissões inspetoras municipais;
- 2º período – 1851 a 1868 – inspeção individual pela divisão da província em distritos;

¹⁹ Se é válida a tese de que a província e posteriormente o estado de São Paulo conseguiu avançar mais cedo em relação às demais regiões, servindo-lhes, inclusive, de modelo, ao estudarmos as práticas do referido estado obteremos a compreensão rudimentar dos demais estados, tomando como princípio a ideia de Marx, segundo a qual a “anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (MARX, 1978, p. 120), ou seja, é pelo mais desenvolvido que chegamos à compreensão do menos desenvolvido.

- 3º período – 1868 a 1874 – inspeção cumulativa dos inspetores de distrito e presidentes das câmaras;
- 4º período – 1874 a 1892 – inspeção coletiva pelos conselhos municipais;
- 5º período – 1892 a 1897 – inspeção individual por uma nova divisão de distritos, tendo inspetores técnicos remunerados;
- 6º período – 1897 a 1906 – continuação da inspeção individual, associada à fiscalização municipal, sem divisão de distritos (RODRIGUES, 1909, p. XXVI).

Em trabalho que comenta a instalação do serviço da inspeção escolar na província de São Paulo, Warde (2013) destaca que em 1846 foi instituído o serviço de inspeção escolar pela Lei nº 34, promulgada em 16 de março de 1846 e regulamentada em 25 de setembro de 1846, com a instituição do Regulamento para comissão inspetora das escolas de primeiras letras. Antes dessa legislação, a inspeção e fiscalização das escolas foi realizada pelas câmaras municipais²⁰.

A primeira legislação que tratou da inspeção escolar na província de São Paulo, Lei nº 34, de 16 de março de 1846, trouxe o seguinte enunciado:

Da inspecção²¹ das escolas, e exame dos alumnos.

Art. 25. - Haverá em cada povoação, onde houver escola publica ou particular, uma comissão composta de tres cidadãos residentes no lugar, um nomeado pelo governo, e dous pela camara municipal, sendo um sacerdote, o qual poderá ser o parocho.

Art. 26. - A esta commissão compete:

§ 1.º - Inspeccionar as escolas publicas e particulares estabelecidas nas povoações de sua residencia, fazendo ao menos uma visita mensal.

§ 2.º - Verificar o numero dos alumnos que frequentão effectivamente a escola.

§ 3.º - Examinar a salubridade do local das escolas, e se n'ellas se ensinão regularmente as materias conforme a presente lei, e se os professores cumprem tudo quanto fôr determinado nos regulamentos e instrucções.

§ 4.º - Enviar trimensalmente ao governo uma informação circunstanciada do estado das escolas, do progresso dos alumnos, das causas da falta de concorrencia, quando se realise, e de todas as necessidades que ocorrerem.

§ 5.º - Assistir aos exames annuaes dos alumnos na época determinada.

§ 6.º - Fazer aos professores advertencias sobre ommissões leves no cumprimento de seus deveres, participando ao governo quando se mostrem incorrigiveis, communicando tambem todas as faltas que encontrarem.

§ 7.º - Exigir dos professores nas visitas que fizerem, todos os esclarecimentos que julgarem precisos, para basearem suas informações; e na época marcada um mappa dos alumnos segundo as instrucções do governo.

²⁰ A Lei nº 2, de 21 de janeiro de 1841, determinava que as câmaras municipais deveriam enviar anualmente um relatório que tivesse entre outras informações o estado da instrução primária, o número de aulas e de alunos (SÃO PAULO, 1841).

²¹ Optamos por manter a forma original de redação da legislação citada por se tratar de fontes primárias que podem ser passíveis de diferentes interpretações.

§ 8.º - Dar attestados aos professores para cobrarem seus vencimentos; declarando n'elles o numero de alumnos que effectivamente frequentão as escolas.

Art. 27. - Quando os professores abandonarem o exercicio do emprego, e estiverem impedidos, havendo probabilidade de durar o impedimento por mais de um mez, as commissões inspectoras (caso não haja substituto approved) poderão contractar quem seja as escolas provisoriamente, percebendo dous terços dos vencimentos.

Art. 28. - As commissões inspectoras poderão deliberar, reunidos dous membros, quando o terceiro esteja impedido, e o que for nomeado pelo governo terá á seu cargo todos os papeis relativos á incumbencia d'ellas, e era seu nome dirigirá a correspondencia.

Art. 29. - O governo, mostrando-se as commissões inspectoras negligentes ou ommissas, poderá multa-las, ou a seus membros individualmente em dez a trinta mil réis; e tambem dissolver-as organisando novas, excluindo alguns ou todos os membros das que dissolver.

Art. 30. - Haverá annualmente pelo menos um exame publico geral dos alumnos, tanto publicos como particulares; do resultado d'estes exames darão as commissões parte circunstanciada ao governo (SÃO PAULO, 1846).

Podemos entender que a inspeção seria exercida por três cidadãos, um indicado pelo governo e dois pela câmara; um dos indicados pela câmara deveria ser sacerdote. Lembramos que no Império tivemos como religião oficial o catolicismo, em decorrência disso, o envolvimento da igreja oficial com a educação na época ficou evidente pela indicação do sacerdote como inspetor escolar da educação pública. Na prática, os que exerciam a inspeção escolar foram os representantes do governo, da câmara e da igreja.

Warde (2013, p. 258) observa que

[...] apesar de essas comissões terem uma série de obrigações legais, seus membros não eram funcionários do estado, não recebiam proventos ou auxílios para o desenvolvimento de suas atribuições, o que deve ter contribuído sobremaneira para o fracasso desse modelo de inspeção.

Na sequência, a autora destaca que “[...] apenas pouco mais de quatro anos após a instituição da inspeção coletiva por meio das Comissões de inspetores esse modelo sofre alteração” (WARDE, 2013, p. 258).

Tendo em vista a publicação da legislação que alterou as funções da inspeção, o marco inicial da legislação do inspetor escolar leva aos fundamentos iniciais da profissão alguns elementos: não selecionar professores para a função da inspeção das escolas e não atentar para as atividades pedagógicas. Em nosso entendimento, os primeiros inspetores ficaram desobrigados por lei de verificarem as práticas pedagógicas. A modificação posterior na legislação que regeu a atuação dos inspetores ocorreu em 8 de novembro de 1851. Observamos algumas alterações

significativas: a menção não somente a escolas, mas também a aulas, e o envio do relatório passa a ser trimestral. Segundo Warde (2013, p. 262),

em 1852 a Província foi dividida em 72 distritos de inspeção, sendo que cada inspetor distrital deveria responder pela inspeção e fiscalização das escolas em apenas um distrito, o que reforça o seu perfil individualizado. O número de distritos foi alterado ano a ano, de sorte que no final de 1868 a Província era composta por 98 distritos escolares.

Com a individualização da inspeção e a obrigatoriedade dos relatórios trimestrais, a principal alteração do regulamento de 1851 foi o aumento da exigência da frequência dos inspetores nas escolas.

A próxima alteração na legislação dos inspetores foi a Lei nº 54, de 15 de abril de 1868, que trouxe nos dois primeiros artigos a seguinte redação:

Art. 1.º - A inspeção e fiscalização da instrução publica competem de ora em diante :

§ 1.º - Ao presidente da provincia.

§ 2.º - Ao inspector geral da instrução publica.

§ 3.º - Aos inspectores de districto cumulativamente com os presidentes das camaras municipaes.

Art. 2.º - A instrução primaria, nas escolhas publicas, constará de leitura, escripta, principios elementares de arithmetica, systema metrico de pesos e medidas, noções essenciaes de grammatica portugueza, doutrina da religião do Estado e principios de moral christã (SÃO PAULO, 1868).

O que nos interessa observar é a mudança da inspeção escolar dos inspetores de distrito exclusivamente para a inspeção em conjunto com as câmaras municipais. Além disso, houve a inclusão do programa de ensino para a escola primária, com leitura, escrita, aritmética, sistema de pesos e medidas, gramática e religião. Esses apontamentos deram uma orientação mais institucionalizada à inspeção escolar ao associá-la com as câmaras municipais e induzirem o inspetor a atuar na parte pedagógica das escolas, guiados pela publicação das indicações curriculares mínimas.

A inspeção escolar foi novamente reformulada em 22 de maio de 1874 por meio da Lei nº 9, denominada “Lei da obrigatoriedade do ensino”. Entre outras questões, essa lei normatizou a obrigatoriedade do ensino primário para todos os menores do sexo masculino, de 7 a 14 anos, e do sexo feminino, de 7 a 11 anos, bem como a criação da Escola Normal na capital paulista para a formação de docentes.

No que diz respeito à inspeção, a Lei nº 9 determinou:

Art. 3.º - Fica creado em cada Municipio, onde fôr obrigatoria a instrucção primaria, um - Conselho de Instrucção - composto do inspector do Districto, Presidente da Camara Municipal e um cidadão nomeado pelo Presidente da Provincia, que tambem designara seu substituto.

Art. 4.º - Ao Conselho de Instrucção incumbe: [...]

§ 6.º - Inspeccionar, por meio de seus membros, as aulas das escolas publicas e presidir nos exames finaes. [...]

§ 8.º - Promover, por todos os modos, o desenvolvimento da instrucção primaria (SÃO PAULO, 1874).

Destacamos que, pela primeira vez, há a menção à inspeção das aulas nas escolas, além da presidência nos exames, ações que levam o inspetor para a área pedagógica.

Na esteira das sucessivas inovações, foi promulgada a Lei nº 130, de 25 de abril de 1880, que reformou a instrução pública na província. Segundo Warde (2013, p. 268-269), por meio dessa legislação também

[...] foi criada uma comissão de notáveis, que teria a incumbência de apresentar à Assembleia Provincial um projeto para a reforma da instrução pública paulista, o que ocorreu em 1883, resultando na rejeição da proposta pelos deputados. Apenas em dois de maio de 1885 foi aprovada nova legislação para o ensino paulista. [...] Porém, essa legislação não foi implantada, já que precocemente revogada, em setembro de 1885 [...] Entre idas e vindas, aquela reforma da instrução pública da Província que havia sido autorizada em 1880, somente seria instituída em 06 de abril de 1887, com a Lei nº 81.

Após essa epopeia legislativa, a Lei nº 81, de 6 de abril de 1887, propôs, entre alguns de artigos, tratar da inspeção escolar:

Art. 11 - Haverá em cada municipio um conselho de instrucção publica denominado-conselho municipal-composto de trez membros, dos quaes dois serão eleitos pelas camaras municipaes, por maioria de votos, e um pelo presi-dente da provincia sob proposta do director da instrucção publica.

§ unico - O membro nomeado pelo presidente da provincia será o presi-dente do conselho.

Art. 12 - Os membros do conselho, que poderão ser tirados dentre os vereadores, servirão por trez annos, podendo ser reeleitos e reconduzidos.

Art. 13 - Ao conselho municipal compete:

1.º - Inspeccionar todas as instituições de ensino do municipio.[...]

3.º - Autorisar os respectivos professores a expulsar das escolas publicas os alumnos reconhecidamente incorrigiveis.

4.º - Determinar a época dos exames geraes nas escolas publicas do municipio e nomear os examinadores. [...]

10 - Organizar annualmente, até dois mezes antes da reunião da Assembléa Provincial, um relatorio sobre o estado da instrucção publica no municipio, estado das escolas, suas necessidades, frequencia e adiantamento dos alumnos e todos os mais esclarecimentos a bem da instrucção publica, e dirigi-lo ao director da instrucção publica (SÃO PAULO, 1887).

Em nosso entendimento, a legislação alterava novamente o padrão da inspeção para inspeção coletiva e não elencou a figura do inspetor distrital como integrante desse colegiado. A maior frequência na elaboração dos relatórios e também a descrição de um programa de ensino mais detalhado, que será discutido mais adiante neste capítulo, fizeram dessa legislação confusa em relação à inspeção pedagógica do ensino durante o Império.

Com a Proclamação da República, foi de se esperar alterações nas legislações do ensino. A Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892, reformou novamente a instrução pública. De forma a ilustrar esse fato, temos os trechos que seguem:

Artigo 44. - Aos inspectores de districtos compete:

1.º Visitar com frequencia todas as escolas do districto.

2.º Providenciar sobre os exames das escolas publicas e presidir a taes exames.

[...] 5.º Remetter ao conselho superior nas épocas por este fixadas relatorios circunstanciados sobre o ensino do districto, indicando as modificações a fazer, e dando conta do procedimento de cada professor.

6.º Providenciar no sentido de fazer com que os professores realizem conferencias publicas sobre assumptos que contribuam para a educação civica do povo.

[...] 10.º Lavrar em livro especial o termo de sua visita a cada escola, observando tudo que lhe parecer digno de louvor ou de censura (SÃO PAULO, 1892).

Pela primeira vez, há menção à escrituração das visitas dos inspetores distritais nas escolas por meio do termo de visita, elemento até então inédito na legislação.

Neste ponto então, surgiu o termo de visita, documento fundamental na atuação dos inspetores escolares e utilizado na pesquisa documental deste trabalho.

A seguir, a mesma Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892 fixou recomendações aos inspetores distritais:

Em relação ao ensino, o Conselho Superior apresenta 17 recomendações, fixando que os inspetores distritais deveriam observar se em todos os cursos (diurnos ou noturnos) os programas legalmente estabelecidos são cumpridos. Especial preocupação deveria ser dada ao ensino da Geometria, a ser ampliado, com a devida explicação dos processos de desenho empiricamente empregados nos diversos ofícios.

Para o órgão superior, os inspetores distritais deveriam ter em vista que os processos intuitivos em geral, e especialmente o exercício das 'lições de coisas', 'são recommendados pela sua efficacia na aquisição de conhecimentos, habito de observação e desenvolvimento da reflexão e do juízo' (SÃO PAULO, 1893).

Warde (2009) analisa a inspeção no início da República e indica uma importante alteração no Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893:

para o preenchimento do cargo de inspetor de Distrito as exigências eram bem especificadas: formação na Escola Normal e três anos de exercício docente. Pela norma, portanto, tratava-se de cargo especializado destinado à especialista (WARDE, 2009, p. 390).

A volta do inspetor distrital como elemento de fiscalização das escolas trouxe dois componentes fundamentais para sua atuação: a formação e a experiência anterior. De posse de conhecimentos adquiridos na formação na escola normal, além da experiência de três anos como docente, o inspetor distrital poderia ter uma atuação pedagógica bem mais relevante que seus antecessores.

Na sequência das reformas republicanas, no art. 74, do Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894, que aprova o regimento interno das escolas públicas, as escolas preliminares deveriam manter seis instrumentos referentes à escrituração escolar, a saber:

Artigo 74. - Para a escripturação escolar, cada escola preliminar terá os seguintes livros rubricados pelo inspetor do districto:
 1.º Livro de matricula.
 2.º Livro de ponto.
 3.º Livro de inventario.
 4.º Livros dos termos de exames e de actas.
 5.º Dous livros, um diario da caixa escolar, outro, movimento das cadernetas nas caixas economicas.
 6.º Livro de visitas (SÃO PAULO, 1894).

Ressaltamos a presença na legislação do livro de visitas, documento que passou a ocupar lugar de destaque nos dias atuais nas pesquisas sobre a atuação dos inspetores escolares.

Por fim, no bojo das primeiras reformas republicanas, o inspetor distrital deu lugar ao inspetor escolar, denominação que perduraria até 1974, quando o termo foi substituído por supervisor pedagógico. A legislação que promoveu essa alteração foi a Lei nº 520, de 26 de agosto de 1897:

Artigo 3.º - A direcção e inspecção do ensino serão exercidas pelo Governo, por intermedio de um inspector geral, com jurisdicção em todo o Estado. Este será auxiliado por dez inspectores escolares que servirão nas localidades para onde forem enviados de accordo com as exigencias da organização escholar.

[...] Artigo 5.º - As nomeações dos inspectores escolares só poderão recahir em professores habilitados pela Eschola Normal e com a necessaria pratica de ensino.

Artigo 9.º - Fica o Governo auctorizado a crear nas escholas modelo, quando julgar opportuno, classes mixtas de ensino froebeliano, como preparatorios do ensino preliminar (SÃO PAULO, 1897).

O inspetor escolar, na legislação citada, exerceria as funções da inspecção regional em várias cidades, visto que no município isso ainda ficaria a cargo das câmaras municipais. Notamos que a legislação, mais uma vez, reforça a exigência de formação e experiência para o exercício do cargo.

Pouco tempo depois, em 11 de janeiro de 1898, com a publicação do Decreto nº 518, houve a regulamentação das funções do inspetor escolar:

Artigo 2.º Na inspecção e fiscalização do ensino, será o Governo auxiliado pelas seguintes auctoridades escolares:

- a) um inspector geral,
- b) dez inspectores escolares,
- c) as camaras municipaes,

[...] Artigo 15. A nomeação de inspector escolar só poderá recahir em professor diplomado pela Escola Normal que possua a necessaria pratica de ensino.

[...] Artigo 20. A cada inspector escolar incumbe :

[...] § 2.º Instruir os directores e professores de grupos escolares e professores de escolas isoladas sob sua inspecção sobre as duvidas que lhes occorrerem ácerca do cumprimento de seus deveres.

§ 3.º Visitar com frequencia as escolas da zona que estiver a seu cargo e lavrar o termo da sua visita a cada escola, mencionando tudo que lhe parecer digno de louvor ou de censura.

§ 4.º Impor as penas de sua competencia aos directores de grupos escolares, professores destes e de escolas sob sua inspecção por faltas que commetterem.

§ 5.º Promover conferencias publicas nas localidades em que se achar sobre assumptos que interessem ao ensino e contribuam para a educação civica do povo.

§ 6.º Enviar mensalmente ao inspector geral uma exposição de todos os serviços que houver realizado durante o mez, a qual, tomadas por este as competentes notas, será remetida á Secretaria do Interior.

§ 7.º Apresentar annualmente ao Secretario de Estado dos Negocios do Interior um relatório circunstanciado sobre a marcha do ensino nas localidades que tiver percorrido, indicando os melhoramentos e modificações que julgar convenientes introduzir no regimen escolar e manifestando sua opinião a respeito dos professores.

Artigo 21. O inspector escolar poderá ser encarregado da organização de grupos escolares e, no desempenho dessa missão, além de observar as determinações e instrucções que a respeito receber, cumpre-lhe:

1.º Escolher, de accordo com o inspector municipal respectivo, o local mais apropriado para o estabelecimento do grupo, procurando situa-lo de modo a facilitar a frequencia dos alumnos.

[...] 7.º Reger, acompanhado do director, simultanea e semanalmente, cada uma das classes, na presença do respectivo professor, de modo a ficar este ao corrente da moderna orientação do ensino e poder pol-a em pratica por si mesmo.

8.º Reunir o director e professores, após os trabalhos diarios, e chamar a sua

atenção para os inconvenientes que tiver notado durante os exercicios, expondo-lhes os processos que de preferencia devam empregar (SÃO PAULO, 1898).

A legislação trata da atuação pedagógica do inspetor escolar de forma bastante evidente. Embora prevista a parceria com as câmaras municipais, o inspetor escolar deveria ser nomeado pelo governador entre professores diplomados na escola normal e com experiência na docência. Mas a grande novidade foi a presença do inspetor escolar na sala de aula, ministrando aula para servir de exemplo ao professor e ao diretor do grupo escolar, além de possibilitar o acompanhamento do progresso dos alunos.

A próxima modificação que julgamos necessário explicar ocorreu por meio do Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921, que dividiu o Estado de São Paulo em 15 delegacias regionais de ensino, entre as quais uma em Sorocaba (artigo 31). Na parte que versa sobre os inspetores escolares, temos o seguinte:

Artigo 42. - Haverá na Capital nove inspectores e um em cada districto das outras regiões.

Artigo 43. - Os inspectores escolares são nomeados livremente pelo Governo entre professores diplomados de reconhecida competencia.

[...] Artigo 44. - Ao inspector escolar incumbe:

1.º - executar e fazer executar as ordens legais do director geral da Instrução Publica e dos delegados regionaes do ensino;

2.º - fiscalizar as escolas que lhes forem distribuidas pelo delegado regional, no que concerne á technica do ensino , disciplina dos alumnos e á idoneidade, assiduidade e eficiencia do professor;

[...] 4.º - attestar assiduidade dos professores e registrar o trabalho de alphabetizante , visitando-lhes as classes constantemente;

5.º - dar aulas-modelo nas escolas isoladas;

6.º - instruir os directores e professores dos grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas sobre o cumprimento dos seus deveres;

[...] 8.º - enviar ao delegado regional um communicado diario e um roteiro mensal de seus serviços, prestando contas dos gastos que effectuar;

[...] 14.º - Informar sobre a competencia e dedicacão dos professores e directores dos estabelecimentos de ensino;

15.º - dirigir, cada anno, ao delegado regional, um relatorio em que discrimine os seus trabalhos, discuta, segundo a sua experiencia, a eficiencia actual da organisação escolar, e suggira os melhoramentos que julgar necessários (SÃO PAULO, 1921).

Observamos que a comunicação do inspetor escolar com o delegado regional deveria ser diária. Aliás, a questão dos relatórios, inclusive sobre a dedicação dos professores, foi bastante enfatizada no decreto.

O Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925, veio para modificar novamente a inspeção escolar. Segundo a legislação, temos:

Artigo 4.º - O Director Geral da Instrucção Publica terá sob sua dependencia as seguintes autoridades escolares : 5 inspectores geraes ; 6 inspectores especiaes; 50 inspectores districtaes, e auxiliares de inspecção.

§ unico. - Os inspectores districtaes residirão na séde dos districtos respectivos.

[...] Artigo 6.º - As attribuições dos inspectores serão determinadas em Regulamento (SÃO PAULO, 1925).

Novamente a terminologia da função de inspetor volta para inspetor distrital e, como novidade, temos a exigência de esses profissionais residirem na sede dos distritos.

O Decreto nº 4.101, de 14 de setembro de 1926, regulamentou a Lei nº 2.095, de 24 de dezembro de 1925, e reformou novamente a instrução pública. Em suas emanações, destacamos as questões ligadas aos inspetores distritais:

Artigo 31. - Os inspectores districtaes serão nomeados livremente pelo Governo, dentre os directores de grupos escolares com dois annos, pelo menos, de direcção.

Artigo 32. - Ao inspector districtal incumbem:

1.º-executar e fazer executar as recommendações do Director Geral da Instrucção Publica e do Inspector Geral;

2.º - fiscalizar as escolas dos respectivos districtos. no que concerne á technica do ensino, disciplina dos alumnos e á idoneidade, assiduidade e efficiencia dos professores;

[...]

6.º - enviar ao Inspector Geral respectivo, com a possivel brevidade um roteiro mensal de seus serviços, prestando conta dos gastos que effectuar;

7.º - enviar, mensalmente, até o 8.º dia util de cada mez, á Secretaria do Interior e á Directoria Geral da Instrucção Publica, os mappas de movimento das escolas isoladas, escolas reunidas e grupos esolares confiados a seu cargo;

[...]

9.º - apresentar, cada anno,ao Director Geral da Instrucção Publica, um relatorio de seus trabalhos,dizendo, de accôrdo com sua experiencia, sobre a efficacia da organização escolar e suggerindo os melhoramentos que julgar necessarios ;

[...]

12 - instruir gradativamente os professores das escolas isoladas, principalmente, sobre a execução do programma adoptado, e dar as necessarias aulas-modelo, afim de que veja claramente o professor a marcha que deve seguir no curso de determinada materia;

13 - informar, quando para isso solicitado, sobre a competencia e dedicação dos professores e directores dos estabelecimentos de ensino;

[...]

22 - promover, nos municipios, em occasiões opportunas, com autorização do Director Geral da Instrucção Publica, reuniões de professores para instrucções technicas e palestras pedagogicas ; realizar conferencias publicas, tratando de assumptos geraes referentes á educação popular, sobre hygiene, urbanidade, historia patria, civismo, etc.;

[...]

24 - visitar, com a necessaria frequencia, as escolas isoladas, grupos escolares e escolas reunidas, de modo a estar sempre ao par da vida desses estabelecimentos; (SÃO PAULO, 1926).

Dado o foco de nosso estudo, salientamos a aparição das ações dos inspetores distritais nas orientações aos professores sobre as técnicas de ensino, bem como no cumprimento dos programas. Não menos importante é a menção às reuniões pedagógicas, em que os inspetores distritais deveriam orientar professores em relação às técnicas de ensino, além do que, deveriam ministrar palestras para a comunidade sobre outros temas. O decreto regulou também a inspeção médica, com as determinações para o inspetor médico e para o inspetor dentário.

A Lei nº 2.269, de 31 de dezembro de 1927, reformou mais uma vez a instrução pública. No art. 39, temos a determinação para deixar “[...] lecionar o professor que mostrasse competência perante uma comissão constituída por um inspetor escolar e mais dois membros idoneos por elle nomeados” (SÃO PAULO, 1927). Nessa passagem, é notória a influência que o inspetor escolar no exercício das práticas dos professores, visto que a permanência ou não dos docentes dependeria fundamentalmente da aprovação do inspetor escolar.

A educação paulista passou novamente por uma reorganização em 1932. O Decreto nº 5.335, de 7 de janeiro 1932, em seu art. 2º, descrevia que “[...] só podem ser providos nos cargos de assistentes técnicos, de delegados e de inspetores escolares, normalistas de comprovada capacidade”. Aliado à formação obtida na escola normal, o decreto indicou novamente que o cargo de inspetor escolar deveria ser ocupado por profissionais com experiência, visto ser esse o requisito principal para a comprovação da capacidade.

A regulamentação da experiência e a formação necessária para ocupar o cargo de inspetor escolar veio pelo Decreto nº 6.197, de 9 de dezembro de 1933, que modificou a carreira do magistério primário no estado de São Paulo. Vamos ao texto:

Art. 21 - Os inspetores escolares serão nomeados dentre diretores de grupos escolares com três anos, pelo menos, de exercício no cargo e dez (10) anos de efetivo exercício no magisterio, ou dentre diplomados pelo curso de inspetores escolares da Escola de Professores do Instituto "Caetano de Campos", com três (3) anos, pelo menos, de exercício no cargo de diretor (SÃO PAULO, 1933b).

O curso de inspetor escolar da Escola de Professores do Instituto “Caetano de Campos” adquiriu um *status* de importância que substituiria o período de experiência no magistério. Com o referido curso, para ser alçado ao cargo de inspetor escolar, o

profissional precisaria ter trabalhado sete anos a menos que o profissional que não tivesse passado por essa formação²².

Nesse mesmo decreto, as exigências para os inspetores escolares da capital seriam maiores em comparação aos inspetores escolares do interior: “Art. 22 - Os inspetores escolares da Capital e os Delegados Regionais do Ensino do Interior serão nomeados dentre os inspetores do interior com 15 anos, pelo menos, de efetivo exercício no magisterio e três anos de exercício no cargo” (SÃO PAULO, 1933b). Em outras palavras, para ser inspetor escolar na capital a exigência era ter sido inspetor escolar no interior por pelo menos três anos.

Exatamente cinco meses depois, foi publicado o Decreto nº 6.425, de 9 de maio de 1934, que reorganizou a diretoria geral do ensino e especificou as determinações para as atuações dos inspetores escolares como segue:

Artigo 16 - Incumbe aos inspetores escolares:

- 1 - cumprir e fazer cumprir as ordens legais dos delegados regionais;
- 2 - propor ao delegado regional respectivo as medidas que julgarem necessárias;
- 3 - fiscalizar as escolas que lhes forem distribuídas pelo delegado regional, no que concerne à *técnica do ensino*, à frequência dos alunos, e à assiduidade do professor;
- 4 - *sugerir e efetuar, nos grupos escolares e escolas isoladas, demonstrações de processos de ensino*;
- 5 - comunicar ao delegado regional o estado do mobiliário e objetos escolares nas escolas ou grupos que visitarem;
- 6 - informar o delegado regional sobre a eficiência e assiduidade dos professores e diretores sob sua inspeção;
- 7 - reunir, em dia de receberem vencimentos pelo *menos três vezes por ano, em cada município*, os professores das escolas isoladas, para *orientá-los em matéria de ensino*;
- 8 - inquirir os pais dos alunos sobre a frequência e aproveitamento de seus filhos na escola, sumariando ao delegado regional as reclamações que receberem;
- 9 - enviar ao delegado regional comunicado semanal, e o roteiro mensal de seus serviços, com a devida prestação de contas;
- 10 - resenciar a população escolar da sua inspetoria;
- 11 - aplicar ou propôr penas;

²² Mais tarde, o Decreto nº 20.863, de 17 de outubro de 1951, que regulou o Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação “Caetano de Campos” conferiu aos diplomados acréscimo de pontuação nos concursos de ingresso de remoção ao atribuir, em escala decimal, os pontos correspondentes à nota constante no diploma. Já a Lei nº 5.058, de 23 de dezembro de 1958, em seu art. 9.º, determinava: “A Secretaria da Educação criará facilidades a fim de que os atuais inspetores escolares possam freqüentar o Curso de Administradores Escolares” (SÃO PAULO, 1951). Essas foram formas de incentivar o ingresso e a frequência no referido curso bem como a obtenção de melhores notas. O curso foi regulamentado pelo Decreto nº 17.698, de 1947 (SÃO PAULO, 1947).

12 - informar os papéis relativos ao seu distrito (SÃO PAULO, 1934, grifos nossos).

Na especificação da atuação do inspetor escolar aparece em evidência o componente pedagógico ao se determinar a fiscalização das técnicas de ensino, sugerir e demonstrar os processos de ensino. Além da descrição das atribuições do cargo de inspetor escolar, o decreto trouxe como fator inédito no campo da inspeção escolar a figura do auxiliar de inspeção:

Artigo 17 - Cabe aos auxiliares de inspeção:

- 1 - colaborar com os inspetores na inspeção das escolas isoladas publicas ou particulares;
- 2 - dar posse e exercicio aos professores das escolas isoladas do municipio;
- 3 - informar os pedidos de licença, propondo a nomeação de substitutos diplomados, e dando-lhes, para evitar interrupção exercicio imediato;
- 4 - reunir, mensalmente, no dia de receberem vencimentos, os professores das escolas isoladas do municipio, para orientá-los em materia de ensino;
- 3 - cientificar ao inspetor de que é auxiliar, as irregularidades verificadas nas escolas que visitar;
- 6 - receber, acautelar e distribuir o material escolar das escolas isoladas;
- 7 - atestar a frequencia e justificar faltas dos professores, na fórmula da lei;
- 8 - auxiliar o inspetor nos trabalhos de recenseamento escolar;
- 9 - representar ao delegado regional sobre os inconvenientes que não puder remover, no ensino do municipio onde funcionar (SÃO PAULO, 1934).

Caberia, então, ao auxiliar de inspeção também a atuação pedagógica e sua atuação nas escolas isoladas seria em periodicidade mensal em comparação com a atuação trimestral dos inspetores escolares.

As funções de inspetor escolar e auxiliar de inspeção sofreram nova regulamentação em 26 de novembro de 1947, pelo Decreto nº 17.698, que aprovou a consolidação das leis e demais normas relativas ao ensino. Na parte dos inspetores escolares, fixou a lei o seguinte:

Art. 265 - Incombe aos inspetores escolares:

- [...] 4 - sugerir e efetuar, nos grupos escolares e escolas isoladas, demonstrações de processos de ensino;
- [...] 6 - informar o delegado de ensino sobre a eficiência e assiduidade dos professores e diretores sob sua inspeção;
- 7 - reunir, em dia de receberem vencimentos, pelo menos três vezes por ano, em cada município, os professores das escolas isoladas, para orientá-los em matéria de ensino;
- 8 - inquerir os pais dos alunos sobre a frequência e aproveitamento de seus filhos nas escolas, sumariando ao delegado de ensino, as reclamações que receberem;
- 9 - enviar ao delegado de ensino comunicado semanal e o roteiro mensal de seus serviços, com a devida prestação de contas; (SÃO PAULO, 1947).

Na legislação atualizada, ressaltamos a supressão do inciso que historicamente vinha com a redação de fiscalização da parte pedagógica. Pelo novo decreto, os inspetores escolares assumiriam as incumbências de orientar e demonstrar os processos de ensino, além de informar os pais sobre o aproveitamento dos filhos.

O decreto em estudo também especificou as formas de provimento e de atuação relacionadas às funções de auxiliar de inspeção:

Art. 266 - Haverá auxiliares de inspeção escolar em todos os municipios onde existir escola isolada estadual, municipal fiscalizada pelo Estado, ou particular e nos distritos de paz onde isso fôr indispensavel, a juizo do Diretor Geral do Departamento de Educação.

Parágrafo único - Nas sédes das delegacias regionais de ensino os serviços de auxiliares de inspeção poderão, a juizo dos delegados, ser executados, no todo ou em parte, pela própria delegacia.

Art. 267 - A designação de auxiliar, feita pelo Secretário da Educação, por proposta do delegado de ensino, encaminha, pelo Departamento de Educação, recairá em diretor de grupo escolar, e, não existindo este no municipio ou no distrito, em professor de escola isolada.

Parágrafo único - O exercicio da função de auxiliar é irrecusavel e constitue motivo de preferênciã para as promoções de diretor de grupo escolar.

[...] Art. 269- Cabe ao auxiliar de inspeção:

[...] 4 - reunir mensalmente os professores de escola isolada do município, para orientá-los e prestar-lhes assistência técnica;

[...] 7 - comunicar ao delegado de ensino ou ao inspetor quaisquer irregularidade no funcionamento das escolas;

[...] Art. 270 - O auxiliar de inspeção terá os seguintes livros de escrituração:

um de correspondência

um de assentamentos

um de atas de reuniões pedagógicas

um de inventário geral do município, que se destina ao lançamento do material de patrimônio de todas as escolas subordinadas ao auxiliar (uma folha para cada escola)

Art. 271 - As escolas isoladas terão os quatro seguintes livros escriturados rigorosamente de acordo com as instruções neles impressa:

um de matrícula

um de chamada

um de inventário

um de atas de exames e termos de visitas (SÃO PAULO, 1947).

Aos auxiliares de inspeção caberiam ações muito próximas àquelas dos inspetores escolares, mas com algumas distinções: nas delegacias de ensino, os auxiliares de inspeção só seriam requisitados se houvesse necessidade; portanto, é de se supor que dependeriam muito da disponibilidade de cada delegacia pois, onde houvesse funcionários para o trabalho rotineiro não seriam chamados os diretores de grupo escolar para serem auxiliares de inspeção. Já nas escolas isoladas, seriam peça fundamental para o acompanhamento dessas unidades escolares.

No que diz respeito aos livros de escrituração, aos auxiliares de inspeção caberia o livro de atas de reuniões pedagógicas, e às escolas isoladas, o livro de termo

de visitas. A nosso ver, o fato de muitas escolas terem sido fechadas ao longo do tempo e seus acervos terem passado para outras unidades escolares fez com que o pesquisador que foi a esses locais encontrou mais os livros de termo de visitas para suas pesquisas; já as atas de reunião pedagógica, por serem de guarda dos auxiliares de inspeção, acabaram sendo arquivadas nas delegacias de ensino ou ficaram em poder dos profissionais que tinham sua guarda, daí sua pouca utilização na realização das pesquisas históricas.

Neste ponto, atentamos para a importância das atas de reuniões pedagógicas pela contracapa dos livros de escrituração oficial²³. As atas de reuniões mensais foram colocadas como terceiro exemplo no campo chamado de Nota, do que deveria ser alvo de escrituração pelas escolas, anunciado antes mesmo que os termos de visita. Entendemos que ao ser exemplificada em um lugar de destaque, as atas de reuniões mensais tiveram importância singular na época, embora não sejam fontes privilegiadas na pesquisa histórica sobre a atuação do inspetor escolar.

Ainda sobre o Decreto nº 17.698, ele trouxe com ineditismo a regulamentação para o concurso de inspetores escolares. De acordo com esse documento, temos:

Artigo 356 - Os cargos de inspetor escolar serão providos, mediante concurso de títulos, entre diretores de grupo escolar, com mais de seis (6) anos de efetiva direção.

[...] Art 360 - Os pontos para a classificação dos candidatos serão computados do seguinte modo:

1 nota de merecimento calculada da seguinte forma:

a) pontos obtidos pelo número de respostas positivas ao boletim de merecimento, multiplicados por 3,4 (dois inteiros e quatro décimos):

b) pontos obtidos pela média aritmética do total das classes dos grupos escolares dirigidos pelos candidatos nos últimos seis (6) anos, desprezadas as frações contando-se um (1) ponto por classe até o máximo de quarenta (40):

c) soma dos totais apurados nos itens "a" e "b" multiplicada por 6,9 (seis nonos):

d) um (1) ponto por mês de exercício para os candidatos que exerceram as funções de inspetor escolar anteriormente ao decreto-lei nº 16.085, de M-9-1946.

2 nota de antiguidade no cargo calculada da seguinte forma:

a) número de anos de efetivo exercício em diretoria de grupo escolar até o máximo, de quinze (15) multiplicado por 6,66 (seis inteiros e sessenta e seis centésimos):

b) multiplicação do resultado obtido alínea "a" pelo coeficiente 3,9 (três nonos):

3 Nota a que refere o artigo 343 desta consolidação:

²³ O Apêndice 2 traz uma imagem que exemplifica a capa dos livros de escrituração.

4 1 a 5 (um a cinco) pontos correspondentes a títulos quaisquer julgados relevantes ao ensino e à administração pública, dos quais nenhum terá valor superior a 1 um ponto (SÃO PAULO, 1947).

Na sua primeira regulamentação, o concurso para provimento do cargo de inspetor escolar teve como característica marcante, além de notas em avaliações de merecimento, a expressiva valoração da experiência na direção dos grupos escolares. Concluímos que os inspetores tiveram, então, um duplo determinante de atuação pedagógica: quanto maior o tempo estabelecido como diretor de grupo escolar, ou seja, dedicado mais a atividades burocráticas que pedagógicas, mais fácil seria tornar-se inspetor, o que faria com que suas práticas ficassem concentradas no aspecto burocrático em vez do pedagógico. Isso também reforçava o fato de que, ao ir para a escola, o inspetor ficaria um tempo distante da prática imediata do ensino e direcionado a atividades burocráticas.

O concurso regulamentado em 1947 privilegiou os profissionais com maior experiência na direção dos grupos escolares para o ingresso no cargo de inspetor escolar. Nessa direção, o Decreto nº 42.090, de 24 de junho de 1963, alterou os quesitos de pontuação para os concursos de inspetor escolar dando menor pontuação do que já existia na época para a experiência profissional na administração dos grupos escolares:

Artigo 1.º - As letras 'a' e 'b' do item 1 do artigo 360 da Consolidação das Leis do Ensino, aprovada pelo Decreto n.º 17.698, de 26 de novembro de 1947, passam a ter a seguinte redação:

'a) - total de pontos obtidos pelo Boletim de Merecimento (B.M.) com avaliação quantitativa de zero (0) a três (3) pontos para cada um dos seus itens';

'b) - pontos obtidos pela média aritmética do total das classes de qualquer natureza dos grupos escolares dirigidos pelo candidato, em caráter efetivo, nos últimos seis (6) anos, desprezadas as frações, contando-se um (1) ponto por classe até o máximo de trinta (30) pontos' (SÃO PAULO, 1963).

Ao bloquear a pontuação máxima por boletim de merecimento em três pontos e bloquear a pontuação por experiência em direção de grupo escolar em 30 pontos, o decreto privilegiou o menor valor em relação à experiência profissional em comparação ao boletim de merecimento. No entanto, ao limitar a experiência profissional somente aos seis últimos meses e de acordo com o número de classes do grupo escolar que o candidato dirigisse, privilegiou os diretores dos maiores grupos escolares, que normalmente foram dirigidos pelos diretores mais antigos na função. Embora pareça diminuir a valoração dada à experiência profissional, a legislação

acabou reforçando a possibilidade de ingresso no cargo de inspetor escolar aos diretores mais antigos na sua função.

Por fim, em 2 de março de 1966, o Decreto nº 46.045 regulamentou o primeiro concurso de provas e títulos para o cargo de inspetor escolar. Entre muitas regulamentações, o texto apresentou as seguintes emanações, as quais interessam para o desenvolvimento deste estudo:

Artigo 1.º - Será provido o cargo de inspetor escolar do ensino primário por concurso de títulos e provas entre diretores de grupo escolar com mais de cinco anos de efetivo exercício.

Artigo 2.º - Será realizado anualmente o concurso, publicados os editais para a inscrição dos candidatos entre 1.º e 10 de julho de cada ano.

[...] Artigo 4.º - Contam-se na base seguinte os pontos pelos títulos apresentados e tempo de exercício:

1 - tempo de efetivo exercício nos cargos de professor primário e diretor de grupo escolar: um ponto por ano, até o limite de quinze pontos, desprezadas as frações inferiores a um mês;

2 - pontos constantes do boletim de merecimento, contados zero a vinte;

3 - media do número de classes dos grupos escolares de que tenha diretor efetivo nos últimos cinco anos, contando-se um ponto por classe até o limite de trinta pontos;

4 - meio ponto por certificado ou atestado de participação em seminários de estudos, e cursos de férias, como docente ou aluno, em encontros de autoridades escolares e cursos de extensão universitária, até o máximo de cinco pontos;

5 - meio ponto por obra didática impressa, aprovada pela comissão do livro didático e artigo, relevante ao ensino ou a administração, publicado em jornal ou revista, até o máximo de cinco pontos;

6 - dez pontos pelo certificado de conclusão do curso de administração escolar;

7 - dez pontos pelo diploma de licenciamento na seção de pedagogia de faculdade de filosofia, ciências e letras oficial ou reconhecida;

8 - dois pontos pelo certificado de conclusão do curso de aperfeiçoamento em instituto de educação ou escola normal do Estado;

9 - um ponto pelo diploma de conclusão - de qualquer outro curso de nível superior.

Artigo 5.º - É eliminado do concurso, antes das provas, aquele que não contar ao menos cinquenta pontos, de acordo com a contagem e publicação no órgão oficial, feita pela comissão de concurso.

Artigo 6.º - As provas versarão sobre as matérias seguintes: administração escolar, legislação do ensino, psicologia educacional e biologia educacional. Parágrafo único - Constará do edital de inscrição a matéria para as provas e sua bibliografia.

[...] Artigo 8.º - É aprovado o candidato que alcançar ao menos cinquenta em cada disciplina, graduadas as notas de zero a cem.

Artigo 9.º - Será feita a classificação dos candidatos na ordem decrescentes dos pontos resultantes, da soma da média das provas e dos pontos obtidos nos títulos.

Artigo 10.º - O candidato que não alcançar nomeação poderá, no ato de inscrição dois concursos subsequentes, optar pelas notas obtidas nas provas, revista a contagem dos pontos por títulos (SÃO PAULO, 1966).

A legislação trouxe como novidade a maior valoração dos pontos no boletim de merecimento que a valoração de tempo no cargo, a pontuação por participação em seminários e cursos, os pontos por obra didática publicada, bem como os pontos por conclusão de curso superior em administração escolar, pedagogia e outros. Essa nova redação foi uma forma de valorizar o aperfeiçoamento do profissional, inclusive, com ênfase nos cursos superiores.

O principal incentivo à formação em comparação com o que se viu anteriormente foi a inclusão no primeiro concurso das avaliações escritas de administração escolar, legislação do ensino, psicologia educacional e biologia educacional. Notamos, conjugados com os incentivos à formação acadêmica, que o tempo de serviço compôs pela primeira vez o menor critério para ingresso no cargo de inspetor escolar.

Embora no art. 2º do Decreto nº 46.045 estivesse prevista a realização anual do concurso e no art. 10, houvesse a possibilidade de utilizar a nota do concurso nos dois próximos eventos, no mesmo ano em que foi realizado o primeiro concurso para inspetor escolar a legislação já foi alterada, e o próximo concurso, foi realizado somente após esgotados os candidatos aprovados no primeiro concurso. Nessa direção, a Lei nº 9.832, de 4 de julho de 1967, dispôs o seguinte:

Artigo 1.º - Aos candidatos aprovados e classificados no primeiro concurso para provimento do cargo de inspetor escolar, realizado em 25 e 26 de janeiro de 1967, é assegurado o direito de nomeação para as vagas remanescentes dos concursos de remoção efetuados anualmente, até esgotar-se a lista de classificação do referido concurso (SÃO PAULO, 1967).

A lei foi fator primordial para que o concurso de provas e títulos para inspetor escolar, teve somente uma primeira edição, pois, ao permitir que os remanescentes fossem chamados antes de realizarem novo concurso, a administração não precisaria promover novamente o evento, visto que, em 4 de fevereiro de 1971, o Decreto nº 46.045, que previu concurso para inspetor escolar, foi revogado pelo Decreto nº 52.646, de 4 de fevereiro de 1971, e passou a prerrogativa de regulamentar o concurso para o Conselho Estadual da Educação. Vejamos o texto que segue:

Artigo 1.º - Fica revogado o Decreto n. 46.045, de 2-3-66 que dispõe sobre o concurso para provimento do cargo de inspetor escolar do Ensino Básico.
Artigo 2.º - A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação expedirá normas regulamentares para a realização do concurso para provimento do cargo de inspetor escolar do Ensino Básico de acôrdo com a Resolução 1/69 do Conselho Estadual de Educação (SÃO PAULO, 1971).

Esse foi o fim dos concursos para inspetor escolar. A legislação seguinte extinguiu o cargo e passou seus ocupantes para o novo cargo de supervisor pedagógico. A Lei Complementar nº 114, de 13 de novembro de 1974, que instituiu o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo, conforme segue

Artigo 9.º - A carreira do Magistério é constituída de:

I - cargos docentes, com as classes:

- a) Professor I;
- b) Professor II;
- c) Professor III.

II - cargos de Especialistas de Educação, com as classes:

- a) Orientador Educacional;
- b) Diretor de Escola;
- c) Supervisor Pedagógico.

Salientamos que muitos estudos apontam para as atividades dos inspetores escolares com base na análise da legislação federal. Nesta tese, optamos por examinar mais detalhadamente as legislações que orientaram a vida funcional dos inspetores escolares no âmbito estadual, após notarmos que seria possível enriquecer nossas análises por meio de legislação mais específica.

Na próxima seção, analisamos os programas de ensino, que foram legislações voltadas para as práticas pedagógicas nas escolas. Julgamos serem esses documentos essenciais para a compreensão das práticas dos inspetores escolares.

5.2 Os programas de ensino e as ideias pedagógicas²⁴

A seguir, veremos que o histórico da educação no Brasil está relacionado a planos detalhados de estudo. De início, tivemos o *Ratio Studiorum* jesuíta, cuja edição definitiva apareceu em 1599 e serviu de norma para os colégios até a supressão da Companhia, em 1773 (JULIA, 2001, p. 20). Depois, tivemos as aulas régias, introduzidas por Pombal em 1749 e que permaneceram em vigor até a primeira legislação sobre educação no Brasil, em 15 de outubro de 1827. No Império, vários planos foram legislados, assim como na República.

²⁴ Neste estudo, empregamos o conceito de ideia pedagógica com base em Saviani (2007), para quem as ideias pedagógicas são “ideias educacionais, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação, orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa” (SAVIANI, 2007, p. 6).

Dos planos de ensino publicados no período republicano, nos anos de 1894, 1905, 1918, 1921, 1925, 1934, 1949/1950 e 1968, interessa-nos os que estiveram em vigência no período por nós selecionado para esta pesquisa, qual seja, de 1931 a 1974. Dessa forma, é possível analisarmos a atuação dos inspetores escolares tendo em vista que, ao lado da legislação, os planos de ensino também foram um determinante das práticas dos inspetores escolares.

Um dos embates que perpassa os planos de ensino está relacionado às correntes pedagógicas de cada período histórico, bem como à satisfação das necessidades da forma de produção observada em cada período. Examinamos os planos de ensino à luz das ideias pedagógicas dominantes em cada época, visto que, além de influenciarem na elaboração das leis, as ideias pedagógicas produziram mudanças nos discursos dos inspetores antes mesmo de estarem consagradas na legislação vigente.

Segundo Souza (2009, p. 92), os planos de ensino e os exames “[...] constituíram-se em dispositivos relevantes na configuração da escola primária ao longo do Século XX”. A autora, ao pesquisar a história da educação primária em São Paulo, utilizou amplamente os planos de ensino e apresentou algumas considerações sobre eles, as quais reproduzimos a seguir:

A análise dos programas demonstra, por um lado, uma relativa estabilidade na prescrição dos conteúdos (determinações sobre o que ensinar), e, por outro lado, uma variabilidade maior sobre a metodologia de ensino, as prescrições sobre como ensinar que afetam diretamente a prática docente mormente influenciada pelo campo normativo da pedagogia. Esta estabilidade maior da seleção cultural indica o prevaecimento, ao longo do século XX, das amplas finalidades sociopolíticas e culturais atribuídas ao ensino primário. Já a variabilidade das prescrições metodológicas revela a influência das inovações no campo da pedagogia, arena na qual estiveram em disputa diferentes concepções de escola primária e de educação (SOUZA, 2009, p. 90).

Interessa-nos, então, analisar os planos de ensino na busca das prescrições metodológicas que, segundo a autora, foram objeto de modificações em suas diferentes publicações. De nossa perspectiva, após estudarmos esse fator que influenciou a prática dos inspetores escolares é que poderemos examinar sua atuação, de acordo com os registros nos termos de visita e nas atas de reuniões pedagógicas.

Salientamos que discutiremos os aspectos gerais dos programas de ensino, relacionando-os às correntes pedagógicas de cada período histórico. No Capítulo 4,

quando da análise dos documentos que relatam a prática dos inspetores escolares, apresentaremos as minúcias dos programas de ensino relacionados aos atos praticados pelos inspetores escolares.

Iniciamos nossas considerações pelo plano de 1925 pelo fato de as fontes documentais que relatam a atuação pedagógica dos inspetores escolares serem datadas de 1931, assim, estão sob influência do plano de ensino de 1925.

O primeiro programa de ensino objeto de nossas análises foi publicado em 19 de fevereiro de 1925. Observamos que ele antecede uma das grandes reformas da instrução pública, o Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925, que comentamos detalhadamente na seção anterior. Quando da publicação desse programa de ensino, estava em vigência a Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, conhecida como Reforma Sampaio Dória. Essa lei reduziu o ensino primário de quatro para dois anos e duas horas e meia diárias de aula. A partir daí, seriam cobradas taxas para matrícula nos demais cursos. Na época estabeleceu-se um embate entre a oferta da escolaridade com a ampliação da oferta em oposição à qualidade do ensino oferecido.

Com base nas duas legislações, a Reforma Sampaio Dória de 1920 e o programa de ensino de 1925, é que as orientações pedagógicas do programa foram elaboradas para o ensino primário de quatro anos, antecipando a reforma que viria pelo Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925, que voltou a estabelecer o ensino primário em quatro anos. Segundo Souza (2009, p. 116), o programa de 1925 resgatou o “[...] caráter enciclopédico dos primeiros anos do regime republicano [...] [e] norteou o ensino primário paulista nos 25 anos posteriores, permanecendo em vigor até 1949”.

Frizzarini (2014) destaca duas características importantes em relação à composição do programa. De acordo com a autora, ele estava “imerso na pedagogia escolanovista, mas com grandes traços do movimento intuitivo” (FRIZZARINI, 2014, P. 64). Neste ponto, cumpre-nos esclarecer essas duas tendências pedagógicas.

O ensino intuitivo tinha a premissa de que a educação deveria começar pela educação dos sentidos. Schelbauer (2006, p. 1) explica que a intuição sensível é considerada a primeira etapa do método, conhecida no ensino primário e nos jardins de infância sob a denominação de lições de coisas, e consiste em ensinar as crianças a observar: ver, sentir, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, para depois conhecer, ou seja, educar os sentidos para depois exercê-los. A segunda forma de intuição – a intelectual – consiste no desenvolvimento da inteligência por meio do

raciocínio, da abstração e reflexão, ultrapassando a intuição sensível. A intuição moral ocupa o terceiro grau no desenvolvimento do ensino intuitivo e consiste em educar a criança quanto aos aspectos morais e sociais.

No que se refere ao escolanovismo ou Escola Nova, foi um ideário pedagógico que tentou se opor ao que era considerado “tradicional”, ou seja, os seus precursores tentavam se diferenciar do que vinha sendo feito até então nas escolas. Segundo Lage (2012, p. 1), o

aluno assumia o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar. A aquisição da escrita tornou-se imprescindível dentro das capacidades fundamentais para o indivíduo. [...] As preocupações com a leitura também ocuparam espaço nas discussões escolanovistas. A leitura oral, prática presente em todo o período anterior de nossa história, principalmente devido ao pequeno número de letrados e de livros, deveria ser substituída pela prática da leitura silenciosa. [...] o conhecimento era adquirido através da experiência. Os alunos eram levados a observar fatos e objetos com o intuito de conhecê-los. (LAGE, 2012, p. 1)

A tensão existente entre as duas tendências pedagógicas, o escolanovismo e o ensino intuitivo, foi também colocada por Saviani (2007), para quem

[...] a pedagogia do método intuitivo manteve-se como referência durante a Primeira República, sendo que, na década de 1920, ganha corpo o movimento da Escola Nova, que já irá influenciar várias das reformas da instrução pública efetivadas no final dessa década. Entretanto, a difusão da Escola Nova irá encontrar resistência na tendência tradicional representada, na década de 1930, hegemonicamente pela Igreja Católica (SAVIANI, 2007, p. 140)

Observamos que, segundo Souza (2009) e Frizzarini (2014), o programa de 1925 teve grande influência na educação paulista e trouxe elementos tanto do movimento intuitivo, como do movimento da pedagogia escolanovista. Frizzarini (2014, p. 65), explica que o

programa de 1925, em certa medida, apropriou-se de elementos ditos escolanovistas, proporcionando um ensino mais ativo e espontâneo, mas se distanciou do caráter renovador ao apresentar-se rígido, no qual sua extensa gama de conteúdos encruaram as possibilidades de o professor intervir no ensino e estimular os interesses das crianças, interesses esses que estavam no ponto de partida do ensino na Escola Nova, visando à educação como a própria vida do aluno.

Assim, entendemos que o programa não foi uma modificação radical das concepções vigentes, mas sim uma adaptação ao modelo de alguns elementos da pedagogia renovadora da Escola Nova. Notamos aqui um dos elementos presentes

na atuação pedagógica, especificamente no caso na legislação: a influência das inovações na pedagogia sem o abandono completo das características vigentes no momento.

Em meio a toda instabilidade política da década de 1930, passaram pela direção do ensino de São Paulo sete diretores, entre os quais Lourenço Filho, que havia solicitado, ao final de 1930, que os professores elaborassem os programas para o ano seguinte (SOUZA, 2009, p. 183-185). Com muita polêmica em torno dos programas e com a troca de comando na educação paulista, o próximo programa foi publicado pelo Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, que instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo.

Já no prefácio da publicação feita pelo Departamento de Educação, órgão subordinado à Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública, os programas mínimos para o curso primário foram fruto da redução do tempo de aula para três horas diárias e o referido programa era destinado especialmente aos grupos escolares que funcionaram em três períodos. Houve também a indicação de que os profissionais deveriam continuar a seguir o programa que esteve em vigor em 1930, ou seja, o programa de 1925.

Na introdução, observamos a referência à concepção pedagógica presente no programa mínimo:

Na elaboração deste programa, não houve o propósito de subordiná-lo a determinada orientação individual ou adaptá-lo a qualquer dos tipos escolares, abrangidos pela genérica denominação de 'escola nova'. Não é um programa de 'centros de interesse', que, a basear-se de fato na didática decroliana, não pode ser delineado com antecipação (SÃO PAULO, 1933a).

Notória é a preocupação em evidenciar que o programa foi elaborado para adaptar a redução da carga horária e não esteve seguindo as ideias pedagógicas em desenvolvimento na época, ou seja, a Escola Nova.

O art. 271 determinou que "A adaptação e o desenvolvimento do programa mínimo de cada grupo escolar serão feitos pelos professores, com a assistência do diretor, e respeitadas as normas gerais estabelecidas neste Código" (SÃO PAULO, 1933a). Embora contrária ao escolanovismo, a legislação contemplou a adaptação dos programas pelos próprios professores, o que abriu a possibilidade de incorporação de novas metodologias. No entanto, como observaremos na análise dos livros de ata de reuniões pedagógicas, isso acabou não acontecendo e prevaleceram

nas práticas a continuidade das tradições arraigadas nos ideários dos professores. Desse modo, notamos ser mais uma vez um movimento presente na pedagogia que se caracterizou pela permanência do tradicional com a interferência da inovação.

Ainda na mesma legislação, o art. 104, que normatizou o Serviço de Programas e Livros Escolares, tratou de vários elementos do programa mínimo do curso primário:

Art. 104 - Ao chefe do Serviço de Programas e Livros escolares compete:

- 1 - presidir as comissões que devem dar parecer sobre a adoção e seriação de livros escolares e material didático;
- 2 - dirigir inqueritos entre autoridades escolares, professores de cursos primários, secundários e profissionais, entre pai e alunos, sobre o valor dos manuais escolares, a preferência da leitura por parte dos educandos, a classificação dos livros-adotados, a organização de padrões de livros didáticos e a crítica de programa e sua execução;
- [...] 7 - dirigir a organização de programas mínimos gerais para as escolas primárias, e de programas de adaptação e desenvolvimento, especiais para cada escola, com a mais ampla participação dos mestres e dos pais;
- 8 - dirigir quando possível, o serviço de racionalização dos programas, reconstruindo-os cientificamente, por meio de processos objetivos de inquerito e de medida, sobre os dados de estudos dos grupos sociais e da psicologia genética;
- 9 - fazer experimentar programas especiais em classes de ensaio e certas modificações de programa em classes comuns, em qualquer parte do Estado;
- 10 - convidar e reunir, onde convier professores e autoridades escolares para debate, estudo e divulgação de estudos a respeito da construção dos programas e da feitura de livros escolares nos vários sistemas educacionais modernos;
- [...] 12 - acompanhar, quanto possível, a execução de programas em todo o Estado, ouvindo, em reuniões ou isoladamente, professores, autoridades escolares e pais de alunos;
- 13 - propôr normas para aprovação e adoção de livros e redigir instruções sobre a organização e execução de programas (SÃO PAULO, 1933a).

A ênfase dada à construção e à avaliação conjunta dos programas escolares pelos vários segmentos envolvidos na ação pedagógica é explícita e não deixa dúvidas em ser eco das proposições de Lourenço Filho, principal defensor da participação dos professores na construção dos programas de ensino.

A normatização do Serviço de Programas e Livros Escolares foi uma resposta ao embate suscitado por vários autores da época sobre programas de ensino. Um desses autores foi Anísio Teixeira, que publicou na revista *Escola Nova*, em 1930, artigo intitulado *A Reconstrução do Programa Escolar*. Outro autor que discutiu a questão dos programas escolares foi José Ribeiro Escobar, em seu livro *A Construção Científica dos Programas*, publicado em 1934, mais tarde, em 1941, Sólton Borges dos Reis publicou o livro *Considerações sobre Programas Escolares*.

Esses autores que discutiram os programas, de acordo com a perspectiva de Souza (2009, p. 32), foram os “[...] precursores da emergência do currículo como campo de conhecimento no Brasil”. Houve discussões calorosas entre os defensores da Escola Nova (Anísio Teixeira) e os defensores da pedagogia fundamentada na ciência da educação (José Ribeiro Escobar e Sólton Borges dos Reis), que estavam lançando as bases da transição do movimento escolanovista para o tecnicismo²⁵.

O próximo programa de ensino publicado foi o de 1949/1950. Essa publicação foi dividida por atos, distribuídos conforme consta no Quadro 4:

Figura 4: Programas para o ensino primário fundamental de 1949/1950

Data	Ato nº	Referência
23 de fevereiro de 1949	17	1º ano
7 de abril de 1949	24	2º ano
26 de julho de 1949	46	3º ano
9 de janeiro de 1950	5	4º ano
22 de abril de 1950	35	5º ano

Fonte: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1949; SÃO PAULO, 1950).

Notamos que o curso primário em 1925 foi configurado com a duração de 2 anos e, o primeiro programa por nós analisado (1925) teve o formato para quatro anos. O programa antecedeu a mudança, visto que o curso primário passou posteriormente para quatro anos, configuração que perdurou por 25 anos.

O ensino primário de 1949/1950 funcionou com 4 anos de duração e o programa de ensino de 1949/1950 trouxe recomendações para cinco anos antecedendo a alteração para 5 anos, a partir do que a educação escolar inicial não mais seria conhecida por escola primária, e sim ensino primário fundamental.

Tendo como pano de fundo o período histórico em que predominou o movimento da Escola Nova (SAVIANI, 2007), o programa de ensino de 1949/1950 muito se assemelhou ao programa de 1925 quanto à riqueza de explicações. Além de explicitar os objetivos da matéria escolar, depois as considerações acerca de como a

²⁵ Segundo Luckesi (2003, p. 62), o tecnicismo pretendia ser “[...] um sistema instrucional eficiente e efetivo em termos de resultados da aprendizagem; o aluno recebe, aprende e fixa as informações”. Isso seria obtido por meio de “[...] a) estabelecimento de comportamentos terminais, através de objetivos instrucionais; b) análise da tarefa de aprendizagem, a fim de ordenar sequencialmente os passos da instrução; c) executar o programa, reforçando gradualmente as respostas corretas correspondentes aos objetivos” (LUCKESI, 2003, p. 61).

matéria deveria ser apresentada ao aluno de acordo com seu nível escolar e, finalmente, um sumário da matéria (lista de conteúdos), o programa trouxe orientações de como cada ponto deveria ser direcionado pelos professores com “sugestões para a aplicação de artifícios e atividades, a fim de que sirvam auxiliar aos professores inexperientes” (SÃO PAULO, 1950a).

Por fim, o último programa a ser apresentado é o de 1969. Trata-se de uma publicação que reformou a estrutura e a organização educacional da rede paulistana. A novidade desse documento é que o ensino primário não seria mais organizado por séries anuais, mas por dois níveis: no nível I, ficaram a 1ª e 2ª séries, no nível II, a 3ª e 4ª séries. O programa, concebido como experimental, inovou também no aspecto metodológico, uma vez que previu a construção de uma proposta para dois ciclos de dois anos cada só possível em virtude da abertura decorrente da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicada em 1961.

Ao comentar sobre a elaboração desse programa, Azanha (2004) destaca que se tratava de

[...] um programa de ensino extremamente simples e organizado não mais por séries anuais, mas em dois níveis. Na sua simplicidade, o novo programa devolve ao professor e à escola a autêntica responsabilidade da tarefa educativa, de que, até certo ponto, estavam dispensados quando transformados em meros executores de instruções (AZANHA, 2004, p. 349-350).

O autor, ao explicar a total descentralização na utilização dos conteúdos, observa que

[...] nenhuma fórmula, nenhum modelo, ainda que minuciosamente concebido, dispensará o trabalho criador do professor. A minúcia programática e a precisão da indicação metodológica nunca substituirão um trabalho que, num primeiro nível, é da responsabilidade do professor, e num segundo, das autoridades escolares e da própria comunidade. Dessa forma, o Programa — uma ideia que se ofereceu à reflexão e à experimentação dos educadores paulistas — é sobretudo a renúncia de uma ilusão. A ilusão de que uma metodologia, prolixamente explicada e uniformemente implantada, criará condições, por si só, de uma efetiva renovação do Ensino Primário (AZANHA, 2004, p. 350).

Responsável à época pelo Departamento de Educação, Azanha compôs o grupo de trabalho que elaborou o programa de 1968/1969 e explicou os motivos que levaram o grupo a elaborar um programa bem menos minucioso que o vigente na época, o programa de 1925:

Não é possível formar integralmente a criança no pedaço de vida que ela passa na escola, mas esse período pode ser o ponto de partida para o desenvolvimento de hábitos e atitudes que permitam à criança — sob a orientação do professor — uma ‘integração de todas as suas experiências’. Na linha dessa ideia, formulou-se um programa de ensino extremamente simples e organizado não mais por séries anuais, mas em dois níveis. (AZANHA, 1925, p. 349)

Em relação aos programas de ensino, podemos concluir que aqueles em vigência no período por nós selecionado para esta pesquisa (1931 a 1974) foram os de 1925, 1938, 1949/1950 e 1968/1969. Notamos que o período estudado revela uma forte influência do programa de 1925, visto que foi um documento minucioso e que influenciou os demais suas recomendações até o final do período pesquisado, 1974.

Vale ressaltar que as questões relacionadas ao currículo e à metodologia de ensino estiveram presentes ao longo de todas as reformas republicanas do ensino na rede estadual paulista, destacada como precursora de reformas educacionais no Brasil.

A seguir, tratamos da atuação dos inspetores escolares na cidade de Sorocaba (SP) em face da legislação concernente à sua profissão. Interpretamos suas ações embasados na categoria de intelectual orgânico desenvolvida por Gramsci (1999), de modo a identificarmos o tipo de atuação dos inspetores de ensino e a metodologia proposta pelos programas de ensino.

6 A ATUAÇÃO DO INSPETOR

Neste capítulo analisaremos a atuação dos inspetores escolares em Sorocaba através da interpretação do registro da sua atuação em termos de visita e atas de reuniões mensais, também documentadas como reuniões pedagógicas, procurando interpretar de acordo com a categoria de intelectual orgânico proposta por Gramsci.

Antes, porém de analisar os documentos locais e coerente com a categoria da totalidade em nossa pesquisa, procuramos verificar como os inspetores escolares foram relatados nos Anuários do ensino do estado de São Paulo, e nos Relatórios das Delegacias Regionais de ensino, documentos estes consultados no repositório eletrônico do Arquivo do Estado de São Paulo. Nas leituras dos documentos procuramos os indícios da atuação pedagógica dos inspetores escolares em outras Delegacias de ensino para posteriormente interpretar as determinações mais centrais que os inspetores em Sorocaba sofreram influência.

6.1 Documentos do Arquivo do Estado

O Arquivo Público do Estado de São Paulo, órgão ligado à Casa Civil do governo paulista, é responsável pela formulação de políticas públicas de gestão documental para o Governo do Estado e possui um acervo formado por mais de 10 km lineares de documentação (equivalente a 12 milhões aproximadamente) sobre a história de São Paulo. O órgão mantém no seu site²⁶, mais de 400 mil imagens de documentos digitalizados e disponíveis para consulta. No referido site, existe uma seção especializada para consulta de arquivos escolares²⁷, local de onde copiamos os documentos utilizados em nosso trabalho. Da seção Anuários, baixamos os Anuários do ensino do estado de São Paulo, especificamente os dos anos de 1927 e de 1931; da seção Instrução Pública, baixamos os relatórios das Delegacias Regionais de ensino, especificamente os relatórios da Delegacia de Itapetininga nos anos de 1936, 1942 e 1943; Delegacia de Sorocaba do ano de 1940, 1ª Delegacia da Capital de 1944 e Delegacia de São Carlos de 1945.

Em primeiro lugar dentre os documentos escolhidos, analisaremos os Anuários porque são documentos mais gerais sobre a educação paulista e, contém

²⁶ <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>

²⁷ <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/arquivo.php>

partes compiladas dos relatórios das Delegacias de ensino, comentadas pelo Inspetor Geral da Instrução Pública.

6.1.1 Annuarios do ensino do estado de São Paulo

Numa pesquisa sobre os discursos presentes nos Annuarios do ensino do estado de São Paulo, Castro caracterizou os mesmos da seguinte forma:

A partir de 1908, até o ano de 1927, os anuários foram publicados a cada um ou dois anos, sendo que, a partir do anuário de 1909-1910, todos os demais foram organizados pela Diretoria-Geral da Instrução Pública.[...] Após 1927, foi publicado um “relatório” referente ao período de 1927-1928, última publicação oficial do conjunto sobre a administração da instrução pública paulista da década de 1920. Em 1931, a Diretoria-Geral da Instrução Pública, tendo à frente o professor Lourenço Filho, editou um volume contendo a estatística escolar de 1930 e, em 1937, Almeida Júnior, então diretor de ensino, organizou o anuário de 1935-1936 referente à administração do ensino primário e pré-primário (estadual, municipal e particular), do ensino secundário estadual e do ensino normal (estadual e livre) em 1935 e 1936. (CASTRO, 2012, p. 213)

Com base no nosso recorte temporal da pesquisa, pesquisamos nos Annuarios do ensino do estado de São Paulo datados de 1927 e 1937²⁸ em busca de indícios das ações pedagógicas dos inspetores escolares.

Uma observação importante é que após a Proclamação da República e a organização das Secretarias de Estado, os assuntos educacionais ficaram sob a responsabilidade da Secretaria do Interior, organizada em 1892 pelo Decreto nº 28, de 1º de março. Essa Secretaria responsabilizava-se, entre outras incumbências, pela instrução pública primária que é o objeto de estudo deste trabalho. Em 1931, por meio do Decreto nº 4.917, de 3 de março, a Secretaria dos Negócios do Interior transformou-se em Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública. Sob essa estrutura manteve-se até 1947, quando foi desmembrada pela criação da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, passando a denominar-se apenas Secretaria da Educação. Portanto, o anuário de 1927 foi endereçado à Secretaria dos Negócios do Interior e o anuário de 1936, bem como os relatórios das Delegacias de ensino que veremos na próxima seção, foram encaminhados à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.

²⁸ A partir desta parte iremos nos referir aos documentos como anuário de 1927 e anuário de 1936.

No Anuário de 1927, consta o registro que 50 inspetores e que a atividade de cada um “[...] não só se reduziu na fiscalização do professor; foi útil a este; orientou-o sempre que se tornou mister, auxiliou-o persistentemente, ministrando aulas-modelos constantes” (SÃO PAULO, 1927, p. 200).

O comentário do Diretor Geral da Instrução Pública demonstra a preocupação do Departamento de Educação com a atividade pedagógica do inspetor escolar, embora estivesse restrita à demonstração de modelos de aulas. Mais à frente, o anuário reforça esse posicionamento ao colocar que: “Foi considerável o número de aulas-modelo ministrada pelos inspetores. É fácil de avaliar o benefício delas decorrente para uniformidade e eficácia maior do ensino.” (SÃO PAULO, 1927, p. 200).

O Anuário de 1927, trouxe as seguintes colocações sobre a quantidade de visitas dos inspetores às unidades escolares: “O número de visitas aos vários estabelecimentos de ensino foi elevado. Orçou, em média, por 5 visitas para cada unidade escolar, mesmo nos pontos mais afastados dos centros populosos”. (SÃO PAULO, 1927, p. 200).

Interessante o posicionamento oficial que 5 visitas em um ano numa unidade escolar foi um número “elevado”. Sustentando tal adjetivo, no Anuário de 1927 consta que “Por esse motivo (elevado número de visitas), mais facilmente pode a Diretoria Geral da Instrução Pública conhecer das verdadeiras necessidades dos núcleos escolares mais longínquos” (SÃO PAULO, 1927, p. 200).

O anuário de 1927 traz algumas observações sobre reuniões pedagógicas. Segundo o mesmo, foi objeto de palestra dos inspetores “[...] metodologia especial de diversas disciplinas do programa. Deste modo, as inspetorias não se limitaram às preocupações administrativas somente, tiveram o empenho de se ocupar da parte técnica de suas funções. (SÃO PAULO, 1927, p. 212).

E sobre a eficácia das palestras proferidas pelos inspetores, o anuário de 1927 afirmou que “As palestras pedagógicas, felizmente iniciados no ano letivo findo, vieram melhorar consideravelmente o ensino, criando um novo estímulo entre os professores e alunos” (p. 222).

Especificando o que ocorreu nas reuniões, o trecho a seguir tem a primeira exemplificação metodológica seguida pelos inspetores:

Nessas palestras foram tratados assuntos sobre organização das escolas isoladas, defeitos na escrituração escolar, leitura comentada sobre circulares, defeitos observados na maneira de processar o método analítico no ensino da leitura, comentário sobre o aprendizado ativo, recomendações sobre as comemorações cívicas e festas escolares. (SÃO PAULO, 1927, p. 223 – grifos nossos).

A primeira propagação metodológica pela atuação do inspetor escolar fez referência ao método analítico de leitura. Segundo Ferreira (2014)

[...] os métodos analíticos (palavração, sentençação), diferentemente dos sintéticos (soletração, silabação), iniciavam o processo de ensino pela compreensão daquilo que expressasse significado para as crianças, proporcionando ao aprendiz o entendimento analítico do todo para as partes. Também havia um consenso de que uma gravura inspiraria um texto (historieta, sentenças, palavras) primeiro oralmente e depois graficamente, levando a criança à compreensão do que lia. [...] Assim, partia-se das sentenças, que eram desmembradas em palavras, sílabas e letras, seguindo o processo analítico do ensino da leitura (FERREIRA, 2014, p. 188-189).

Esse método analítico, citado no anuário de 1927 como propagado nas reuniões pedagógicas dos inspetores escolares foi também o método preconizado pelo Programa de Ensino de 1925. Dizia o mesmo

[...] o ensino da leitura, conhecimento básico e primordial de toda a instrução, deve ser praticado pelo método que mais se coaduna com o desenvolvimento da inteligência infantil.

[...] somente podemos adotar um método que seja intuitivo, animado e conforme a realidade física do processo da percepção.

Satisfaz plenamente a essas condições o método analítico, em voga em nossas escolas a mais de um decênio, e que pelos seus resultados, aqui se implantou definitivamente, condenando definitivamente os ultrapassados métodos sintéticos. (SÃO PAULO, 1925, p. 1)

Portanto, a orientação que o anuário de 1927 registrou ser a preconizada pelos inspetores escolares relacionadas ao método do ensino de leitura, foi em consonância com as orientações publicadas pelo Programa de Ensino de 1925.

Prosseguindo com a análise do conteúdo pedagógico da atuação do inspetor escolar registrado no anuário de 1927, na publicação constou a ação *in loco* dos inspetores nas escolas “[...] fiz observações e recomendações aos respectivos professores individualmente” (SÃO PAULO, 1927, p. 279)

O anuário de 1927 registrou então que a atuação pedagógica dos inspetores escolares não foi somente nas reuniões pedagógicas, mas também no trabalho dos professores diretamente nas escolas. E prossegue o anuário com mais registros de atuação diretamente nas escolas dos inspetores escolares:

[...] depois da indispensável visita às classes e troca de ideias com os professores, para apreciar o grau de desenvolvimento desta parte do programa nos diferentes anos do curso, convocava os professores para uma reunião no gabinete do diretor ou em uma sala de aula, à qual comparecia às vezes o pessoal de vários grupos de uma mesma cidade ou de localidade vizinha e, em ligeira palestra, expunha, com toda clareza e minuciosidade, o plano geral e os métodos a seguir no ensino. (SÃO PAULO, 1927, p. 279)

Mais uma vez no anuário de 1927, verificamos que a atuação pedagógica do inspetor escolar foi registrada como uma de suas mais vigorosas atividades.

A seguir procuramos no último anuário publicado, o de 1936, mais indícios da atuação pedagógica do inspetor escolar, quase uma década depois dos registros do primeiro anuário analisado. Tal pesquisa foi feita porque entre 1927 e 1936 não foi publicado nenhum anuário, conforme mencionado anteriormente por Castro (2012, p. 213).

O anuário de 1936 trouxe informações mais detalhadas das Delegacias de ensino. Em muitas seções inclusive, compilou dados dos relatórios das Delegacias de ensino.

Segundo o anuário de 1936, a Delegacia de Sorocaba contou na época com 4 inspetores escolares para atender 14 municípios e 533 unidades escolares (SÃO PAULO, 1936, p. 55-56). Pode-se concluir facilmente que o número de escolas foi demasiado para que houvesse uma intervenção pedagógica sistemática por parte dos inspetores escolares. Essa é exatamente a conclusão colocada no anuário de 1936: “o número de inspetores escolares das Delegacias é considerado geralmente insuficiente. (SÃO PAULO, 1936, p. 73). Lembramos que essa observação não foi restrita à Delegacia de Sorocaba e sim ao estado inteiro.

E essa questão sobre a falta de inspetores foi alvo de reivindicação feita no anuário de 1936: “Todas as Delegacias, - parece-nos, - em que há mais de 50 escolas isoladas por inspetor ([...] Sorocaba, Taubaté), merecem aumento do seu número de inspetores.” (SÃO PAULO, 1936, p. 75).

Em relação à média de visitas, o anuário de 1936 apontou que prevaleceram em média 2 visitas anuais do inspetor por escola. Ressalta ainda que “é pouco, mas bem mais que 1920, em que a média ficou em 1,49 visitas/escolas/ano.” (SÃO PAULO, 1936, p. 75)

Comparando os anuários de 1927 e o de 1936, percebemos que mesmo cerca de uma década depois, a situação da inspeção escolar em relação às possibilidades reais de visitas frequentes às unidades escolares não se modificou. E considerando o

próprio registro do anuário de 1936, entre 1920 e 1936 a frequência dos inspetores às unidades escolares pouco melhorou.

Relacionados aos Programas de ensino, o anuário de 1936 trouxe o seguinte comentário:

Em 1930, na administração do sr. Dr. Lourenço Filho, iniciou-se forte propaganda das novas ideias de educação e tentou-se, pela primeira vez, a elaboração dos programas pelos próprios educadores. A experimentação, conforme tivemos oportunidade de verificar, não falhou, produziu os seus resultados. É verdade que houve muitos senões, naturalíssimos em trabalhos de tal monta. Entretanto, parece-nos que tal tarefa deveria continuar a cargo dos mestres, controlados por uma comissão de técnicos. (SÃO PAULO, 1936, p. 222)

Na parte que discorreu sobre métodos de ensino, o anuário de 1936 colocou uma posição pessoal do Diretor do Departamento de Instrução Pública: “No anuário anterior explanei o parecer pessoal a respeito da viva controvérsia entre a escola ‘tradicional’ e a escola ‘nova’. Desta vez, que falem os Delegados.” (SÃO PAULO, 1936, p. 225 – grifos no original)

Nesse ponto, o anuário de 1936 passa a apresentar excertos dos relatórios das Delegacias de Ensino. Nos chamou a atenção o depoimento do relatório da Delegacia de Campinas. Vejamos:

É que a renovação de processos de ensino que se vem insistentemente fazendo nas Escolas Normais, não frutifica nas escolas primárias, onde, pelo contrário, jovens professoras se aferram aos velhos métodos da escola tradicional. Vejamos, por exemplo o ensino da leitura: ainda é o método sintético o preferido pelas professoras, com raríssimas exceções. Cartilhas do chamado processo analítico-sintético são escolhidas de conformidade com a maior ou menor extensão, dada a decomposição de sílabas, e usadas quase sempre dessa parte para o fim da cartilha. Há mesmo, em várias regiões do Estado, com a denominação de Ensino Rápido, instruções impressas que são distribuídas aos professores de primeiros anos, onde o processo preconizado, com pequenas variantes, nada mais é que a velha carta de nomes da escola régia, convenientemente modernizada. Com palestras mensais para Diretores, aulas modelos em classes e escolas isoladas, dadas por mim e pelos Inspetores, vamos procurando firmar a confiança na evolução indispensável do ensino, para que seja possível uma verdadeira renovação didática. Creio, entretanto, que essa renovação não se dará enquanto as jovens professoras vierem iniciar o exercício em escolas rurais totalmente desprovidas de recursos ou, *o que é pior, em estabelecimentos confiados a Diretores sem o necessário conhecimento dessa renovação.* (SÃO PAULO, 1936, p. 226 – grifos no original)

A renovação didática, segundo o excerto do relatório da Delegacia de ensino que o anuário de 1936 trouxe, não estava sendo feita embora os inspetores escolares tivesse feito sua propagação. Segundo o relatório citado, a formação das professoras nas escolas normais e o trabalho inicialmente nas escolas rurais concorriam para que as docentes permanecessem utilizando o método sintético, que era considerado tradicional, em oposição ao método analítico proposto pelo programa de 1925.

Mesmo mais de uma década após a publicação da orientação oficial para utilização do método analítico, as escolas ainda permaneciam com as práticas do método sintético.

Da Delegacia de Guaratinguetá, o anuário de 1936 trouxe as seguintes observações:

Lentamente, passo a passo, vamos encaminhando para dentro das modernas concepções de educação, as nossas escolas. Não temos imposto este ou aquele sistema educativo. Há liberdade. Queremos, entretanto, estudo, debate, arejamento de ideias em torno das novas correntes.

As nossas escolas já não oferecem o aspecto tradicionalista de outros tempos. O mestre já não tão verbalista, a disciplina tornou-se mais humana, e a criança sente-se bem mais objetivada, alicerçada na atividade do educando.

Sem desprezar o ensino das técnicas fundamentais o professor ainda cuida mais de selecionar os valores pedagógicos para melhor educar, no bom sentido, fazendo a criança viver a própria vida dentro das suas verdadeiras finalidades sociais, políticas e econômicas. (SÃO PAULO, 1936, p. 225-226).

Há uma diferença significativa dos pontos de vista expressos nos relatórios entre as duas Delegacias citadas. O relatório da Delegacia de Campinas contemplou fortemente a renovação didática e criticou as escolas normais que formaram os professores. Já o relatório da Delegacia de Guaratinguetá adotou um posicionamento mais crítico em face da renovação didática da escola nova e também apontou para um ensino menos técnico e mais humanista.

No anuário de 1936 consta ainda parte do relatório da Delegacia de Itapetininga, com o Delegado posicionando-se claramente: “[...] somos escola-novista” (SÃO PAULO, 1936, p. 228). Mais à frente, esclarece suas posições ao publicar que “[...] somos favoráveis a uma renovação dos métodos de ensino, mais ampla, de envergadura tal que abrangesse ao mesmo tempo todas as peças do sistema, que se movimentaria então impulsionado por espírito inteiramente novo.” (SÃO PAULO, 1936, p. 229). O relatório ainda propõe uma ampla divulgação publicitária e até a

criação de “Escolas Normais Novas, com métodos novos” (SÃO PAULO, 1936, p. 229).

Como último excerto de relatório de Delegacias de ensino publicados no anuário de 1936, trazemos parte do relatório da Delegacia de Ribeirão Preto, que constou a atuação do inspetor escolar no processo de propagação da escola nova. Inicialmente foram feitas reuniões, onde o ensino por projetos foi debatido e “a título de experiência, colocarem em execução o referido sistema” (SÃO PAULO, 1936, p. 229).

Cita o excerto do relatório que o trabalho com projetos “foi acompanhado de perto pelo inspetor escolar, foi realizado também com entusiasmo pela professora da classe, e os frutos que produziu foram excelentes” (SÃO PAULO, 1936, p. 230).

Concluimos esta seção que trata dos anuários de 1927 e 1936 com a observação que a orientação oficial, expressa na publicação do Programa de Ensino de 1925 e que permaneceu ao longo da década que cobriu os dois anuários, tinha por objetivo a renovação didática, expressa nos excertos pela passagem do método sintético para o analítico na aprendizagem da leitura, bem como na metodologia dos projetos didáticos. A participação do inspetor escolar, que é o objeto da nossa pesquisa, ocorreu fortemente tanto em reuniões pedagógicas para propagação dos métodos citados como no acompanhamento das ações realizadas nas unidades escolares. Esses dois anuários, o de 1927 e o de 1936, confirmam nossa tese que o inspetor escolar teve atuação pedagógica, porém não apontam para a Delegacia de Sorocaba²⁹. E essa atuação teve a característica de um intelectual orgânico da burguesia, ao propagar e incentivar os valores pertinentes à lógica das classes dominantes.

Passaremos, então, à análise dos relatórios das Delegacias de Ensino de Itapetininga de 1936, 1942 e 1943; da Delegacia de ensino de São Carlos do ano de 1944 e da 1ª Delegacia de ensino da Capital, datado de 1945 para posteriormente proceder à análise do relatório da Delegacia de Ensino de Sorocaba, publicação encontrada no Arquivo do Estado como mencionado anteriormente e, que data do ano de 1940. Nossa intenção é captar o movimento dos inspetores escolares nas diversas

²⁹ Tanto no anuário de 1927 quanto no anuário de 1936 não existe menção à Delegacia de Ensino de Sorocaba. Muitas foram as delegacias citadas o que nos leva a deduzir que em Sorocaba não foram produzidos os relatórios nos anos de 1926 e 1936, utilizados como base para a produção dos respectivos anuários.

Delegacias de Ensino do estado para posteriormente analisar a atuação dos inspetores em Sorocaba.

6.1.2 Relatórios das Delegacias Regionais de Ensino

Nos arquivos disponibilizados no site do Arquivo Público do estado de São Paulo, constam relatórios desde 1894 até 1945, num total de 70 documentos. Das 22 delegacias de ensino que tiveram relatórios arquivados, apenas as delegacias de Bauru, Campinas, Jundiaí e Sorocaba possuem 1 registro apenas. Optamos então pela análise do relatório da Delegacia de Sorocaba visto que o objeto da pesquisa é a atuação dos inspetores escolares em Sorocaba e, para caracterizar os demais inspetores escolares, optamos pelos relatórios da Delegacia de Itapetininga, por cobrirem a maior extensão de tempo, visto que existem relatórios datados de 1936 até 1943 da mesma delegacia. Escolhemos também o segundo relatório, da Delegacia de ensino de Botucatu, data de 1933 visto que o primeiro relatório, da Delegacia de ensino da Capital, data de 1894, portanto fora do recorte temporal que fizemos e por fim, escolhemos os dois últimos relatórios do arquivo, os das delegacias de São Paulo datado de 1944 e o de São Carlos, datado de 1945.

No primeiro relatório pesquisado, o da Delegacia de ensino de Botucatu, datado de 1933, as observações quanto à atuação pedagógica dos inspetores escolares mostraram que havia orientações, porém com caráter de incentivo, pouco impositiva. Vejamos:

Sem queremos impor aos srs. Professores os nossos processos de ensino, procuramos, nas palestras pedagógicas, mostrar-lhes o nosso modo de agir no ensino das diversas disciplinas, que representa o fruto de uma longa experiência. [...] Procuramos dar a metodologia do ensino em geral, modernizando os processos de acordo com a pedagogia contemporânea, tendo sido ensaiada, com êxito, em diversos grupos, a globalização do ensino. (BOTUCATU, 1933, p. 33)

As observações do Delegado de Botucatu sinalizam para a implantação da renovação pedagógica pelo método da globalização, ou, analítico, que foi comentado aqui anteriormente³⁰.

³⁰ Página 88.

Quanto à atuação dos inspetores, o relatório da Delegacia de Botucatu de 1933 apontou para a atuação de 3 inspetores para atender cerca de 32 escolas urbanas, 90 escolas rurais, em 8 municípios diferentes. (BOTUCATU, 1933, p. 11, 21).

Facilmente observamos a dificuldade já prevista nos anuários analisados anteriormente, pelo pouco número de inspetores para realizar visitas frequentes às escolas.

Ainda assim, embora pouco frequentes, o relatório da delegacia de ensino de Botucatu apontou que “[...] os professores das escolas isoladas procuram sempre orientar o ensino nos moldes traçados pelo inspetor a que se acham subordinados.” (BOTUCATU, 1933, p. 40). Ou seja, embora as visitas dos inspetores fossem pouco frequentes, foram significativas para influenciar os professores no trato com os alunos.

Com relação aos problemas pedagógicos dos professores, o relatório apontava que as mesmas não deviam ser corrigidas pelos diretores imediatamente e sim que “Essas falhas devem ser levadas para as reuniões pedagógicas e aí amplamente ventiladas para que não mais se reproduzam.” (BOTUCATU, 1933, p. 41)

Como bem previu os anuários, encontramos a importância das reuniões pedagógicas para o desenvolvimento das metodologias de ensino, portanto havia orientação pedagógica aos professores e contou com a presença dos inspetores, porém, de forma bem esparsa devido ao pouco quadro dos inspetores.

No relatório da Delegacia de Itapetininga, datado de 1936, pudemos verificar que foi dada importância às visitas dos inspetores nas escolas. Consta no relatório “[...] 436 visitas, [...] sendo a média de visitas a cada escola isolada estadual 3, grupo escolar 4, [...] Existiam em Itapetininga, em 1936, 14 grupos escolares e 134 escolas isoladas” (ITAPETININGA, 1936, p. 5,6 e 9).

Quanto ao caráter dessas visitas citadas, apontou o relatório que “[...] a ação dos inspetores tem ocorrido grandemente para o aperfeiçoamento dos professores, principalmente da zona rural.” (ITAPETININGA, 1936, p. 62-63)

Relacionados aos programas de ensino, o relatório da Delegacia de Itapetininga de 1936 trouxe um comentário interessante

Aqui em S. Paulo (estado), em 1931, em obediência a determinação do professor Lourenço Filho, então Diretor do Ensino, teve cada professor de organizar o seu programa. Isso em 1931. No ano seguinte voltou-se de novo ao programa de 1925. Hoje segue –se aqui na região, como nas demais do Estado, o programa mínimo de 1934, que não obstante sua organização nos

moldes tradicionais, com discriminação de matérias, honra aos que o organizaram. (ITAPETININGA, 1936, p. 19)

Outra vez a preocupação em seguir as orientações oficiais constantes nos programas de ensino, comprovando ao questionamento feito na introdução deste trabalho que havia orientações pedagógicas aos professores e estas foram propagadas fortemente pelas delegacias de ensino.

Encontramos uma observação no relatório de 1936, sobre as dificuldades da educação na época

Licenças: Foram registradas nesta delegacia, no ano de 1936, 195 portarias de licença concedidas a professores da região. [...] Estiveram em exercício nesse ano 241 professores efetivos. Mais, pois, do que a metade estiveram em gozo de licença. Não há necessidade de comentários. (ITAPETININGA, 1936, p. 62-63)

Combinando com essa falta de professores devido ao excesso de licenças médicas com as poucas visitas feitas pelos inspetores escolares, 3 ou 4 em média anual por escola, não é difícil prever que os resultados para o desenvolvimento pedagógico tivessem pouca interferência da atuação dos inspetores escolares.

O relatório da Delegacia de Itapetininga de 1942 trouxe maiores especificações da atuação dos inspetores escolares na área pedagógica. Com relação às reuniões pedagógicas, o referido relatório relatou que

A Delegacia presidiu a algumas reuniões, inteirando-se sempre da marcha dos seus trabalhos, por intermédio dos inspetores, ou através das atas enviadas mensalmente à repartição. O nosso principal objetivo é combater a apatia dos que se limitam tão somente a ouvir a palavra do inspetor, por isso que ninguém pode deixar de colaborar.

[...] nas minhas viagens de inspeção, observei sempre que as professoras, em geral, têm pendor por uma ou outra disciplina, um ou outro assunto. Dar-lhes encargos de acordo com essas tendências, é melhorar, aperfeiçoar o ensino.

As reuniões pedagógicas em nossa região, em última análise, contribuíram muito para o progresso do ensino. (ITAPETININGA, 1942, p. 34)

Novamente encontramos a participação dos inspetores escolares em reuniões pedagógicas e no trato com os professores nas unidades escolares. Embora sejam inspetores de Delegacias diferentes, mais à frente, ao analisar as reuniões pedagógicas em Sorocaba, notamos a sugestão apontada pelo relatório da Delegacia de Itapetininga sendo seguido em Sorocaba: os inspetores propunham aos

professores que dirigissem as reuniões pedagógicas com temas do interesse dos mesmos.

No relatório da Delegacia de ensino de 1943, o último dessa delegacia que iremos analisar, consta mais uma vez uma declaração sobre a insuficiência do quadro de inspetores escolares. Diz o relatório que “O quadro de inspetores escolares já não satisfaz às exigências do serviço. Basta considerar que em 1936 foi apenas de duas a média de visitas por unidades escolares.” (ITAPETININGA, 1943, p. 29)

As características da pouca presença dos inspetores escolares nas escolas, que foi apontada como característica geral nos anuários do estado, agora pode ser comprovado pelas diversas declarações da Delegacia de Itapetininga, dificultando o trabalho dos inspetores.

Utilizaremos o relatório da Delegacia da Capital de 1944 para verificar as condições que se deram a inspeção escolar na vertente pedagógica. Segundo o relatório, “[...] os inspetores realizaram em 1944, 200 palestras pedagógicas para professores” (SÃO PAULO, 1944, p. 2).

O relatório da Delegacia da Capital de 1944 traz várias ponderações sobre as reuniões pedagógicas, vejamos:

As reuniões pedagógicas mensais têm por fim a melhoria da técnica e cultura do professor, através de palestras, aulas, demonstrações de processos de ensino e de conferencias, quando possam trazer contribuição ao ensino. Tomam parte nas reuniões pedagógicas, inspetores escolares [...]
As reuniões têm sido de natureza pratica e, sempre que possível, assumem caráter de “círculos de estudos” ou de “grupos de discussão”
Nos grupos escolares, as questões administrativas são tratadas em reuniões parciais, [...] ficando a reunião mensal destinada, apenas, a assuntos pedagógicos. (SÃO PAULO, 1944, p. 25)

Novamente a preocupação que as reuniões mensais, embora tratadas quase sempre como reuniões pedagógicas, tivessem mais o caráter da discussão sobre temas pedagógicos que administrativos. A estes, foram sugeridas reuniões parciais nos grupos escolares.

Continuam ainda as observações sobre as reuniões pedagógicas

Para essas reuniões pedagógicas o Serviço Técnico do Departamento de Educação, mensalmente, em circulares, determinou, com um mês de antecedência, os temas desdobrados em itens[...]. Esse processo, nos parece, evita dispersão dos assuntos, impede as digressões verbalísticas ou acadêmicas, orientando-se os trabalhos num sentido mais prático e proveitoso. (SÃO PAULO, 1944, p. 26)

Importante notar nessa orientação da Delegacia de ensino da Capital em 1944, que os temas das reuniões procuravam evitar as “digressões verbalísticas ou acadêmicas”, fazendo com que as reuniões transformaram-se em oficinas do como fazer muito mais que oficinas do pensar.

O último relatório que utilizaremos para caracterizar a atuação dos inspetores escolares nas mais diversas delegacias de ensino é o relatório da Delegacia de ensino de São Carlos, datado de 1945.

As observações iniciais que fazemos são relacionadas ao direcionamento dado pela delegacia citada em relação às visitas dos inspetores escolares. Preconizava a delegacia de ensino que “É pensamento, que as inspeções encarem dois pontos de vista: 1)- Aula Modelo – 20’, 2)- Assistir aula – 20’, 3)- Verificação de escrita – 30’, Termo – 20’, Tempo mínimo para uma visita: 90’ – uma hora e meia.” (SÃO CARLOS, 1945, p. 3).

Ainda relacionado às visitas dos inspetores escolares nas escolas, o relatório da Delegacia de ensino de São Carlos trouxe as seguintes recomendações relacionadas à escrituração do inspetor nos termos de visitas: “que sejam precisos, discretos e que constem, exclusivamente, da matéria necessária; que não entrem em divagações, restringindo-se a ser claros e oferecendo sugestões de medidas educativas.” (SÃO CARLOS, 1945, p. 3)

Além do que vimos no capítulo 5 deste trabalho, sobre a escrituração dos termos de visita, notamos aqui ainda um reforço por parte da Delegacia de ensino de São Carlos para que o termo de fosse o mais sucinto possível. Uma de nossas conclusões é que ao trabalhar exclusivamente com termos de visita, os pesquisadores terão limitadas as observações sobre o tratamento pedagógico dos inspetores escolares, seja porque existiam determinações legais que restringiam o registro das atividades pedagógicas, seja porque, no caso da Delegacia de ensino de São Carlos, haveria uma determinação local para que pouco fosse registrado.

Com relação aos programas de ensino, o relatório da Delegacia de Ensino de São Carlos assim registrou:

O programa é medida do trabalho escolar. É adotado na Região o mesmo de 1925. Para regular desempenho, a Delegacia, por seus inspetores e por si, intensificou o carinho pelas reuniões pedagógicas em que foram ministradas as mais variadas orientações sobre diversas disciplinas.

A título de prestação de contas pelo serviço prestado, a Delegacia manteve o diário de lições e o semanário, em que foram registradas, religiosamente, as lições dadas.
[...] sendo o programa o antigo, o de 1925. (SÃO CARLOS, 1945, p. 4-5)

Ainda na polêmica de qual programa de ensino utilizar, a Delegacia de Ensino de São Carlos optou por utilizar o programa de 1925, diferentemente das Delegacias que declararam nos anuários utilizar o programa de ensino de 1934.

Na seção direcionada aos comentários sobre as reuniões pedagógicas, o relatório da Delegacia de ensino de São Carlos de 1945 trouxe que “Decorreram com regularidade. Nas sedes dos distritos, algumas delas, tiveram a presidência do inspetor escolar.” (SÃO CARLOS, 1945, p. 7). Notamos na declaração que houve pouca ênfase na participação dos inspetores nas reuniões pedagógicas.

Porém, no mesmo relatório consta que a Delegacia de São Carlos teve em seu quadro de inspetores apenas 2 profissionais (SÃO CARLOS, 1945, p. 7). Evidente que com poucos profissionais a atividade de participação dos inspetores em reuniões ficou muito limitada. É o reforço da constatação que as Delegacias tiveram quadros insuficientes de inspetores para uma atuação adequada. Mais uma vez salientamos a deficiência na busca da atuação pedagógica dos inspetores pelos pesquisadores em história da educação quando analisamos somente uma instituição ou um tipo de fonte.

Finalizando a análise dos documentos que não dizem respeito à cidade de Sorocaba, encontramos nos relatórios das delegacias de ensino de Itapetininga, São Paulo e São Carlos, as mesmas características de atuação dos inspetores escolares já anunciada nos anuários. O inspetor participou ativamente das reuniões pedagógicas com palestras e demonstrações, bem como participava localmente nas escolas, através de visitas, do trato com os alunos assistindo aulas, ministrando aulas e conversando com professores e diretores.

Nas diferentes delegacias de ensino, o trato com os programas foi diferenciado, sendo em Itapetininga a pretensão de renovação pedagógica, em São Paulo a execução de experiências em ensino por projetos e em São Carlos a conservação do programa de 1925, mesmo duas décadas após ser publicado.

A seguir analisaremos o relatório da Delegacia de ensino de Sorocaba, datado de 1940.

De início, o relatório traz o registro da existência de 4 inspetores (SOROCABA, 1940, p. 3) o que foi prontamente apontado pelo delegado de ensino como insuficiente. Vejamos o trecho seguinte:

[...] verifica-se que, por maior boa vontade e dedicação desses dignos funcionários, não lhes é possível executar um trabalho eficiente e dispensar às professoras e às escolas isoladas a assistência que lhes é indispensável. Pode-se afirmar, sem receio de contestações, que uma das principais causas do pequeno rendimento escolar que ora se observa em todo o Estado, reside na quase nula assistência que as Delegacias de Ensino, através de seus inspetores, prestam à escola rural e mesmo aos grupos escolares, isto porque, em regra geral, os inspetores tem a seu cargo, em média, mais de cem unidades e dispõem de uma verba exígua para as viagens de inspeção. Na Região de Sorocaba, com 740 unidades escolares, sem inclusão das 8 criadas em dezembro último, há inspetor com 215 unidades. Que orientação poderá esse funcionário dispensar aos professores do seu distrito? O seu esforço, a sua dedicação esbarra com a escassez material de tempo e de dinheiro. Depreende-se do exposto a necessidade imperiosa da designação de pelo menos, mais um inspetor escolar para esta Região.

Estou convencido de que o mal acima exposto, não é apenas em Sorocaba. Ele está generalizado e daí a certeza que tenho que o meu pedido de mais um inspetor, não será o único a chegar às mãos de Vossa Senhoria. Estamos certos de que Vossa Senhoria, interessado como nós outros na melhoria constante do nosso aparelhamento escolar, para que São Paulo possa reconquistar o posto que já ocupou nos campos da educação popular, tudo fará, junto dos poderes competentes, para o aumento do quadro de inspetores, cujas despejas serão ressarcidas, com juros, pelos benefícios prestados à causa do ensino público

Pelos quadros em anexo³¹, verá vossa senhoria o que foi feito pelos dignos e esforçados Inspetores desta Região, cuja dedicação e espírito de disciplina são dignos de encomia. (SOROCABA, 1940, p. 7, 8)

Como já anunciado nos anuários e relatórios anteriormente analisados, o pouco efetivo de inspetores foi motivo de reclamação geral nos relatórios das delegacias de ensino, inclusive a de Sorocaba.

No que tange à orientação do ensino, o relatório da Delegacia de Ensino de Sorocaba de 1940, trouxe as seguintes observações:

pelo que me foi dado observar durante os dois últimos meses do ano findo, que estive á frente desta Delegacia, verifiquei que a orientação ao ensino, na Região, obedeceu, em linhas gerais, aquela emanada e constante do programa de ensino, não havendo, por parte da Delegacia, delineamentos uniformes para sua execução nos estabelecimentos de ensino da Região. Os inspetores dentro daqueles moldes, agiam, mais ou menos, livremente, imprimindo cada um, [...], a orientação que julgavam mais acertada.

³¹ Os anexos 3 e 4 trazem os quadros que representam as visitas feitas pelos inspetores nos anos de 1940.

Ressaltamos no trecho acima a liberdade que possuíram os inspetores para atuarem de acordo com os seus desígnios. Nesse ponto, buscaremos nas atas de reuniões pedagógicas e nos termos de visita verificar como essa liberdade foi utilizada.

Continua o relatório

Vê-se, pelo exposto, que sendo individual, a orientação, é natural que não tivesse ela a uniformidade desejada e por todos os títulos recomendável, tanto mais que o nosso professorado, em geral, tem uma acentuada tendência para fugir à orientação que se lhe dá. Ora, si esta não é uniforme e nem acompanhada pelo Inspetor, como infelizmente acontece pela exiguidade da verba de inspeção, pelo atraso com que é recebida e ainda pelo grande número de unidades atribuído a cada inspetor, é fácil avaliar-se o mosaico que, naturalmente, daí, surge.

Há escolas nesta Região, como provavelmente haverá em outras, que receberam apenas uma visita do Inspetor durante o ano: que orientação poderia ter sido transmitida a esses professores?

Vê-se, mais uma vez, a necessidade do aumento do quadro de Inspetores para diminuir-lhes o número de unidades, de modo a poderem visitar mais a miúdo as escolas ou então, na pior das hipóteses, dar-lhes maior verba de inspeção. Como está, o serviço de inspeção e orientação não pode ser eficiente. (SOROCABA, 1940, p. 13 – grifos nossos).

Grifamos no excerto do relatório a observação do Delegado que o professorado fugiu à orientação que era passada. Além disso, ainda o delegado de ensino novamente fez questão de salientar que poucas visitas não teriam consequências pedagógicas.

Outro fator apontado pela ineficiência do ensino foi que

[...]tem pesado na balança, para o pequeno rendimento escolar, a meu ver, o excessivo número de licenças. Na Delegacia de Sorocaba, em 1940, foram protocoladas “apenas” 375 portarias de licença, para 585 professores existentes na Região, é fácil avaliar-se o prejuízo que isso causa ao ensino.” (SOROCABA, 1940, p. 16 – grifos no original)

Prossegue o delegado de ensino criticando as faltas dos professores ao enunciar que “[...] não acredito que todos esses professores que gozaram licença, o fizeram por necessidade; atribuo o fato à facilidade que encontram no fornecimento de um atestado médico e no pouco interesse que há pelas coisas do ensino.” (SOROCABA, 1940, p.16).

Mais uma vez encontramos os dois fatores combinando na qualidade da atuação dos inspetores escolares: o pouco número de inspetores e conseqüentemente as poucas visitas realizadas nas escolas que junto com o excesso de licença dos professores. Não é difícil de prever que são fatores que determinam a baixa orientação e ainda por cima inconsistente, visto que os alunos tiveram variação quanto aos professores que trabalhavam no ensino.

O relatório de Sorocaba de 1940 inovou ao trazer um novo tipo de orientação dirigida agora para os inspetores, chamadas reuniões mensais. (SOROCABA, 1940, p. 25). A seguir transcrevemos um trecho dos comentários do delegado de ensino.

Nos arquivos desta Delegacia, não me foi dado encontrar, nem um elemento em que me basear para dizer algo sobre as reuniões mensais de inspetores. Acredito que elas se tenham realizado, com frequência, pois a eficiência dos serviços da Delegacia e o zelo que o meu ilustre antecessor põe em todos os seus atos, levam-me a essa convicção. De meu turno, só pude realizar uma no mês de outubro, na qual se tratou, exclusivamente, dos exames finais. A reunião mensal de Inspetores, é uma medida necessária e útil. Por elas, o Delegado tem um conhecimento mais seguro aos assuntos da Região, podendo tomar providencias mais acertadas e justas. Para o ensino, elas são também de grandes vantagens, pois, dão margem a uma orientação mais segura e mais homogênea. Devem elas, de preferência, versarem sobre assuntos técnicos, sendo mesmo aconselhável que cada Inspetor seja designado para, na reunião seguinte, desenvolver um tema a ser discutido pelos demais colegas e que se ligue aos interesses do ensino na Região. É o que penso pôr em pratica no decorrer de 1941. (SOROCABA, 1940, p. 25)

De forma inovadora em todos os registros até aqui encontrados, a reunião mensal dos inspetores foi o momento que o delegado acreditava ser o momento ideal para capacitação dos inspetores, mais baseado em sua experiência que no acontecido, visto que estava trabalhando a pouco tempo em Sorocaba e não havia registros dessa atividade.

Já relacionado às reuniões pedagógicas, o delegado assim se posicionou:

Com toda regularidade e relativa eficiência, foram realizadas mensalmente, em todos os grupos escolares [...], reuniões de adjuntos e professores de escolas isoladas. Algumas destas, foram presididas pelos Inspetores escolares, sendo, de todas elas, lavradas as respectivas atas, cujas copias foram enviadas, regularmente, à Delegacia. (SOROCABA, 1940, p. 26)

Mais uma vez encontramos registros que apontam para as atuações pedagógicas dos inspetores escolares. Segundo o relatório da Delegacia de ensino de Sorocaba de 1940, “Com raras exceções, essas reuniões tiveram um cunho

eminentemente técnico, aonde se conclui a preocupação das autoridades do ensino de melhorar cada vez mais o trabalho de nossas escolas” (SOROCABA, 1940, p. 26).

O caráter eminentemente técnico que se comentou no relatório esteve relacionado à parte pedagógica, visto que nos registros das atas veremos a reunião pedagógica sendo dividida em técnica e administrativa.

Relacionado ao que foi discutido nas reuniões, o relatório de 1940 aponta que

A orientação que deveria presidir a essas reuniões, obedeceu a um critério previamente estabelecido, qual seja o de dividi-las em duas partes: uma técnica e outra administrativa. A primeira, versar ia sobre um tema proposto a ser debatido na hora ou previamente designado um professor para explana-lo. É uma pratica útil e salutar. Na segunda parte, estudava-se os problemas de ordem administrativa, cabendo ao presidente resolve-los ou diligenciar as medidas necessárias. (SOROCABA, 1940, p. 26)

Vimos então que as reuniões pedagógicas foram divididas com as características habituais até então de uma parte técnica (ou pedagógica) e outra administrativa.

A seguir, novamente o delegado de ensino critica as condições nas quais foi exercida a inspeção do ensino. Vejamos as razões

O adiantamento para diárias e transportes dos Inspetores, como vem acontecendo de uns anos a esta parte, só foi efetuado em junho. É fácil de avaliar-se o prejuízo que esse atraso acarreta ao ensino, pois os Inspetores ficam privados de exercer a principal função de seu cargo visto que, no geral, não dispõem de recursos para fazer face a essas despesas. A verba estipulada para esta Delegacia, mostrou-se insuficiente para o bom desempenho dos serviços de inspeção. Não deve prevalecer o fato de recolhimento de saldos, pois que isso foi motivado pela economia forçada em virtude do atraso no recebimento da mesma verba. (SOROCABA, 1940, p. 30)

Como mais um fator que colaborasse para a precarização da inspeção, apareceu a falta de verbas para as despesas dos inspetores. Ao lado do baixo número de inspetores e do excesso de licenças médicas dos professores, vimos mais um fator que influenciou de forma negativa a inspeção pedagógica.

Ainda fez o delegado um último comentário criticando a forma como o estado conduzia a inspeção escolar ao afirmar que a Delegacia de ensino de Sorocaba, abrangendo 17 municípios, 32 grupos escolares, 207 escolas rurais, 30 urbanas, 74 municipais, 27 particulares “[...] tem apenas, para o serviço de inspeção e orientação, quatro inspetores.” (SOROCABA, 1940, p. 33)

Concluindo esta seção, notamos que o delegado de ensino de Sorocaba em 1940, posicionava-se de forma bastante crítica quanto às possibilidades da inspeção escolar. Foi o relatório, dentre os pesquisados, que trouxe as críticas mais agudas quando ao sistema de inspeção das escolas paulistas. No entanto, foi também o relatório que trouxe o maior entusiasmo com as reuniões pedagógicas, chegando mesmo ao ponto de o delegado sugerir ao Departamento de Educação, que no início do ano letivo, pudesse fazer uma reunião com todos os professores da delegacia de ensino.

O posicionamento do gestor da delegacia regional foi que, as reuniões eram frutíferas, porém, sem a possibilidade de orientação diretamente nas escolas, os resultados não seriam os desejados.

Confirmamos também no relatório da Delegacia de Ensino de Sorocaba de 1940, a atuação pedagógica dos inspetores escolares, principalmente nas reuniões pedagógicas das escolas. E ficou elucidado, que em Sorocaba, a liberdade para os inspetores propagarem métodos de ensino alternativos à proposta oficial foi maior que em outras delegacias analisadas.

Procederemos agora a análises dos documentos encontrados na Diretoria de Ensino de Sorocaba e nas escolas estaduais que foram objeto de investigação.

6.2 Os arquivos em Sorocaba

Inicialmente pesquisamos os termos de visita, documentos tradicionalmente utilizados nas pesquisas com inspetores e supervisores de ensino. Como veremos a seguir, encontramos vários termos que apontam para a atuação pedagógica dos inspetores escolares, porém, foram as atas de reuniões pedagógicas os documentos que pudemos constatar a atuação pedagógica mais acentuada dos inspetores escolares.

Coerente com o princípio da totalidade anunciado na introdução deste trabalho, procuramos comentar os documentos encontrados com a realidade para a época das distintas orientações dadas.

Na exposição da pesquisa, optamos por descrever inicialmente a atuação pedagógica dos inspetores escolares presentes nos termos de visita e, posteriormente, a atuação registrada nas atas de reuniões pedagógicas.

6.2.1 Termo de visitas

Os termos de visita foram documentos pesquisados inicialmente em nosso trabalho. Posteriormente fomos incorporando outros como anuários do estado de São Paulo e relatórios das delegacias de ensino. Posteriormente após o estudo da legislação e a análise dos registros que apontavam para a existência das reuniões pedagógicas é que conseguimos encontrar documentos que pudessem relatar as atividades dos inspetores escolares nas reuniões pedagógicas.

Para a pesquisa, utilizamos termos de visita entre os anos de 1931 e 1974, que foi o nosso recorte temporal. Para tanto, os seguintes livros de termos foram analisados:

- Grupo Escolar Senador Vergueiro – atas de 1931 a 1952
- Grupo Escolar da Árvore Grande posteriormente nomeado Grupo Escolar Aggêo Pereira do Amaral – 1939-1974
- Grupo Escolar da Vila Barcelona posteriormente nomeado Grupo Escolar Francisco Eufrásio Monteiro – atas de 1950 a 1974.

Embora dispuséssemos de outros livros de atas de termos de visita³², optamos por escolher registros que foram elaborados na mesma unidade escolar por um período mais longo, coerente com o princípio da longa duração escolhida para este trabalho e explicitado no capítulo 2.

Para a seção em curso deste trabalho, em nossas análises, procuramos identificar a atuação pedagógica dos inspetores escolares expressa nos termos de visitas. As atas que não tiveram registros de atuação objeto da nossa pesquisa não foram objeto de análises, tais como atas de exames, atas que foram descritas atividades administrativas exclusivamente.

Como primeira observação dos livros encontrados, em duas escolas encontramos termos de visita das décadas de 1930, 1940, 1950, 1960 e 1970. Na terceira escola que selecionamos, dos livros de termo de visita, os registros utilizados foram das décadas de 1950, 1960 e 1970. Notamos que os registros na totalidade de livros são proporcionais à quantidade de escolas por período, visto que em Sorocaba existiam x escolas na década de 1930, x na década de 1940, x na década de 1950, x na década de 1960 e x na década de 1970. Portanto, naturalmente, com o menor

³² A relação completa de livros de atas de termos de visitas está no anexo x

número de escolas, menor a quantidade de registros e, embora a preservação documental não seja sistemática, os registros encontrados são proporcionais à existência de escolas para a época.

O primeiro conjunto de atas que trazemos foi elaborado no Grupo Escolar Senador Vergueiro. Embora já tenha sido alvo de pesquisa anterior (GOMES, 2014), trazemos os registros porque procuramos identificar a atuação pedagógica do inspetor escolar sem comparação com sua conduta no âmbito administrativo.

Já na primeira ata que analisamos, datada de 18/2/1931, o inspetor escolar registrou sua intervenção da seguinte forma:

Trabalhei em todas as classes do período da tarde, ora dando aula de leitura, caligrafia, aritmética, ora aplicando testes diagnósticos e ora palestrando com a professora da classe sobre a marcha do processo de leitura, ou sobre a globalização do ensino. (SOROCABA, 1931, p. 12- grifos nossos)

Claramente o inspetor escolar atuou orientando a professora no método globalizante, mais conhecido como método analítico, descrito anteriormente neste trabalho na seção 6.1.1. E não foi a única vez que o inspetor escolar defendeu o uso do globalizante.

No mesmo anos de 1931, em visita datada de 25-4-31, o inspetor escolar registrou a observação de uma “aula globalizada – centro de interesses sobre aves”. (SOROCABA, 1931, p. 12). Vale lembrar que a globalização ou método analítico foi o anunciado no Programa de Ensino de 1925, que era o vigente no ano em estudo.

Outras quatro vezes os métodos da globalização foram lembrados pelos inspetores escolares em visitas, sendo duas no mesmo grupo escolar e outras duas em outro grupo escolar. Todas foram no ano de 1943, feitas pelo mesmo inspetor escolar.

Na ata datada de 16-2-1943, o inspetor escolar registrou que “A Globalização vai ser confiada à professora do 4º ano.” (SOROCABA, 1931, p. 39) o que claramente demonstra a experiência com o método e a sua aplicação a apenas uma classe da escola.

Cerca de um mês depois, em 29-3-43, o inspetor escolar registrou que esteve na escola para “palestrar com seus adjuntos sobre globalização do ensino, fi-lo,

consoante ata pormenorizada que o sr. diretor encaminhará à Delegacia. ” (SOROCABA, 1931, p 39).

Ainda sobre o método globalizante, o mesmo inspetor escolar registrou para o mesmo ano de 1943, duas visitas em outro grupo escolar semelhantes: a primeira, em 12-03-43 quando anunciou que “[...] o diretor comunicou-me ainda que destacou a professora do 2º ano misto para dar aulas pelo sistema do ensino globalizado. ” (SOROCABA, 1939, p. 6) e a segunda, em 10-4-43, sua ação foi “[...] reuni, com a presença do sr. diretor, as suas adjuntas do estabelecimento e o único adjunto, a fim de minuciosamente expor-lhes o sistema de globalização do ensino o que fiz durante duas horas. ” (SOROCABA, 1931, p. 6-7).

Concluimos que o método globalizante foi divulgado pelo mesmo inspetor escolar em 1931, numa escola por duas vezes e, em 1943, em duas escolas diferentes. O inspetor atuou então da mesma forma nas diferentes escolas, debatendo com os professores sobre o método de ensino, que era o mesmo normatizado pelo programa de ensino vigente na época, que era o publicado em 1925.

Outras observações dos registros que versaram sobre a globalização são: o inspetor escolar participou ativamente das reuniões pedagógicas, anunciadas anteriormente nessa pesquisa, como o lugar principal para as discussões pedagógicas entre os profissionais que atuaram nas escolas; os encontros eram documentados, e em algumas vezes, os registros enviados para as delegacias de ensino; as escolas adotavam a globalização como um método experimental em algumas classes somente, tudo com anuência do inspetor escolar.

Continuando com as análises dos registros dos inspetores escolares nas escolas pesquisadas, em ata de 15-5-31, o inspetor escolar registrou que “Tive oportunidade de referir-me a adição da escala de caligrafia organizada pelos próprios alunos. ” (SOROCABA, 1931, p. 13).

A caligrafia, objeto de análise mais detalhada na próxima seção de análises de atas de reuniões pedagógicas, foi ainda objeto de trabalho do inspetor escolar nas três escolas pesquisadas em nove oportunidades. Também em quatro termos notamos o registro da “Campanha da Boa Letra”, que teve como objetivo melhorar a caligrafia dos alunos.

Relacionado ao termo Escola Nova, encontramos uma ata de 27/8/31, com a seguinte descrição do inspetor escolar: “Em tudo se imprime, em passos avantajados,

a doutrina da Escola Nova – a escola ativa, por excelência.” (SOROCABA, 1931, p. 14)

Na mesma escola, em 30-5-33, o inspetor assim se manifestou sobre sua visita:

Tive o prazer de assistir a diversas aulas, que bastante me satisfizeram. Em duas classes encontrei trabalhos de “escola nova”, feitos por iniciativa das suas respectivas professoras. Como é natural. Causou-me esse fato muitíssima satisfação, dando-me ao mesmo tempo as mais fortes esperanças de que o estabelecimento inteiro ainda virá a trabalhar com a nova orientação. (SOROCABA, 1931, p. 16)

Essa declaração do inspetor escolar sobre a preferência pela escola nova, que foi o método, segundo Saviani (2007) que iria predominar nas décadas de 1930 e 1940, coloca o inspetor escolar como um profissional atualizado em consonância com as ideias pedagógicas dominantes da época. Ao propagar as ideias dos programas ou as ideias pedagógicas preponderantes de cada época, vimos no inspetor escolar uma atuação de um intelectual orgânico da burguesia, visto que estava atuando no sentido expresso nos modelos dos programas governamentais que expressaram os pensamentos dominantes de um setor da sociedade ou das ideias da pedagogia nova, que expressaram outro setor da sociedade, mas ambos de setores burgueses.

Nas próximas atas que analisamos, as dos anos de 1933 a 1952, a preocupação do inspetor escolar no trato com alunos foi, na maioria das vezes, com problemas aritméticos, cálculo, linguagem escrita e linguagem oral (SOROCABA, 1931, p. 14-49). Chama a atenção a ata de 10-3-33, na qual o inspetor registrou que “Dei a duas colegas orientação sobre o uso da “Árvore do Cálculo”, processo simples que auxilia a concretização dos cálculos no 1º grau” (SOROCABA, 1931, p. 15).

Em algumas oportunidades, o inspetor escolar registrou sua interferência incisiva nas aulas. Em 28-8-33,

Intervi em algumas aulas. Numa, para mostrar à respectiva professora que não se deve permitir que os alunos leiam palavras ou frases, cuja significação ou sentido desconheçam. É preciso combatermos o mal do psitacismo ou “apagaismo”. Ler e não entender, não é ler. [...] Desde o 1º ao 4º grau as professoras deverão ter em mira o seguinte: toda palavra que se apresente aos seus alunos deve ter para eles, significação, não deverá ser uma caixa inócua, insignificativa, sem sentido e, portanto, sem interesse. Mostra, finalmente, para demonstrar que o ensino, de geografia e cartografia, precisa ser simultâneo. Nenhuma aula de geografia, sem a cartografia correspondente. (SOROCABA, 1931, p. 17)

Além de intervir junto à professora, o inspetor escolar orientou aula e avaliou os alunos. Na ata de 13-09-37, o inspetor escolar atuou “submetendo os alunos da seção C a uma prova que ‘levo comigo’ para verificar seu adiantamento. ” (SOROCABA, 1931, p. 29 - grifos nossos). Ainda em outras 4 atas, datadas de 29-3-43, 27-5-43, 8-6-43 e 27-8-43, o inspetor escolar registrou que aplicou testes pedagógicos diagnósticos, que não estavam previstos em programas. Ou seja, não era uma avaliação oficial nem elaborada pela escola e sim, uma avaliação que o inspetor mesmo organizou e aplicou nos alunos, levando em conta o seu conhecimento pedagógico. A atuação do inspetor escolar, embora não fosse seguindo as orientações oficiais, foi a de um intelectual orgânico da burguesia porque foi feita sobre as bases de um ensino já executado pelo próprio inspetor baseando-se nas concepções pedagógicas vigentes e não consta registro de práticas alternativas, feitas em condições de colocar o inspetor escolar como intelectual orgânico das classes trabalhadoras.

Nas conversas com professores, os inspetores escolares dialogaram sobre as aulas que foram ministradas. Outros assuntos estiveram reservados para as reuniões pedagógicas, que foram feitas após o período de aulas ou na forma de reuniões exclusivas no período. (SOROCABA, 1931, p. 14-49).

Em ata datada de 7-5-37, relatou o inspetor que “Troquei ideias com o sr. diretor e professores sobre o ensino daquelas disciplinas, fazendo dois exercícios explicativos dos ‘meus’ pontos de vista (calculo e linguagem escrita)” (SOROCABA, 1931, p. 27 – grifos nossos). Novamente salientamos a desvinculação do inspetor escolar com os programas de ensino ou com as tendências pedagógicas da época para a propagação das ideias que achava pertinente, de acordo com suas práticas. Se não foi o reproduzidor da orientação oficial nem das ideias pedagógicas dominantes, também não foi o defensor de uma pedagogia para as classes menos abastadas, sendo assim suas atividades foram analisadas por nós como a de um intelectual orgânico da burguesia.

Ainda, relacionado às análises das atas de termos de visitas da primeira escola pesquisada, que cobriu o período de 1931 a 1952, encontramos registros relacionados às reuniões pedagógicas. Relatou o inspetor escolar em ata datada de 15-7-39, “percorri as classes trocando impressões com os respectivos professores. Realizei uma palestra com a presença de todos os professores do estabelecimento tendo abordado assuntos de interesse geral. ” (SOROCABA, 1931, p. 34-35). Encontramos

registros do inspetor escolar presidindo as reuniões pedagógicas em 4 oportunidades na escola pesquisada, 2-7-42, 28-8-42, 25-9-42 (SOROCABA, 1931, p. 38).

Além de presidir as reuniões pedagógicas, o inspetor escolar atuou planejando as mesmas junto com a equipe de gestão e os professores. Redigida em 2-7-42, assim descreveu o inspetor escolar: “Na classe do 4º ano misto palestrei demoradamente com a respectiva adjunta sobre seu trabalho, ‘Feitura dos Semanários de lições’, a ser apresentado na próxima reunião pedagógica.” (SOROCABA, 1931, p. 38 – grifos no original).

Em nossa próxima seção, analisaremos as atas de reunião pedagógica dos grupos escolares. Anunciado no termo de visita de 15-7-39 em que o inspetor escolar anunciou que os registros da reunião pedagógica seriam discriminados “conforme ata em livro próprio.” (SOROCABA, 1931, p. 35).

Finalizando os registros encontrados no primeiro livro de ata de termo de visita, datada de 15-5-44, em que o inspetor escolar elogiou o diretor do grupo escolar que “correto no seu cumprimento dos seus deveres, não se distancia da parte pedagógica.” (SOROCABA, 1931, p. 42).

O inspetor escolar participou intervindo nas aulas, orientando professores, atuando em reuniões pedagógicas, conversando com diretores e por fim, encorajando que os próprios diretores não deixassem de participar da parte pedagógica.

Passamos agora a analisar o segundo livro de termos de visita, com atas datadas de 1939 a 1974. Embora seja um conjunto de documentos que não se iniciem no período que começamos nossas análises da atuação do inspetor escolar, foram os registros que obtivemos com maior tempo de cobertura: 35 anos.

A primeira ata que nos chamou a atenção, datada de 9-6-39, foi uma visita conjunta entre o inspetor escolar e o delegado de ensino. A visita em conjunto com delegado de ensino ocorreu em outras duas ocasiões, sempre com atividades administrativas. (SOROCABA, 1939, p. 1-4).

Entre os anos de 1939, com 5 visitas registradas e 1940, com 3 visitas registradas, encontramos uma rotina de inspeção escolar que consistiu em assistir e ministrar aulas. Numa das visitas, datada de 1-8-39, o inspetor escolar compara o ensino executado à orientação: “Visitei duas classes, verificando os exercícios escritos dos alunos. O ensino é ministrado com dedicação e obedece a orientação preconizada, pela inspetoria escolar.” (SOROCABA, 1939, p. 3).

Neste último registro, a atuação do inspetor escolar foi no sentido da comparação entre o executado e a orientação da inspetoria escolar, não mencionando o programa de ensino vigente.

Em outra visita, datada de 10-2-42, menciona o inspetor o trabalho em reparo à falta de professores com a “Orientei o diretor para a Rotatividade de substituição pelos substitutos efetivos.” (SOROCABA, 1939, p. 4). Novamente as faltas dos professores aparecem como um desafio para a educação escolar superar.

A questão dos testes educacionais aparece na ata de 24-8-43. Vejamos

Os srs. Professores do período da manhã, na última hora de seus trabalhos, foram por mim convocados para assistirem ao trabalho de classificação de alunos pelos testes ABC.

Após a exposição da técnica e seus detalhes, apliquei em uma aluna o sistema de medida intelectual, convidando os srs. Adjuntos a procederem de igual maneira, em relação a outros alunos que lhes foram apresentados. (SOROCABA, 1939, p. 7).

Diferente da primeira escola pesquisada, o inspetor escolar atuou na escola em questão procurando direcionar o ensino para que seguisse o programa de ensino vigente. Na ata de 15-6-60, o inspetor anotou que “Conversei com professores e o sr. Diretor sobre assuntos do programa vigente, especialmente sobre o trabalho de alfabetização, o ensino da caligrafia e aritmética.” (SOROCABA, 1939, p 22)

E quando o inspetor, comparando o ensino com o programa não encontrou simetrias, anotou no termo de visita de 17-7-61

Quanto o ensino de aritmética, insisti na orientação do programa vigente que recomenda motivação com desenhos, cartazes e material que a criança possa pegar, contar, separar, repartir. Não permitir de maneira alguma o “artifício de risquinhos’ que as crianças estão usando em suas contas, que é desaconselhado. (SOROCABA, 1931, p. 23)

Na segunda escola, principalmente na década de 1960, notamos a preocupação do inspetor escolar com a orientação que foi prevista no programa de ensino ser seguida. Portanto houve a orientação pedagógica do inspetor escolar, com a atuação de um intelectual orgânico da burguesia, visto que sua atuação não contemplou nenhuma perspectiva que não fosse as hegemônicas previstas no programa oficial.

Fato que nos chamou muito a atenção foi que, a partir de 1966, um novo determinante começou a influenciar as práticas pedagógicas dos inspetores escolares.

Consta na ata datada de 25-2-66, que o inspetor escolar, ao chegar à escola, não encontrou o diretor, porque “O diretor achava-se ausente, pois estava assistindo as aulas de orientação do Serviço de Orientação Pedagógica aos professores de 1º ano deste grupo escolar.” (SOROCABA, 1939, p. 29).

Segundo Cusinato (2007), foram instituídos no Estado de São Paulo, Setores Regionais de Orientação Pedagógica (SEROP)³³, unidades administrativas criadas pelo Ato 72, de 14/4/66, “uma tendência sempre dominante à centralização administrativa dos sistemas escolares, que atingiria todo o sistema nacional junto com os acontecimentos e a legislação repressiva dos anos 68 e 69.” (p. 31)

E de imediato, o novo setor da delegacia de ensino propagou orientações pedagógicas, como constou o termo de visita lavrado em 9-6-66 em que o inspetor escolar registrou que “Verifiquei trabalhos de alfabetização que estavam sendo feitos de acordo com o serviço de orientação pedagógica da delegacia de ensino.” (SOROCABA, 1939, p. 32).

Encontramos nas 5 visitas do inspetor escolar no ano de 1966, nenhuma referência ao trabalho pedagógico do mesmo. E para o ano seguinte, 1967, em apenas um registro, datado de 25-4-67, pudemos analisar e reforçar a execução da nova determinação de atuação dos inspetores, ao constatar que “Acompanhado de todos os professores do setor de orientação pedagógica da delegacia de ensino” (SOROCABA, 1939, p. 32). Nas quatro visitas feitas em 67, não encontramos registros de atuação pedagógica do inspetor escolar na escola pesquisada.

Nos anos de 1968, 1969 e 1970, as visitas dos inspetores escolares na segunda escola pesquisada foram sendo registradas com cada vez menos componentes pedagógicos, muitos deles utilizando o verbo assistir acintosamente.

De 1971 a 1974, não encontramos mais a atuação dos inspetores escolares nos registros dos termos de visita. Podemos concluir que, em vista da implementação de um departamento específico para orientação pedagógica nas delegacias de

³³ Para maiores esclarecimentos sobre os setores regionais de orientação pedagógica ver Gatti (1972)

ensino, a orientação e atuação pedagógica do inspetor escolar foi drasticamente reduzida no grupo escolar pesquisado.

O inspetor escolar que veio até meados da década de 1960 bastante atuante na orientação pedagógica, presidindo e sendo bastante incisivo na determinação de seguir os programas de ensino oficiais, reduziu sua atividade a de expectador no final da década e, na década seguinte, de 1970, praticamente operou na escola estudada em ações administrativas.

Outro fator que nos chamou a atenção foi que, as visitas dos inspetores escolares foram feitas em média 3 ou 4 vezes por anos e, nos anos de 1971 e 1972, em que as atividades pedagógicas desapareceram na atuação dos inspetores escolares, o número de visitas aumentou para oito, ou seja, dobrou. Isolados da atuação pedagógica, os inspetores escolares visitaram o grupo escolar com maior frequência.

Utilizamos a partir das análises precedentes, mais uma escola para verificar se a questão da interferência do setor de orientação pedagógica da delegacia de ensino tinha alterado a forma de atuação dos inspetores escolares.

Para tanto, localizamos os registros de outro grupo escolar de Sorocaba, com documentos entre os anos de 1950 e 1974.

Entre os anos de 1950 e 1964, encontramos registros de atuação pedagógica. Na ata datada de 24-4-58, o inspetor escolar registrou que “visitei classes. Abolir o sistema de perguntas e respostas. O programa está sendo seguido.” (SOROCABA, 1950, p. 10).

Em outro momento, na ata datada de 27-4-59, a orientação pedagógica no grupo escolar foi bastante explicada:

Orientação: cálculo e correção de trabalhos. Aulas dadas: tabuada. Verificação: cálculo. Constatei que o adiantamento dos alunos deixa a desejar: grande número de alunos do 3º ano não sabe dividir por dois algarismos. Há necessidade de muito cálculo mental. Recomendações: uniformizar o processo usado na subtração: usar o de soma de parcelas iguais e não o de empréstimos; padronizar a correção de trabalhos escritos. (SOROCABA, 1950, p. 10)

Ainda encontramos registros da atuação dos inspetores escolares até 1965. Porém, daí em diante os registros foram ficando mais esparsos, a ponto de, entre 1971 e 1974 não encontramos nenhum registro associado à atuação pedagógica do inspetor escolar no terceiro grupo escolar pesquisado.

Finalizando esta seção, observamos que os inspetores escolares tiveram uma atuação pedagógica nos grupos escolares, porém, com a implementação do departamento que teve como incumbência orientar pedagogicamente os professores e diretores, a atuação pedagógica do inspetor escolar foi reduzida drasticamente, a ponto de desaparecer nos registros dos termos de visita.

Passaremos agora para a interpretação das atas de reunião mensal, que tinham como objetivo registrar as discussões pedagógicas ocorridas nos grupos escolares.

6.2.1 Atas de reunião mensal

O primeiro documento sobre a atuação dos inspetores escolares que encontramos na nossa pesquisa, estava em poder de um ex-delegado de ensino que, ao ter conhecimento de nosso trabalho, cedeu o documento para a Diretoria Regional de Ensino de Sorocaba. É uma ata de registro de reunião pedagógica promovida pela Delegacia Regional de Ensino de Sorocaba, datada de 11 de março de 1931 (SOROCABA, 1931). Relevante para os nossos estudos foi a orientação dada pelo inspetor de ensino, principalmente na questão do ensino da caligrafia.

A caligrafia foi um dos principais elementos utilizados para a análise das atuações pedagógicas dos inspetores escolares nas suas práticas de orientação profissional. Para a época dos primeiros documentos encontrados, década de 1930, havia no ensino da caligrafia um grande embate entre os precursores da caligrafia muscular, da normal e da inclinada.

Aliás, não só na década de 1930, mas anteriormente também, a caligrafia foi objeto intenso de estudos no Brasil. Em 1929, Lourenço Filho traduziu *Muscular Movement Writing*, de C. C. Lister, como parte de uma coleção pedagógica, a “*Bibliotheca de Educação*”, que organizou e implementou, a partir de 1927. A coleção citada, teve títulos estrangeiros traduzidos e originais de autores nacionais que explicitavam as ideias ascendentes do movimento escolanovista, sendo considerada a primeira série de textos de divulgação pedagógica no Brasil. (SGANDERLA, 2008, p. 180).

Cabe ressaltar as observações de Oliveira (2012), que alertou que Lourenço Filho “[...] atuando não só como organizador da coleção, mas também como autor,

tradutor e prefaciador, Lourenço Filho pode ser considerado um ícone para a propagação do ideário escolanovista no Brasil” (p. 601).

Além de ressaltar a importância de Lourenço Filho, achamos conveniente discutir outra observação da autora que citou que “[...] foi entre 1920-30 que ocorreu o ‘boom’ do mercado editorial.” (OLIVEIRA, 2012, p. 602 – grifos no original). Portanto, Lourenço Filho foi um dos expoentes do escolanovismo numa época de expansão das publicações educacionais no Brasil.

A caligrafia muscular, alvo de uma das traduções de Lourenço Filho, caracterizava-se “[...] nos movimentos ritmados do ante-braço; letra inclinada e sem talhe” (MARQUES, 1936, p. 11). Porém, pouco a pouco, a caligrafia foi sendo criticada pela corrente escolanovista. De acordo com Monteiro (2012),

[...] a cópia é uma prática comum em exercícios de escrita, especialmente da caligrafia na escola moderna e no caso do Brasil. Possivelmente uma das linhas de pensamento que mais fortemente criticou tal prática tenha sido a Escola Nova, ideário pedagógico que propôs a associação da cópia à escola tradicional. (p. 15).

E a crítica ao ensino de caligrafia na escola veio do próprio Lourenço Filho, que percebeu que o ensino da caligrafia propriamente dita não tinha mais sentido, e que o ensino a fazer seria o da escrita, instrumento real de uma unidade mais complexa, que é a linguagem. Os pesquisadores escolanovistas alteraram o ponto de vista quanto ao estudo da caligrafia, comentado posteriormente ainda por Lourenço Filho “[...] de tão fecundo movimento, resultou uma compreensão inteiramente diversa do problema (da caligrafia), o que viria a concorrer para o aperfeiçoamento da disciplina.” (1936, p. 4-5).

Monteiro comentando as proposições de Ormindia Marques sobre a atuação dos escolanovistas no ensino da caligrafia adverte que

A autora (Ormindia Marques) ainda contrasta esses dois momentos do ensino da escrita ao afirmar que, antes, para aprender, bastava repetir, ao passo que no momento em que ela se encontrava refletindo sobre o ensino da escrita, eram cruciais a motivação e o aproveitamento dos interesses naturais das crianças, através do jogo, da definição de objetivos e de projetos de trabalho. [...] a motivação, isto é, a colocação do aprendiz em situação de desejar a aprender é da maior importância. (2012, p. 52 – grifos nossos)

Feitos os comentários relacionados ao embate pedagógico sobre a caligrafia no período inicial de nossa pesquisa, passamos à interpretação de como os inspetores escolares orientavam os estudantes no tocante à escrita à mão.

Em um livro atas de reuniões pedagógicas de 1931 (SOROCABA, 1931), registrou-se a passagem em que o inspetor escolar orientou os professores para o ensino da escrita e que transcrevemos abaixo:

Calligraphia: Disse que não exige que seja vertical ou inclinada e que preferia mesmo que cada aluno tivesse a sua individual[...]; que a nota fosse dada pela letra bonita, pelo asseio; que não exigisse da criança letra igual ao do modelo dado. (SOROCABA, 1931, p. 12 – grifos no original)

As instruções do inspetor escolar foram para que os professores preservassem a individualidade de cada aluno, para que a nota fosse dada pela letra bonita e pelo asseio, que não se exigisse que o tipo da letra fosse vertical ou inclinada.

Para analisarmos a atuação do inspetor escolar, traremos agora o extrato do Programa de Ensino vigente para a época, o de 1925, sobre a recomendação sobre caligrafia.

Caligrafia. Indicações: O tipo de caligrafia adotado será o vertical, que apresenta sobre o inclinado algumas vantagens inegáveis: é mais fácil e uniforme, pois há uma única posição para as letras – a perpendicular à pauta, ao passo que as oblíquas compatíveis com a escrita são muito numerosas; é mais legível, assemelhando-se bastante ao tipo de fôrma; e é mais higiênico, portanto, permitindo ao aluno a posição normal do tronco, evita-lhe deformidade do corpo. [...] As sentenças modelo serão escritas no quadro negro pelo professor que precisa exercitar-se na caligrafia vertical, pois a classe apanha com facilidade o seu tipo de letra. (SÃO PAULO, 1925, p. 8).

Analisamos que houve então uma orientação por parte do inspetor escolar que ignorou o programa de ensino vigente para a época. Enquanto que o programa de 1925 determinava a caligrafia vertical, o inspetor escolar recomendou o uso tanto da vertical quanto da inclinada; enquanto o programa de ensino, consoante com a tendência escolanovista da época, solicitava ao professor ser o exemplo para os alunos, ao colocar o modelo na lousa para ser seguindo, a orientação do inspetor escolar era para que o aluno não se preocupasse em copiar o professor, que a nota fosse dada pela estética da letra e pelo asseio.

O programa de ensino de 1925, trazia orientações próximas ao que Monteiro (2012) apontou ao comentar o livro de Ormindia Marques “A escrita na Escola Primária”.

Outra preocupação de Ormindia era a exigência profissional de uma boa letra, em especial no magistério, pois ensinar a escrever deveria basear-se na imitação e, por isso, o professor tinha um grande valor nesse ensino, já que servia como exemplo para seus alunos. A autora (Ormindia) faz referência a observações feitas na Seção de Prática de Ensino da Escola de Educação do Instituto de Educação da Universidade do Distrito Federal (RJ) onde atuava. Tais observações “levaram a direção dessa escola a oferecer um curso de escrita aos professorandos de 1934 e 1935” (2012, p. 51 – grifos no original)

O que podemos discutir então é que a orientação dada pelo inspetor escolar em Sorocaba não estava calcada no programa de ensino vigente, nem na discussão sobre a caligrafia, que para a época, era indicada a muscular. Os determinantes para a atuação profissional do inspetor escolar claramente não eram seguir fielmente o programa de ensino obrigatório para a época e nem as tendências pedagógicas discutidas. Mas também, a atuação dos inspetores escolares não foi numa perspectiva emancipadora e, portanto, a sua atuação teve as características de um intelectual orgânico da burguesia.

Na ata de 30 de abril de 1942, notamos a presença do inspetor escolar palestrando sobre o ensino da leitura; lembrou episódios de ordem cívica, moral e recreativa; sobre seminários, desenhos pedagógicos fáceis e de rápida execução. Vale lembrar que na mesma reunião o Diretor da escola falou sobre a importância da caligrafia para os professores.

A caligrafia foi um tema muito debatido nas reuniões das escolas primárias. Em novo trecho, numa reunião de 15 de abril de 1944, foi chamada para palestrar uma professora e após os argumentos, tomou a palavra o Diretor da unidade alegando que a caligrafia vertical era a melhor a ser adotada “apesar de condenada por alguns, pela facilidade de imitação, é o tipo que mais convém à criança, por ser mais fácil e se assemelhar à (letra) de forma” (SOROCABA, 1944, p. 20). Na mesma reunião, uma professora disse que “[...] o professor precisa ter letra bem traçada e uniforme, porque vai servir de modelo às crianças. ” (SOROCABA, 1944, p. 20).

Vemos que o Diretor da unidade escolar era bem atento ao programa de ensino, por várias vezes trazendo as suas recomendações, bem como os professores anunciado atuar próximo ao que era solicitado, diferente dos posicionamentos do

inspetor escolar que recomendou a liberdade do uso da letra, porém com a prática da caligrafia sendo executada nas escolas, diferente do que propunham para a época a corrente preponderante, ou seja, o escolanovismo.

Em 1945, o Delegado participou de uma reunião para discorrer sobre as novas determinações relacionadas às reuniões Pedagógicas mensais, combinando o próximo encontro para o tema “[...] como melhorar o ensino de frações ordinárias nos 4ºs anos” (SOROCABA, 1944, p. 29). Nessa e em outras escritas, podemos ver que o Diretor passava o programa em discussão, mas principalmente em presença do inspetor escolar, era solicitada a presença de um professor para explicar como fazia a prática com seus alunos e como obtinha resultados favoráveis. Era muito mais o incentivo vindo das práticas anteriores, ou seja, da tradição que vinha conseguindo êxito que das recomendações dos programas ou dos “modismos” pedagógicos de cada época.

Novamente em 1945, quando o inspetor escolar se apresentou pela primeira vez para a Escola, suas atitudes foram “[...] após frases cheias de ardor que provam dedicação pelo magistério, determinou [...] as professoras de 3ºs anos [...] relatassem a tese ‘O ensino de frações decimais’” (SOROCABA, 1945, p. 30 – grifos no original). Mais uma vez o inspetor escolar utiliza-se da tradição das professoras para a capacitação dos pares, não tendo correspondência imediata entre as práticas das educadoras e os programas de ensino.

Passagem bem elucidativa das instruções pedagógicas do Inspeto escolar pudemos obter em 1945 ainda, quando o mesmo “mostrou na lousa, uns processos excelentes, *de sua autoria, adquirido pela longa prática* e que dão resultados práticos e seguros” (SOROCABA, 1945, p. 31 – grifos nossos). Seguramente o inspetor escolar valorizou muito mais suas experiências pessoais em detrimento dos programas de ensino ou das tendências pedagógicas da época.

Com relação ao método geral de ensino, o Programa de 1949 trouxe a seguinte enunciado: “[...] a adoção de outro método, que não seja o analítico-sintético depende de prévia autorização do Departamento de Educação, mediante exposição escrita do professor, justificando o motivo de sua preferência.” (SÃO PAULO, 1949)

Nesta passagem citada, pudemos observar a atuação do inspetor escolar muito próxima à tentativa de reprodução do programa oficial.

O livro contém algumas atas de exames e não pudemos encontrar mais nenhuma relativa às reuniões pedagógicas.

A seguir analisaremos três livros encontrados na Escola Estadual Antonio Padilha, instituição de ensino mais antiga da cidade, criada em 1896. Os livros estavam localizados num arquivo, localizado no porão da escola, junto a vários outros documentos, no já comentado “arquivo morto”. Estavam localizados em armários de ferro, bem acondicionados e com etiquetas na capa, pois foram catalogados após a solicitação da Diretoria Regional de Ensino de Sorocaba, no ano de 2012, devido à uma tentativa do governo do estado de São Paulo em preservar documentos. Também, a referida escola, possui um catálogo com os livros que estão armazenados no arquivo, o que facilita a busca.

Os três livros que iremos analisar na sequência, registram atas de reuniões pedagógicas do ano de 1949 até o ano de 1970. Observamos apenas as atas que tiveram a participação dos inspetores escolares e suas orientações pedagógicas.

O primeiro livro pesquisado, registra intervenção do inspetor escolar em uma reunião pedagógica datada de 8/3/52 e transcrevemos o longo registro abaixo, para na sequência fazer nossos comentários:

Tomando a palavra o sr. Inspetor escolar tratou dos seguintes assuntos: 1º) caligrafia no 1º ano – Foi comentada a excelência do programa do ensino primário fundamental nessa matéria cuja orientação assegura vivo interesse por parte da criança. Os trabalhos devem marchar gradativamente em caligrafia como em linguagem sendo as dificuldades apresentadas aos poucos: evitar, portanto, cópia de cabeçalho ou nome da criança quando esta ainda caminha nos primeiros passos da escrita. Foram solicitadas sugestões dos srs. Professores que se manifestaram à possibilidade de a criança copiar qualquer coisa desde que essa cópia acompanhe, letra por letra, o trabalho do professor.

2º) Ainda sobre caligrafia, agora no 2º ano, foi abordada a questão do emprego da tinta nos trabalhos; durante o primeiro semestre podem os exercícios de caligrafia ser feitos a lápis. (SOROCABA, 1949, p. 12)

O inspetor tem novamente suas orientações voltadas para o ensino da caligrafia, tema abordado amplamente na parte inicial desta seção. Agora, porém, o inspetor escolar atuou propagando exatamente o que previa o plano escolar vigente: copiar o exemplo dado pelo professor.

Comentado anteriormente, o programa de ensino vigente, o de 1934, muito pouco alterou no programa de 1925. Na caligrafia, manteve-se as orientações explanadas neste trabalho no programa de 1934, ao ser o mesmo um programa mínimo, somente normatizava que “Cópia de sentenças aprendidas na lição de leitura” (SÃO PAULO, 1934, p. 174).

Mais uma vez, salientamos o inspetor escolar atuando em conformidade das programações oficiais do ensino, portanto analisado aqui como um intelectual orgânico da burguesia.

Saindo da caligrafia, a mesma ata de reunião pedagógica de 8/3/52 trouxe as recomendações do inspetor escolar relacionado à leitura.

Quanto à leitura, nessa mesma classe, a atenção do professor deve se dirigir constantemente para as pronúncias viciadas evitando com isso a permanência de certos erros e dicções exageradas que muitas vezes caracterizam mesmo a terra em que a pessoa vive. (SOROCABA, 1949, p. 12)

As recomendações do inspetor escolar em nada tinham semelhança com os anunciados nos programas escolares, sejam os publicados em 1925, 1933 ou o então recente, programa de ensino de 1949-1950. A atuação do inspetor escolar mais uma vez se deu não para seguir as orientações oficiais ou as ideias pedagógicas dominantes, contudo também não foi a atuação do profissional em tela no sentido de uma educação que levasse em conta os interesses e necessidades dos alunos. Na verdade, ao propor que as dicções exageradas que caracterizaram o local onde os alunos viviam fosse um erro, os inspetores escolares incentivaram a desconsideração da cultura dos alunos.

Nesse sentido, a ata de reuniões de 8/3/52 trouxe ainda recomendações para que os professores atuassem tentando propagar nos alunos comportamentos além dos muros da escola

6º) A questão da educação do escolar deve ser carinhosamente tratada, insistindo-se no seu bom comportamento não só dentro como fora da escola, respeitando direitos alheios, tomando atitudes e praticando atos que contribuam sempre para o seu aperfeiçoamento moral. (SOROCABA, 1949, p. 12)

Vimos a preocupação então do inspetor, não só de o professor trabalhar com disciplinas escolares, mas, educar no sentido *lato*, ou seja, em comportamentos, atitudes, respeito. Porém, nenhuma menção ao espírito crítico, ao desenvolvimento do pensar.

Ainda na ata de 8/3/52, uma recomendação dos inspetores escolares foi relacionada à falta de professores: “[...] deve o substituto fazer prática pedagógica diária e evitar leituras e trabalhos manuais para preencher o horário escolar; ”

(SOROCABA, 1949, p. 12). A questão da falta de professores novamente vem permear as orientações do inspetor escolar.

Outra ata, a de 18/05/52, trouxe mais elementos para nossas análises.

[...] o sr. Inspetor escolar passou a palavra às professoras dos segundos anos, incumbidas de apresentarem, neste mês, um trabalho escrito sobre “o ensino da matemática no 2º grau primário”. As relatoras [...] procederam à leitura das respostas julgadas convenientes aos sete pontos estabelecidos pelo Diário Oficial. [...] Analisando detalhadamente chegara as professoras à conclusão de que concorrem seriamente para atrapalhar o desenvolvimento do programa: 1º) o desinteresse dos pais pelo estudo dos filhos; 2º) a falta dos alunos; 3º) as licenças dos professores; 4º) a deficiência alimentar das crianças; 5º) as classes numerosas; 6º) o período de três horas. Apresentaram sugestões para o programa de 1º ano que poderá ser ampliado, incluindo: a) soma com reservas e subtração com recursos; b) mecanismo completo nas operações de multiplicar e dividir. (SOROCABA, 1949, p. 15)

A atuação dos inspetores escolares nas reuniões pedagógicas foi também permeada pelas considerações dos docentes sobre o programa. Porém, não questionando seus fundamentos, mas aprimorando sua maneira de ser implementado. Complementando ainda o trecho anterior, a ata de 18/05/52 finaliza com um registro que relata exatamente a dinâmica dada às reuniões pedagógicas no desenvolvimento das técnicas de ensino: “Incumbidas as professoras dos terceiros anos para o trabalho da próxima reunião, foi encerrada a presente ata.” (SOROCABA, 1949, p. 15)

O *modus operandi* das reuniões foi a exposição feita pelos professores de algum tema eleito, numa comparação das práticas dos mesmos com as emanações dos programas.

Vejamos agora as observações da ata de reunião pedagógica de 14/03/1953

Escrita – No 1º ano: Solicitou aos srs. Professores a prática das excelentes orientações do programa do ensino primário fundamental, referentes ao início dessa matéria (linguagem escrita). Os trabalhos devem seguir com exatidão a marcha da sua crescente dificuldade: - quando a criança ainda não dominou completamente os caracteres da escrita e não os executa com certa habilidade, evitar como exercício de ocupação, a cópia das lições de leitura, do cabeçalho e do nome do aluno; nessa fase, este exercício deve ser dado sem a assistência direta do professor; assim, não se iniciará o caderno de caligrafia, enquanto o aluno estiver no começo do aprendizado. Falando ainda sobre a escrita, determinou que no 2º ano, os trabalhos fossem realizados a lápis, durante o 1º semestre. (SOROCABA, 1949, p. 17)

Novamente as orientações foram para seguir o programa de ensino, seguidas por exemplos de ações que eram próprio do inspetor. As ações do inspetor escolar foram no sentido de seguir o programa de ensino e complementá-lo com experiências dos professores. Novamente a reunião termina com relato que o inspetor “Convidou as professoras dos 1ºs anos para, nas reuniões pedagógicas subsequentes, apresentarem sugestões sobre os meios que empregam com eficiência em suas aulas.” (SOROCABA, 1949, p. 17)

O próximo livro de atas de reunião pedagógica que analisamos, apresentou documentos entre os anos de 1954 e 1963.

O primeiro documento que observamos a atuação do inspetor escolar, foi a ata de 24/09/1954, em que o inspetor escolar orientou as professoras que “[...] trabalhando com classe heterogênea o professor não tem outra alternativa: força a passagem para a abstração para não prejudicar o bom andamento do programa.” (SOROCABA, 1954, p. 2).

A orientação dada foi no sentido de que o ensino o programa de ensino era o principal elemento que orientaria o ensino, independente se os alunos com dificuldades acompanhassem ou não os demais. O programa prevaleceu sobre as pessoas, o que caracterizou a atuação de um intelectual orgânico que seguiu as orientações oficiais, e como estas não atuaram no sentido da emancipação dos alunos, uma atuação dos intelectuais orgânicos evidentemente da burguesia.

Outra ata que selecionamos, datada de 12/03/1955, também colocou os programas no centro das atenções, pois foi recomendado aos professores que “façam uma recordação meticulosa do Programa do grau anterior.” (SOROCABA, 1954, p. 4).

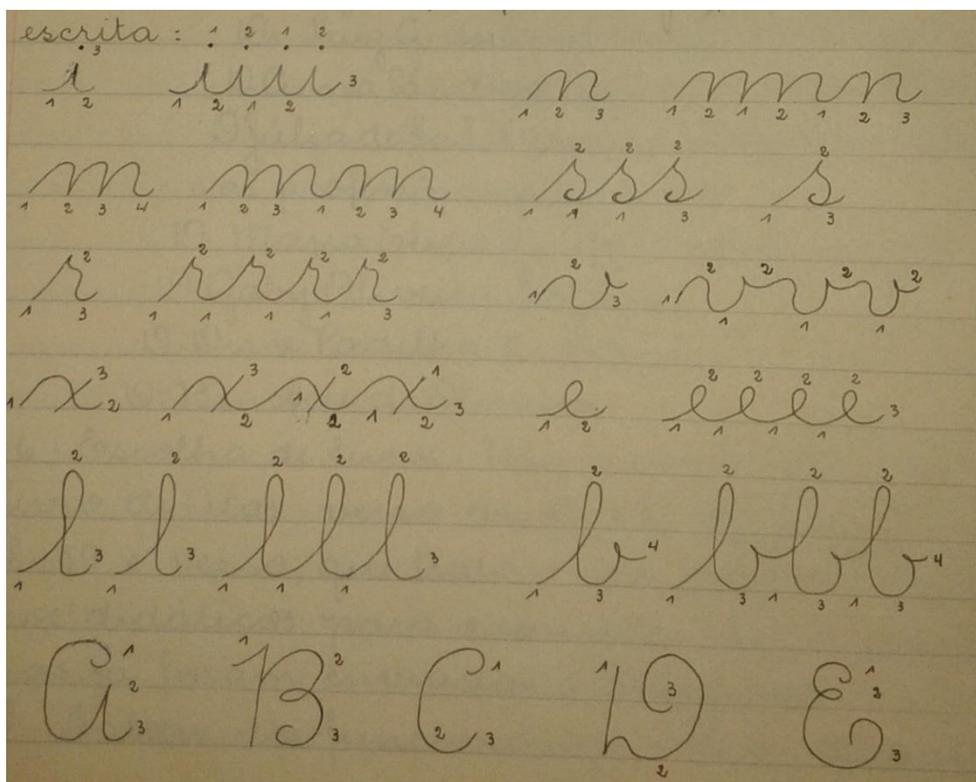
Mais uma ata, a de 28/4/1956, trouxe recomendações sobre a caligrafia. Vejamos:

Professora [...] leu pausadamente o Programa de Caligrafia para 2º ano (objetivos, considerações, sumário da matéria, orientações). Foram feitas no quadro negro as demonstrações gráficas sugeridas pelo Programa para obter correção de vícios e atenção para as dificuldades da escrita. (SOROCABA, 1954, p. 6).

A seguir, nos registros da ata de 28/4/1956, foi registrado a sequência de caligrafia, bem como numeradas as dificuldades de cada letra. O quadro 5 traz o

registro que é pertinente à importância que se dava no tema da caligrafia presente nas instruções dos inspetores escolares.

Figura 5: Exemplos de ensino de caligrafia e as dificuldades das letras.



Fonte: SOROCABA, 1954, p. 16

A última ata de reuniões pedagógicas que analisamos neste terceiro livro, foi a de 15/6/1956. A atuação do inspetor escolar foi comentando que “O atual programa de ensino satisfaz plenamente os objetivos visados em tudo [...] para conseguirmos o objetivo que temos em mira: a escola primária contribuindo para que se fale e se escreva melhor a língua materna.” (SOROCABA, 1954, p. 4).

Ficou evidente que o inspetor escolar, durante os registros nas atas de reuniões que trouxemos neste trabalho, perseguiu a implantação dos programas de ensino como o principal a ser seguido, explicitando que essa seria a forma de alcançar qualidade no ensino.

O quarto e último livro que analisamos registrou reuniões pedagógicas entre os anos de 1963 e 1974.

Na ata datada de 11/4/64, o inspetor escolar palestrou sobre a correção dos trabalhos em sala de aula:

As professoras dos quartos anos receberam do Sr. Inspetor Escolar o seguinte parecer: não se assinala o erro no caderno. Cada aluno deve ter uma página própria no caderno de anotações da professora e esta copia os erros de cada aluno. No dia seguinte chamará à lousa alguns alunos para escreverem novamente as palavras anotadas. Os demais as copiarão. (SOROCABA, 1963, P. 4)

Ainda na mesma ata de reuniões, a de 11/4/64, observamos a preocupação das professoras em ministrar os conteúdos dos programas e a participação dos alunos nos exames de admissão. Segundo Abreu (2012),

O exame de admissão ao ginásio foi instituído, em nível nacional, no ano de 1931, e perdurou oficialmente até a promulgação da Lei nº 5692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de oito anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos. (ABREU, 2012, p. 108).

Na reunião pedagógica, as professoras expressaram ao inspetor suas reivindicações:

O assunto tratado pelas professoras dos quintos anos foi entre a diferença do programa do curso de admissão ao ginásio e o do 5º ano. O Sr. Inspetor tomou conhecimento desse assunto e prometeu uma solução imediata. Está ele de acordo com as professoras que julgam que ao ser dado o programa de Admissão no 5º ano está sendo alcançada a finalidade do mesmo, qual seja preparar os alunos para o Exame de Admissão. (SOROCABA, 1963, P. 11)

Instalado o conflito entre o programa de ensino e o programa do exame de admissão, os professores optaram pelo uso do programa do exame de admissão, visto que ao término do ensino primário na referida unidade, os alunos deveriam prosseguir seus estudos em outra unidade escolar e, precisariam passar pelos testes para continuar os estudos.

Em 1966, especificamente no dia 16 de abril, ficou registrado uma das determinações que até aqui revelaram-se importantes para as análises da atuação dos inspetores escolares: o Serviço de Orientação Pedagógica, órgão criado para subsidiar os professores na metodologia de ensino e que muito contribuiu para o declínio das ações pedagógicas do inspetor escolar.

Tal apontamento baseou-se, mais uma vez, na ata de 16-04-1966, que registrou

Considerações a respeito da oportuna palestra sobre a necessidade de novo currículo no ensino primário proferida [...] pela chefe do Serviço de Orientação

Pedagógica do Departamento de Educação. Referências elogiosas à Profa. [...] do Serviço de Orientação Pedagógica, que deu às professoras de 1º ano esclarecedora aula de aritmética nos moldes no novo processo de ensino. (SOROCABA, 1963, P. 14)

O Serviço de Orientação Pedagógica, discutido no final da seção de análises dos termos de visita, na seção anterior deste trabalho, mostrou-se mais uma vez que teve atuação fulminante na orientação pedagógica aos professores, já no ano de sua implantação. Esse fato foi decisivo para a diminuição até a eliminação das orientações pedagógicas do inspetor escolar nas escolas.

A última ata encontrada com registro pertinente ao objeto do nosso estudo foi a de 4/4/1970, que ao registrar a leitura do diretor de um ofício em que o

Delegado de Ensino cumprimenta as professoras da região, em nome do SEROP, pelo interesse que demonstraram pelo Seminário de Estudos do início do ano. Do ensino globalizado – as professoras deverão atualizar seus conhecimentos para bem ministrar suas aulas renovadas. (SOROCABA, 1963, P. 17)

Esse último registro das atas de reuniões pedagógicas que trouxemos não foi para exemplificar a ação dos inspetores escolares, e sim para reforçar a influência do serviço de orientação pedagógica da delegacia de ensino (SEROP) que foi motivo de elogios pelo delegado de ensino, registrando também um seminário de estudos, evento inédito até a criação do SEROP.

Tendo por base as atas de reuniões pedagógicas, concluímos que as mesmas acabaram reforçando a atuação pedagógica dos inspetores escolares e também a criação de um órgão que reduziu e, posteriormente eliminou, a atuação pedagógica dos inspetores escolares. Passaremos para a finalização do nosso trabalho, com as considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar a atuação dos inspetores escolares em Sorocaba e desenvolver um aprofundamento sobre sua atuação. Tivemos êxito na medida que obtivemos documentos que revelaram aspectos da atuação dos profissionais nas escolas em Sorocaba e pudemos analisar sua atuação, aprofundando o conhecimento sobre os inspetores escolares, descritos no capítulo 6.

O nosso problema proposto, como os inspetores escolares orientavam os professores e diretores sobre as práticas pedagógicas a serem adotadas com os alunos, foi esclarecido ao interpretar os registros constantes nos termos de visita e, principalmente nas atas de reuniões pedagógicas, descritos também no capítulo 6.. Os inspetores escolares orientaram os professores e diretores: sugeriram práticas, através de orientações individuais, em grupo e em palestras; observaram o desenvolvimento das práticas pedagógicas, através de presença em sala de aula e também avaliaram alunos; finalmente exemplificaram as recomendações, através de aulas modelo dadas. Essas atividades foram exercidas diretamente nas salas de aula com os professores e alunos, em conversas individuais, em diálogos com grupos de professores e, finalmente, em reuniões pedagógicas mensais com todos os professores da unidade escolar, conforme documentação apresentada no descritos no capítulo 6.

Na comprovação da nossa hipótese, que o inspetor escolar em Sorocaba teve atuação pedagógica, mas, de um intelectual da burguesia, com intervenções pedagógicas baseadas mais em sua experiência profissional do que em determinações oficiais ou tendências pedagógicas de época, obtivemos êxito porque encontramos registros, principalmente nas atas de reuniões mensais, em que os inspetores escolares atuaram exemplificando aos professores como utilizarem a melhor forma de ensino dos conteúdos, independente da execução dos programas oficiais e das reais necessidades dos alunos. Na maioria das vezes, a experiência pessoal do Inspetor Escolar e a de outros professores foi largamente incentivada e as reais necessidades dos alunos, o que configuraria como uma atuação em favor das classes proletárias, não foi contemplada.

Nosso objetivo geral, o de investigar a atuação dos inspetores escolares em Sorocaba e desenvolver um aprofundamento sobre sua atuação, foi atingido visto que a pesquisa em termos de visita e atas de reuniões pedagógicas, bem como a

interpretação desses documentos à luz da categoria de intelectuais orgânicos contribuiu para o desenvolvimento do conhecimento da história da educação, de forma crítica e sistematizada.

Relacionados aos nossos objetivos específicos, pudemos verificar que:

- as condições dos arquivos armazenados nas Escolas Estaduais de Sorocaba que dessem conta da atuação do inspetor escolar foram satisfatórias e estão melhorando, porém, a política arquivista do governo estadual em São Paulo ainda é insuficiente;
- identificamos que as condições para pesquisa histórica nos estabelecimentos oficiais ainda são precárias, sendo os arquivos armazenados no chamado “arquivo morto”, salas em condições precárias de conservação;
- conseguimos listar as orientações pedagógicas públicas, que se deram pelos programas de ensino e verificamos como dialogaram com as práticas efetuadas, através da atuação dos inspetores escolares ora recomendando o cumprimento fiel ao programa, ora propondo alternativas baseadas nas experiências pessoais
- interpretamos as concepções pedagógicas presentes nas emanações oficiais, ou seja, nos programas oficiais e as tendências pedagógicas de cada época, especificamente o ensino intuitivo ou globalizante e a escola nova;
- identificamos a existência de práticas diferentes entre os inspetores escolares que trabalhavam sob a mesma orientação, os programas oficiais. Em épocas distintas, os inspetores orientavam para o fiel cumprimento dos programas ou sua adaptação;
- comparamos os programas de ensino com as ideias pedagógicas recorrentes de cada época, especificamente os programas que traziam no seu bojo o ensino intuitivo e a ideia pedagógica da escola nova.

A metodologia utilizada, a dialética marxista, mostrou ser uma forma eficaz de buscar e interpretar as informações sobre os dados históricos. Porém, como a própria conceituação da dialética marxista propõe, será sempre insuficiente ou sempre inesgotável, visto que o enriquecimento do objeto pesquisado não possui término. Essa impossibilidade de esgotamento diz respeito às possibilidades infinitas de

saturação das determinações que influenciaram as ações estudadas. Um exemplo dessas afirmações é o estudo da legislação feito neste trabalho. Trouxemos contribuições para o conhecimento da atuação dos inspetores escolares, como a origem dos termos de visita, a guarda das atas de reuniões mensais, muito mais pode ser explorado, como a inclusão no debate das legislações produzidas no âmbito federal, as constituições proclamadas no período estudado e os tratamentos às diferentes disciplinas nos programas de ensino.

A bibliografia consultada no capítulo 3, trouxe a atuação dos pesquisadores que privilegiaram as pesquisas em termos de visitas, documentos esses que se mostraram insuficientes para caracterizar a atuação pedagógica dos inspetores escolares. No capítulo 6 demonstramos que as atas de reuniões pedagógicas foram documentos que demonstraram a atuação pedagógica do inspetor escolar em Sorocaba.

Também trouxemos no capítulo 3, na revisão da literatura, a polissemia do termo inspetor utilizada nas pesquisas acadêmicas e ampliamos a compreensão do uso dos diferentes chamamentos para a mesma função profissional.

Outro ponto metodológico que julgamos ter utilizado adequadamente foi trabalhar com a perspectiva da longa duração. Através de um estudo recortado no período de 1931 a 1974, pudemos constatar nas atuações dos inspetores escolares mudanças permanentes, como o surgimento do órgão, serviço de orientação pedagógica da delegacia de ensino, que transformou a ação pedagógica dos inspetores escolares. Se optássemos por um período menor de levantamento de documentos, por exemplo após 1966, obteríamos resultados diferentes e não caracterizariam a atuação do inspetor escolar, visto que nesse período a atuação pedagógica do mesmo foi esmaecendo e desapareceu nos registros pesquisados.

Ao trabalhar com documentos de um período de tempo mais longo, cerca de 43 anos, pudemos também verificar a modificação das exigências oficiais, visto que os relatórios das delegacias de ensino foram documentos mais antigos que pudemos constatar, sendo os anuários do estado produzidos a partir dos relatórios das delegacias de ensino e ambos, os anuários e os relatórios, tiveram sua publicação encerrada respectivamente nas décadas de 1930 e 1940. Já os termos de visita e as atas de reunião pedagógicas foram documentos utilizados ao longo de todo o período pesquisado e mostraram ser documentos preservados pelas escolas, principalmente os termos de visitas.

Ainda sobre as fontes pesquisadas, além da bibliografia, os relatórios das delegacias de ensino, os anuários do estado, os termos de visita, mas principalmente as atas de reunião pedagógica, deram muito mais informações da atuação pedagógica dos inspetores que as fontes tradicionalmente utilizadas nas pesquisas históricas sobre inspetor escolar e supervisor de ensino: os termos de visita.

As atas das reuniões pedagógicas foram documentos estudados de forma inédita para caracterizar a ação dos inspetores escolares e mostraram-se um caminho para a realização de pesquisas em história da educação ainda a ser desbravado. Ressaltamos que os termos de visita foram documentos utilizados pela maioria dos pesquisadores sobre a atuação de inspetores escolares, mas, não é o documento que melhor elucida as práticas pedagógicas.

Outra contribuição que o trabalho trouxe foi a análise dos inspetores escolares como intelectuais orgânicos. Nos trabalhos utilizados na revisão da literatura discutidos no capítulo 3, não encontramos análises mais aprofundadas da atuação dos inspetores escolares. Ao discutir a questão da atuação dos inspetores como intelectuais orgânicos, seja na sua atuação no grupo de inspetores, seja nas atuações diferenciadas pelas individualidades dos mesmos, pudemos constatar que sua atuação foi ligada à classe dominante na sociedade, visto que atuou muito em função de sua experiência profissional, ligado ao ensino oficial determinado pelos governos ou atuou em função do cumprimento dos programas de ensino vigentes para cada período pesquisado e que retratam a posição oficial do governo de cada época. Salientemos que os governos não tiveram posição revolucionária, ou melhor, não atuaram como intelectuais orgânicos dos trabalhadores, portanto, o inspetor ao atuar na forma prevista em legislação atuou como um intelectual orgânico da burguesia.

Ao trazer a interpretação da atuação dos inspetores escolares para a análise de um intelectual orgânico, contribuímos para uma discussão mais ampla sobre a intervenção do profissional: sua atuação em relação às lutas de classes.

Ao adotarmos a dialética marxista como metodologia, por conseguinte aceitamos um dos postulados de Marx de que a sociedade é movida pelas lutas de classes. Então, posicionar a atuação dos inspetores escolares nas lutas de classes foi possível ao utilizar a categoria de intelectual orgânico desenvolvida por Gramsci (1999), o que para nós contribui para a ampliação do entendimento da sociedade.

Uma das facilidades encontradas em nossa pesquisa foi o desenvolvimento tecnológico, tal como a busca da legislação sobre os inspetores escolares e sobre a

educação escolar no site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (alesp.sp.gov.br). Também a revisão bibliográfica em trabalhos de mestrado e doutorado nas bibliotecas virtuais das universidades, com a possibilidade de download dos arquivos e a leitura em formato “pdf” nos deu a possibilidade de reunir uma considerável quantidade de trabalhos.

Finalmente, dentro da categoria totalidade, que é nuclear no pensamento marxiano, constatamos que o inspetor escolar atuou com mais adaptações aos programas e orientações nos anos de 1930 e 1940; suas ações mais voltadas ao cumprimento fiel dos programas nas décadas de 1950 e início dos anos de 1960; quando, em 1966 foi criado o serviço de orientação pedagógica das delegacias de ensino, os inspetores tiveram sua atividade pedagógica diminuindo e na década de 1970, eliminada.

A criação do serviço de orientação pedagógica da delegacia de ensino (SEROP) e a conseqüente eliminação do caráter pedagógico das visitas dos inspetores escolares é outra característica de atuação como um intelectual orgânico da burguesia, visto que quando o estado mudou de postura, ao criar um órgão para orientação pedagógica, as práticas dos inspetores escolares mudaram também, conforme o estado previa e não de acordo com as necessidades dos alunos.

Sua atuação foi também fortemente influenciada: pela legislação da função, que previa a atividade a ser executada, inclusive os programas de ensino; a falta de inspetores escolares para visitar as escolas com regularidade; as condições dadas pelo estado para as práticas, tais como pagamento de despesas; finalmente a criação de um órgão para fazer o trabalho pedagógico, numa época de tecnicismo do final dos anos de 1960.

Finalizamos nosso trabalho sublinhando as principais contribuições apontadas até aqui:

- Levantamento da polissemia do termo inspetor escolar nas pesquisas sobre o tema
- Pesquisa na legislação da função do inspetor escolar com especial atenção ao início da exigência de termo de visita, documento que não teve como função registrar a orientação pedagógica na atuação junto às escolas

- Análise dos livros de ata de reunião mensal dos grupos escolares como principal documento para análises das orientações pedagógicas nas escolas primárias.
- Registrar o surgimento do serviço de orientação pedagógica da delegacia de ensino (SEROP) como característica principal da diminuição e eliminação da orientação pedagógica do inspetor escolar.
- Utilizar a categoria de intelectual orgânico como referencial de análise da atuação do inspetor escolar, interpretado neste trabalho como um intelectual orgânico das classes burguesas pelo distanciamento das suas orientações com as reais necessidades dos alunos.

Na tese, além de contribuir para a discussão em torno da história da educação escolar pelo aprofundamento dos estudos da ação pedagógica dos inspetores escolares em Sorocaba, pudemos apontar algumas lacunas que foram deixadas pela pesquisa:

- a análise mais profunda das inspetorias especiais, que deram a sua contribuição na polissemia do termo inspetor escolar apontada na revisão bibliográfica;
- a pesquisa mais detalhada sobre o serviço de orientação pedagógica da delegacia de ensino (SEROP) que apontamos no Cap. 6 como fundamental para diminuir e eliminar a atuação pedagógica do inspetor escolar.
- maior ênfase nas atas de reuniões mensais nas pesquisas que para que possam elucidar melhor as atuações pedagógicas dos inspetores escolares.

Esperamos ter contribuído para a ampliação do conhecimento e que esta tese sirva de motivação e apoio para novos trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX**. 2006. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro – São Paulo (1889-1920)**. 2013. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de administração ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.46, p. 107-118, jun 2012.
- ALBUQUERQUE, Helena Machado de Paula. **Supervisão educacional e autonomia para educar**. 1990. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)**. 2014, 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria: educadoras na terra da luz. O ensino primário no Ceará na década de 1920**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2009.
- ALVES, Silvane Rodrigues Leite. **A instrução pública em Indaiatuba: 1854-1930 – Contribuição para a história da educação brasileira**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- AZANHA, José Mário Pires. A política de educação do estado de São Paulo (uma notícia): considerações sobre a política de educação do Estado de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 349-361, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200014 &lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 out. 2015.
- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. Inspeção da instrução pública do Paraná: seus sujeitos e práticas (1854-1883). In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 36., 2013, Goiânia, **Resumos**. Goiânia: 2013. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt022583_completo.pdf>. Acesso em: 4 out. 2015.
- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. A inspeção escolar paranaense do Século XIX: seus sujeitos e suas ações na instrução pública primária. In: Congresso Nacional de Educação - Educere, 10., 2011, **Resumos**, Curitiba, 2011.

BARBOSA, Maria Rita Leal da Silveira. **Inspeção escolar: quem é esse profissional.** 1997. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BARBOZA, Andressa Cristina Coutinho. **Cartilha do operário: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930).** 2006. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARCELOS, Karla Vello Meyrelles. **Culturas juvenis numa escola pública de ensino médio: novos usos, novos cenários.** 2005. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BEZERRA, Rosélia. **A higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados.** 2010. 283 f. Tese (Doutorado em Educação – História e Historiografia da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR: n. 10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BORGES, Angélica. 2008. **Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865).** Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

BOTTOMORE Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CABRAL, Cristina Filomena Bastos. **A atuação profissional da supervisão escolar na educação infantil: estudo de caso em uma Escola Municipal de Educação Infantil de São Paulo.** 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930).** 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Leandra Paulista; NUNES, Silma do Carmo. O inspetor escolar sob a ótica da legislação, Leandra Paulista de; NUNES, Silma do Carmo. O inspetor escolar sob a ótica da legislação. **Revista da Católica**, Uberlândia, MG: v. 3, p. 8, 2011.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **O livro escolar no Maranhão império: produção, circulação e prescrições.** 2010. 450 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2012.

CASTRO, Magali de. Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao

poder explícito. **Revista Faculdade Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 jan. 2015.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914)**. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CASTRO, Rosane Michelli. A história da educação em São Paulo: a instrução pública dada a ler nos Anuários do ensino do estado de São Paulo – 1907-1927. **Revista brasileira história da educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), p. 209-238, maio/ago. 2012.

CATINI, Carolina de Roig. **Trabalho docente, capital e Estado: crítica de interpretações sobre o magistério no Brasil**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAVAGNARI, Luzia Borsato. O diretor e a constituição das equipes pedagógicas das primeiras escolas normais da região dos campos gerais - Paraná. In: **JORNADA DO HISTEDBR, 2.**: 2001, Ponta Grossa, PR. Anais... Ponta Grossa, PR: 2001, p. 108.

CHICHAVEKE, Ester. **As tendências educativas e aspectos legais da supervisão presentes nos termos de visita da diretoria de ensino de Itapetininga: 1960 a 2000**. 2015. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no estado do Pará (1920-1940)**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CORRÊA, Rosângela dos Santos. **A formação do supervisor educacional do Estado do Rio de Janeiro: perfil, competência e ação**. 2010. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Pesquisa, Magistério Superior e Políticas Públicas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Lorena Lopes da. O mar odisseico para se pensar a longa duração: Homero, Victor Bérard e Fernand Braudel. **Expedições: Teoria da História & Historiografia**, Goiânia, GO, v. 5, n. 2, jul./dez. 2014.

COSTA, Odaléia Alves da. **O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. 2013. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **Antonio Gramsci – Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

D'ANGELO, Márcia. **Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910-1930): um projeto das elites para uma Sociedade Assalariada**.

2000. 350 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. Intelectuais: para quê e para quem? In: LOMBARDI, J. C.; MAGALHAES, L. D. R.; SANTOS, W.S. (Org.) **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas: Librum, 2013, p. 118-140.

DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e o desafio da formação contínua do docente na escola**. 2009. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 maio 2015.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5-20, jul. 2001.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERINI, Rosângela Aparecida. **Supervisão de ensino**: características institucionais, mitos tipológicos e perspectivas emancipatórias. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956/1961)**. 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRIZZARINI, Claudia Regina Boen. **Do ensino intuitivo para a escola ativa**: os saberes geométricos nos programas do curso primário paulista, 1890-1950. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Por uma história das práticas de formação docente**: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto – SP (1944-1964). 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GALEGGIO, Rita de Cássia. **Tempo, temporalidade e ritmo nas escolas primárias públicas em São Paulo**: heranças e negociações. 2008. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOMES, Denise Lemos. **A ação inspetora no Brasil ao longo da história da educação** – Análise dos termos de visita do Grupo Escolar Senador Vergueiro (1919-1950). 2014. 161 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014

GONÇALVES, Antonio Irlen. NOGUEIRA, Vera Lúcia. Os inspetores e a produção da cultura escolar: de fiscal da escola a orientador do ensino primário mineiro. **Cadernos de História da Educação** – v. 11, n. 1 – jan./jun. 2012

GONÇALVES, Júlio; GONZÁLEZ, Jorge Luís Cammarano. Escola, política e poder local: antecedentes do primeiro ginásio público de Sorocaba. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 27, p. 179-199, set. 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art15_27.pdf>. Acesso em: 12/02/2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**: 1926-1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** – os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRESPLAN, Jorge. [Orelha]. In: MARX, Karl. **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/UFRJ, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo – 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JOLL, James. **As ideias de Gramsci**. São Paulo: Cultrix, 1977.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LABEGALINI, Andrea Cristina Fregate Baraldi. Uma instituição modelar para a formação de professores alfabetizadores: os institutos de educação do Estado de São Paulo (1933-1975). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba, **Anais**, Curitiba, PR. 2004.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Pedagogia escolanovista**. 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo2.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015.

- LOCCO, Leila de Almeida. **A supervisão educacional do Paraná: uma análise crítica**. 1987. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.
- LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHAES, Livia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (Org.) **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas: Librum, 2013.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. A escrita e a escola renovada. In: MARQUES, Orminda Isabel. **A escrita na escola primária**. São Paulo: Melhoramentos, 1936.
- LUCIANO, Fabia Liliã. **Gênese e expansão do magistério público na Província de Santa Catharina nos anos de 1836-1889**. 2001. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MALUHY, Cláudia Vercesi. **Os especialistas em educação para a América Latina (1958-1966)**. 2010, 122f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MARQUES, Orminda Isabel. **A escrita na escola primária**. São Paulo: Melhoramentos, 1936.
- MARTINS, Marcos Francisco. **O valor pedagógico e ético-político para a “filosofia da transformação” de Gramsci e sua relação com o marxismo**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?** Campinas/Americana: Autores Associados/Unisal, 2008. (Col. Educação Contemporânea)
- MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 131-148, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n3/10.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996. v. 1, livro 1.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

MITRULIS, Eleny. Construindo um novo conceito de escola primária: caminhos percorridos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 96, p. 30-49, 1996.

MITRULIS, Eleny. **Os últimos baluartes**: uma contribuição ao estudo da escola primária – as práticas de inspeção escolar e de supervisão pedagógica. 1993. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MONTEIRO, Carolina. **A escrita na escola primária**: repercussões da obra de Orminda Marques nas décadas de 30 a 60 do século XX. 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

OLIVEIRA, Priscila Marília de; ARCE, Alessandra. A “Coleção Biblioteca de Educação” e a concepção de criança e desenvolvimento infantil: uma análise das obras escritas por Claraparède, Pièron, Binet & Simon e Lourenço Filho. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1.

REIS, Rosinete Maria dos. **A escola isolada à meia-luz (1891/1927)**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REIS FILHO, Casemiro dos. **Educação e ilusão liberal**: origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Ricardo. **Inspeção e escola primária em São Paulo**: trabalho e memória. 1990. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo 1990.

RISCAL, Sandra Aparecida. A constituição do sistema de ensino paulista: a implantação das diretorias regionais de ensino e do serviço de inspeção 1935/1936. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p. 1-13.

RODRIGUES, João Lourenço. Retrospecto histórico. In: **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1907/1908**. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., p. IX-XXXV, 1909.

ROLLA, Luiza Coelho de Souza. **Liderança educacional**: um desafio para o supervisor educacional. 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ROMAN, Marcelo Domingues. **O professor coordenador pedagógico e o cotidiano escolar**: um estudo de caso etnográfico. 2001. 256 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SALVADOR. C. M. **O coordenador pedagógico na ambiguidade interdisciplinar**. 2000, 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de..Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Programa para o ensino primário fundamental: 1º ano**. São Paulo: Francisco Alves; Paulo de Azevedo. (Ato 17, de 23 de fevereiro de 1949), 1949a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99656>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Programa para o ensino primário fundamental: 2º ano**. São Paulo: Francisco Alves; Paulo de Azevedo. (Ato 24, de 7 de abril de 1949), 1949b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99657>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Programa para o ensino primário fundamental: 3º ano**. São Paulo: Francisco Alves; Paulo de Azevedo. (Ato 46, de 26 de julho de 1949), 1949c. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/104783>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Programa para o ensino primário fundamental: 4º ano**. São Paulo: Francisco Alves; Paulo de Azevedo. (Ato 5, de 9 de janeiro de 1950), 1950a. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/104786>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Programa para o ensino primário fundamental: 5º ano**. São Paulo: Francisco Alves; Paulo de Azevedo. (Ato 35, de 22 de abril de 1950), 1950b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/104789>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893**. Aprova o Regulamento da Instrução para execução das leis n.º 88, de 8 de setembro de 1892, e nº 169, de 7 de agosto de 1893. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1893/decreto-218-27.11.1893.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894.** Aprova o regimento interno das escolas públicas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.06.1894.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 518, de 11 de janeiro de 1898.** Aprova e manda observar o regulamento para execução da Lei nº 520, de 26 de agosto de 1897. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1898/decreto-518-11.01.1898.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 3.356, de 31 de maio de 1921.** Regulamenta a Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, que reforma a Instrução Pública. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925.** Reforma a Instrução Pública do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto-3858-11.06.1925.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 4.101, de 14 de setembro de 1926.** Regulamenta a Lei nº 2.095, de 24 de dezembro de 1925, que, aprovando, com modificações, o Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925, reforma a Instrução Pública do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1926/decreto-4101-14.09.1926.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 5.335, de 7 de janeiro 1932.** Reorganiza a Instrução Pública e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1932/decreto-5335-07.01.1932.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933a.** Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 6.197, de 9 de dezembro de 1933b.** Introduce modificações na carreira do magistério primário. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-6197-09.12.1933.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 6.425, de 09 de maio de 1934.** Reorganiza a Diretoria Geral do Ensino e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1934/decreto-6425-09.05.1934.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 17.698, de 26 de novembro de 1947.** Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto nº 17.211, de 13 de maio de 1947. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-17698-26.11.1947.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 20.863, de 17 de outubro de 1951**. Regula o Curso de administradores escolares do Instituto de Educação “Caetano de Campos” e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1951/decreto-20863-17.10.1951.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 42.090, de 24 de junho de 1963**. Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Ensino relativo ao concurso para provimento do cargo de inspetor escolar. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1963/decreto-42090-24.06.1963.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 46.045, de 2 de março de 1966**. Regula o concurso para o provimento do cargo de inspetor escola. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1966/decreto-46045-02.103.1966.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 52.646, de 4 de fevereiro de 1971**. Revoga o Decreto nº 46.045, de 2-3-66 que dispõe sobre o concurso para provimento do cargo de inspetor escolar e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1971/decreto-52646-04.02.1971.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2, de 21 de janeiro de 1841**. Dispõe sobre os relatórios anuais das Câmaras Municipais. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1841/lei-2-21.01.1841.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 34, de 16 de março de 1846**. Dispõe sobre a organização da instrução primária na Província. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1846/lei-34-16.03.1846.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 54, de 15 de abril de 1868**. Dispõe sobre inspeção e fiscalização da Instrução Pública. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1868/lei-54-15.04.1868.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 9, de 22 de maio de 1874**. Estabelece o ensino obrigatório na Província. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1874/lei-9-22.05.1874.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 130, de 25 de abril de 1880**. Autoriza a abertura da Escola Normal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1880/lei-130-25.04.1880.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 81, de 06 de abril de 1887**. Reforma a instrução pública da Província. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1887/lei-81-06.04.1887.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892**. Reforma a instrução pública do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 520, de 26 de agosto de 1897**. Suprime o Conselho Superior de Instrução Pública e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1897/lei-520-26.08.1987.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920**. Reforma a Instrução pública do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.269, de 31 de dezembro de 1927**. Reforma a instrução pública do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2269-31.12.1927.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 9.832, de 4 de julho de 1967**. Dispõe sobre aproveitamento de candidatos aprovados e classificados em concursos para o provimento de cargos de inspetor escolar. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1967/lei-9832-04.07.1967.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 114, de 13 de novembro de 1974**. Institui o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º graus do Estado e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1974/lei.complementar-114-13.11.1974.html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 201, de 9 de novembro de 1978**. Institui o Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º graus do Estado e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1978/lei.complementar-201-09.11.1978.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação – Do senso comum a consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 28-35, ago. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a recepção de Gramsci na educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei Lombardi.; MAGALHAES, Lívia Diana Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (Org.). **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas: Librum, 2013.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Método de ensino intuitivo**. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo2.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho de. Lourenço Filho: um pioneiro da relação entre psicologia e educação no Brasil. **Psicologia Educacional**, São Paulo, n. 26, jun. 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1414-69752008000100010&lng=pt&nrm=iso>>. Acesso em: 1º nov. 2015.

SILVA, José Dujardis da. **A supervisão de ensino e o fortalecimento do espaço democrático na escola pública**. 2010. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SOARES, M. L. A.; PETARNELLA, L. N. S. Diário de trabalho: relatos de um inspetor distrital de ensino sorocabano em 1925. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – História, sociedade e educação no Brasil, 7, 2006, **Resumos**, Campinas. 2006a, v. 1, p. 1-1.

SÓLIS, S. S. F. Documentos, fontes e arquivos. **Memória e educação**. Rio de Janeiro: IBPC, 1992. (Caderno de Ensaios 1)

SOROCABA (Diretoria de Ensino). Arquivo. **Ata da reunião realizada no dia 11 de março de 1931**. Livro 1, p. 4.

SOROCABA, ANTONIO PADILHA (Escola Estadual). Arquivo. **Livro de ata de reunião pedagógica de 1944**. Livro 52, p. 21.

SOROCABA, ANTONIO PADILHA (Escola Estadual). Arquivo. **Ata da reunião realizada no dia 11 de março de 1931**. Livro 49, p. 4.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária: um estudo sobre a cultura escolar paulista ao longo do século XX. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, **Anais**, Curitiba, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SPERB, Dalila. **Administração e supervisão na escola primária**. Porto Alegre: Globo, 1963.

TEIXEIRA, Anísio. **Relatório apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1928. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/summario.html>>. Acesso em: 12/02/2015

VIEIRA 2008 Ailton Santos. **A ambivalência presente na ação supervisora e no papel do supervisor escolar no ensino municipal da Cidade de São Paulo**. 2008, 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 123, jul./dez. 2005.

WARDE, Miriam Jorge; PAULO, Marco Antonio Rodrigues. A instalação do serviço de inspeção escolar na Província de São Paulo (1835-1887). **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 121, jan./jun. 2013.

APÊNDICE A – QUADRO DE INSPETORES ESCOLARES EM SOROCABA

1944	
NOME	FUNÇÃO
Waldomiro Prado Silveira	Delegado Regional de Ensino
Paulo Monte Serrat	Inspetor Escolar da Capital
Claudio Ribeiro da Silva	Inspetor Escolar do Interior
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar do Interior
1945	
Paulo Monte Serrat	Delegado Regional de Ensino
Claudio Ribeiro da Silva	Inspetor Escolar do Interior
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar do Interior
Aggêo Pereira do Amaral	Inspetor Escolar do Interior
Gilberto Giraldi	Inspetor Escolar do Interior
1946	
Dirceu Ferreria da Silva	Delegado Regional de Ensino
Luiz Barbosa de Oliveira	Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar do Interior
Claudio Ribeiro da Silva	Inspetor Escolar do Interior
Aggêo Pereira do Amaral	Inspetor Escolar do Interior
Gilberto Giraldi	Inspetor Escolar do Interior
1947	
NOME	FUNÇÃO
Luiz Barbosa de Oliveira	Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Claudio Ribeiro da Silva	Inspetor Escolar
Aggêo Pereira do Amaral	Inspetor Escolar
Gilberto Giraldi	Inspetor Escolar
João Rangel	Inspetor Escolar
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar
Alcides de Campos	Inspetor Escolar
1948	
NOME	FUNÇÃO
Luiz Barbosa de Oliveira	Delegado Regional de Ensino
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Aggêo Pereira do Amaral	Inspetor Escolar
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar
Alcides de Campos	Inspetor Escolar
João Rangel	Inspetor Escolar
Miguel Ribeiro de Oliveira Filho	Inspetor Escolar
1949	
NOME	FUNÇÃO

Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Aggêo Pereira do Amaral	Inspetor Escolar
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar
Alcides de Campos	Inspetor Escolar
Miguel Ribeiro de Oliveira Filho	Inspetor Escolar
Antonio Rodrigues Claro Sobrinho	Inspetor Escolar
Manoel Forster	Inspetor Escolar
Ezequiel Machado Nascimento	Inspetor Escolar
1950	
NOME	FUNÇÃO
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar
Alcides de Campos	Inspetor Escolar
Manoel Forster	Inspetor Escolar
Ezequiel Machado Nascimento	Inspetor Escolar
1951	
NOME	FUNÇÃO
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino - I. E.
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Erasmus Kerberg *	Inspetor Escolar- Delegado Regional de Ensino
Alcides de Campos	Inspetor Escolar
Manoel Forster	Inspetor Escolar
Ezequiel Machado Nascimento	Inspetor Escolar
Paschoal Visconti	Inspetor Escolar
Farid Pedro Sarvaya	Inspetor Escolar
1952	
NOME	FUNÇÃO
Luiz Barbosa de Oliveira	Delegado Regional de Ensino
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar- Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino - Inspetor Escolar
Ezequiel Machado Nascimento	Inspetor Escolar
João Monteiro Carvalho	Inspetor Escolar
Manoel Forster	Inspetor Escolar
Paschoal Visconti	Inspetor Escolar
Lineu Vieira de Moraes	Inspetor Escolar
Wladimir Menezes da Silva	Inspetor Escolar
1953	
NOME	FUNÇÃO
Luiz Barbosa de Oliveira	Delegado Regional de Ensino

Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar- Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Farid Pedro Sawaya	Inspetor Escolar
José Toledo Costa	Inspetor Escolar
Octavio Fragnan	Inspetor Escolar
Ezequiel Machado Nascimento	Inspetor Escolar
Wladimir Menezes da Silva	Inspetor Escolar
Aracy de Moraes Terra	Inspetor Escolar
Florassú Fernandes dos Santos	Inspetor Escolar
1954	
NOME	FUNÇÃO
Luiz Barbosa de Oliveira	Delegado Regional de Ensino
Paulo Monte Serrat	Delegado Regional de Ensino
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar- Delegado Regional de Ensino
Ezequiel Machado Nascimento	Inspetor Escolar
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino - Inspetor Escolar
Luiz Conceição Silva	Inspetor Escolar
1955	
NOME	FUNÇÃO
Paulo Monte Serrat	Delegado Regional de Ensino
Acacio Vasconcelos Camargo	Inspetor Escolar
Dario de Queiroz	Delegado Regional de Ensino
Aracy de Moraes Terra	Inspetor Escolar
Erasmus Kerberg	I. E.
Ezequiel Machado Nascimento	Inspetor Escolar
Florassú Fernandes dos Santos	Inspetor Escolar
Luiz Conceição Silva	Inspetor Escolar
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino - Inspetor Escolar
Paschoal Visconti	Inspetor Escolar
1956	
NOME	FUNÇÃO
Cesarino Pirró Filho	Delegado Regional de Ensino
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar- Delegado Regional de Ensino
Aracy de Moraes Terra	Inspetor Escolar
Ary de Oliveira Seabra	Inspetor Escolar
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino - Inspetor Escolar
Paschoal Visconti	Inspetor Escolar
1957	
NOME	FUNÇÃO
Cesarino Pirró Filho	Delegado Regional de Ensino

Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar- Delegado Regional de Ensino
Octavio Fragnan	Delegado Regional de Ensino - Inspetor Escolar
Paschoal Visconti	Inspetor Escolar
Arquimínio Marques da Silva - Secretario DE	
1958	
NOME	FUNÇÃO
Cesarino Pirró Filho	Delegado Regional de Ensino
Antonio Brondi	Inspetor Escolar
Erasmus Kerberg	Inspetor Escolar- Delegado Regional de Ensino
Octavio Fragnan	Inspetor Escolar
Oswaldo de Mello Sylos	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
Paschoal Visconti	Inspetor Escolar
Lauro Orlando de Oliveira	Inspetor Escolar
1959	
NOME	FUNÇÃO
Mauro de Mello	Delegado Regional de Ensino
Cesarino Pirró Filho	Delegado Regional de Ensino
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Antonio Brondi	Inspetor Escolar
Lauro Alves Lima	Inspetor Escolar
Octavio Fragnan	Inspetor Escolar
Oswaldo de Mello Sylos	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
1960	
NOME	FUNÇÃO
Mauro de Mello	Delegado Regional de Ensino
Antonio Brondi	Inspetor Escolar
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Oswaldo de Mello Sylos	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
1961	
NOME	FUNÇÃO
Mauro de Mello	Delegado Regional de Ensino
Geraldina de Carvalho	Delegado Regional de Ensino
Antonio Brondi	Inspetor Escolar
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Oswaldo de Mello Sylos	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar

1962	
NOME	FUNÇÃO
Geraldina de Carvalho	Delegado Regional de Ensino
Antonio Brondi	Inspetor Escolar
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Horácio Ribeiro	Inspetor Escolar
Odilon Ildfonso Ramos Correa	Inspetor Escolar
Oswaldo de Mello Sylos	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
1963	
NOME	FUNÇÃO
Geraldina de Carvalho	Delegado Regional de Ensino
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Farid Pedro Sawaya	Inspetor Escolar - Delegado Regional de Ensino
José Giúdice	Inspetor Escolar
Odilon Ildfonso Ramos Correa	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
Romeu Pires de Barros	Inspetor Escolar
1964	
NOME	FUNÇÃO
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Odilon Ildfonso Ramos Correa	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
Romeu Pires de Barros	Inspetor Escolar
1965	
NOME	FUNÇÃO
Antonio Brondi	Delegado Regional de Ensino
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Odilon Ildfonso Ramos Correa	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
Romeu Pires de Barros	Inspetor Escolar
1966	
NOME	FUNÇÃO
Antonio Brondi	Delegado Regional de Ensino
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
Odilon Ildfonso Ramos Correa	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
Romeu Pires de Barros	Inspetor Escolar
1967	
NOME	FUNÇÃO
Antonio Brondi	Delegado Regional de Ensino
Dorival Dias de Carvalho	Inspetor Escolar
João Batista Gurgel Mendes	Inspetor Escolar

Odilon Ildfonso Ramos Correa	Inspetor Escolar
Oswaldo de Oliveira	Inspetor Escolar
Romeu Pires de Barros	Inspetor Escolar

ANEXO A – CONTRACAPA DO LIVRO DE ESCRITURAÇÃO ESCOLAR



ESTADO DE S. PAULO
ALMOXARIFADO

NOTA — Os livros em branco destinam-se a **Assentamentos, Cópia da Correspondência, Atas das Reuniões Mensais, Termos de Visitas** e a outros fins não previstos.

Livro de assentamentos

- 1 — Destina-se aos termos de compromisso e registo de títulos de nomeação e portarias de licença.
- 2 — Para substitutos não ha termo de compromisso. Registam-se, porém, todos os títulos, mesmo os dos interinos.
- 3 — A cada funcionário é destinado uma folha, encabeçada pelo seu nome, escrito por extenso e em caracteres maiores, como titulo.
- 4 — A pagina do verso da folha em que figurar o nome do funcionário a ele pertence. Quando se exgotarem as duas paginas, os assentamentos continuarão na primeira folha seguinte, desocupada, fazendo-se na ultima linha da pagina que acabou, esta nota: "**Continúa na folha**.....".
- 5 — O primeiro assentamento de cada funcionário é o termo de compromisso.
- 6 — Os professores removidos de outro cargo terão, no lugar do compromisso, a seguinte nota, assinada pelo auxiliar: "**Serve sob compromisso prestado em**....., **perante**.....
(nome) (data) (cargo anterior), **para exercer o cargo de**.....
- 7 — A formula de compromisso é a seguinte:

Termo de Compromisso

Aos..... dias do mês de..... de 19....., perante mim, auxiliar de inspeção de....., compareceu F....., nomeado por decreto de....., publicado a....., para reger a escola....., o qual prometeu ser fiel á causa da Republica, cumprir suas leis e regulmentos, bem como ser exato no desempenho dos deveres de seu cargo. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo, que assina comigo o referido professor.

.....(assinatura do professor).
.....(assinatura do auxiliar).

- 8 — Separa-se um assentamento de outro por u'a linha a tinta vermelha, traçada entre as margens.
- 9 — O titulo de nomeação é copiado na integra, sem deixar espaço em branco.
- 10 — Na primeira linha, na margem esquerda, escreve-se - **Nomeação** - ou - **Remoção** - ou - **Transferencia** - e, na direita, a data abreviada do exercicio.
- 11 — As portarias de licença tambem são copiadas na integra, anotando-se, na margem esquerda, a palavra - **Licença** - e, na direita, a data abreviada do inicio do gôzo e, logo abaixo, a duração
- 12 — Quando o funcionário deixar o exercicio far-se-á, imediatamente após o ultimo lançamento, a declaração: **Removido, por decreto de**..... **para**..... **deixou o exercicio em**....., ficando assim encerrado o seu movimento no municipio.

Livro de correspondência

- 1 — O livro de correspondência destina-se não só á correspondência oficial do diretor ou auxiliar de inspeção, como ao registo de requerimentos ou quaesquer outros papeis expedidos ou em transito, como circulares ou faturas, cuja anotação seja necessaria.
- 2 — Na margem esquerda do livro lança-se o numero e a especie da correspondência e na margem direita a data abreviada.
- 3 — A numeração dos papeis é uma só, quer se trate de officios quer de requerimentos. As circulares terão numeração á parte.
- 4 — A numeração dos papeis registados é renovada cada ano.
- 5 — Os officios são copiados na integra, sem espaços em branco.

ANEXO B – CAPA DO LIVRO DE TERMO DE VISITA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA

Livro de *Termos de visitas*

TERMO DE ABERTURA

Contém este livro *50* folhas e destina-se ao fim
supra indicado para *termos de visita*
do *Grupo Escolar de*
Arvore Grande.

Sorocaba, 6 de Fevereiro de 1939.

José Amador
Diretor

ANEXO C – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE AULA

-15-

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃODELEGACIA REGIONAL DO ENSINO DE SOROCABA

FICHA Nº..... MÊS DE..... de 194.. ***SEMANA

GRUPO ESCOLAR.....Município.....

Nº de classes.....Periodos.....Categoria....Diretor.....

AULAS ORIENTADAS

Dias do mês	Dias da semana	Classes	Materia	Ponto	Duração

AULAS ASSISTIDAS

Dias de mês	Dias da semana	Classes	Materia	Ponto	Julgamento

OUTROS SERVIÇOS EXECUTADOS